



Moisaniel Oliveira Pinheiro  
José Willen Brasil Lima  
Adriana de Moraes da Silva (Orgs.)

# Surdez e Inclusão Educacional

Diálogos Acadêmicos acerca da Educação de Surdos



Sabemos que a Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS é a língua materna dos surdos brasileiros, e pode ser estudada e aprendida por qualquer pessoa, já que é uma língua oficial no Brasil e, como qualquer outra língua, possui todos os componentes estruturais como a gramática, a semântica, a pragmática, a sintaxe e outros elementos que, por sua vez, comprova cientificamente as características de uma língua. A pesquisa evidenciada neste livro decorre sobre as políticas públicas educacionais brasileiras e como ocorrem as formações docentes para atuarem na Educação Especial, como ocorre a relação família, escola e sociedade mediante a inclusão dos surdos nas escolas regulares, e como a Libras é inserida na escola. Neste livro, o leitor vai adentrar no universo da educação de surdos que a cada dia vem buscando força e poder diante da sociedade e, principalmente, no âmbito educacional, ocupando cadeiras desde o ensino básico até às universidades, pelo entendimento de que seja uma das possibilidades para alcançar espaços no meio social assim como garantir muitas realizações pessoais. Logo, ao realizar a leitura desta obra, teremos um novo olhar acerca da educação de surdos e compreenderemos como podemos contribuir para que o processo ensino e aprendizagem aconteça, a fim de permitir novos conhecimentos para que seja ampliada a prática docente.



# **Surdez e Inclusão Educacional**



# Surdez e Inclusão Educacional

Diálogos acadêmicos acerca da educação de surdos

**Organizadores:**

Moisaniel Oliveira Pinheiro

José Willen Brasil Lima

Adriana de Moraes da Silva



**Diagramação:** Marcelo A. S. Alves

**Capa:** Carole Kümmecke - <https://www.behance.net/CaroleKummecke>

**O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.**



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)  
[https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

#### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

PINHEIRO, Moisaniel Oliveira; LIMA, José Willen Brasil; SILVA, Adriana de Moraes da (Orgs.)

Surdez e inclusão educacional: diálogos acadêmicos acerca da educação de surdos [recurso eletrônico] / Moisaniel Oliveira Pinheiro; José Willen Brasil Lima; Adriana de Moraes da Silva (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

139 p.

ISBN - 978-85-5696-522-6

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Educação; 2. Inclusão; 3. Surdos; 4. LIBRAS; 5. Pedagogia; I. Título.

---

CDD: 371

Índices para catálogo sistemático:

1. Professores, métodos e disciplinas

371

Decidamos este livro aos alunos e amigos surdos.

**Os organizadores**





# **Agradecimentos**

*José Willen Brasil Lima*  
*Adriana de Moraes da Silva*

Agradecemos a Deus acima de tudo e de todos.

Somos especialmente gratos ao Prof. Esp. Moisaníel Oliveira Pinheiro pelo incentivo e persistência, pois foi ele que esteve à frente para a construção e publicação deste trabalho.

Agradecemos também a cada autor dos textos aqui presentes pela colaboração, contribuição de suas pesquisas, e, pela paciência para a realização desta obra.



# Mensagem inicial

*Os organizadores*

Caro leitor, é com muita alegria que chegamos até você com este livro que vai contribuir para o debate sobre a inclusão de surdos no meio educacional e social, pois precisamos entender como acontece a inclusão dos alunos surdos nas escolas e como se dar a comunicação entre surdos e ouvintes.

Sabemos que a Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS é a língua materna dos surdos brasileiros, e pode ser estudada e aprendida por qualquer pessoa, já que é uma língua oficial no Brasil e, como qualquer outra língua, possui todos os componentes estruturais como a gramática, a semântica, a pragmática, a sintaxe e outros elementos que, por sua vez, comprova cientificamente as características de uma língua.

A pesquisa evidenciada neste livro decorre sobre as políticas públicas educacionais brasileiras e como ocorrem as formações docentes para atuarem na Educação Especial, como ocorre a relação família, escola e sociedade mediante a inclusão dos surdos nas escolas regulares, e como a Libras é inserida na escola.

Neste livro, o leitor vai adentrar no universo da educação de surdos que a cada dia vem buscando força e poder diante da sociedade e, principalmente, no âmbito educacional, ocupando cadeiras desde o ensino básico até às universidades, pelo entendimento de que seja uma das possibilidades para alcançar espaços no meio social assim como garantir muitas realizações pessoais.

Logo, ao realizar a leitura desta obra, teremos um novo olhar acerca da educação de surdos e compreenderemos como podemos

contribuir para que o processo ensino e aprendizagem aconteça, a fim de permitir novos conhecimentos para que seja ampliada a prática docente.

Desejamos a todos e a todas uma boa leitura!!!!

# Sumário

<b>Sobre os autores</b> .....	15
<b>Préfacio</b> .....	19
Moisaníel Oliveira Pinheiro	
<b>Apresentação</b> .....	23
Os Organizadores	
<b>Capítulo 01</b> .....	29
<b>A educação de surdos no contexto da educação especial: reflexões sobre a conjuntura da escolarização nacional</b>	
Maura Cleiciane Silva Andrade; Moisaníel O. Pinheiro; José Willen Brasil Lima	
<b>Capítulo 02</b> .....	43
<b>Musicalidade e surdez: a música como referência de um estudo sobre o processo de interação do surdo com seu meio social</b>	
Adriana de Moraes da Silva; Évila Caroline Soeiro Rocha	
<b>Capítulo 03</b> .....	69
<b>A libras como instrumento de inclusão escolar do aluno surdo</b>	
Erica B. Mota; Maria M. G. da Conceição; José W. B. Lima; Moisaníel O. Pinheiro	
<b>Capítulo 04</b> .....	89
<b>O tradutor/ intérprete da língua brasileira de sinais (libras), é mais que uma estratégia para o aluno surdo na sala de aula</b>	
Clementina Araujo Jardim; Jerceu Benedito Mendes de Leão	
<b>Capítulo 05</b> .....	115
<b>A interação verbal na sala de aula de letras-libras da universidade do estado do Pará</b>	
Áurea Luzia de Oliveira Ferreira	
<b>Apêndice 1</b> .....	137
<b>Anexo</b> .....	139



# Sobre os autores

## Organizadores

### **Moisaniel Oliveira Pinheiro**

Neuropsicopedagogo (UCAM). Psicopedagogo Institucional com habilitação em Educação Especial (Unisaber). Psicopedagogo Clínico e Institucional (FACIBRA). Especialista em Gestão Escolar (UVA). Especialista em Psicologia da Educação e Aprendizagem (UCAM). Especialista em Psicologia: orientação vocacional / profissional (FAVENI). Especialista em Psicanálise (FACEL). Especialista em Libras/Braille (FUTURA). Especialista em Metodologia do Ensino de Língua Portuguesa/ Inglesa (FUTURA). Pós-graduando em Arteterapia (FUTURA). Pós-graduando em Legislação Educacional (FUTURA). Pós-graduando em MBA em Liderança Sustentável e Coaching Executivo (FUTURA). Licenciado Pleno em Pedagogia (UVA). Licenciado Pleno em Língua Portuguesa (UVA). Licenciado Pleno em Letras/Inglês (UNIUBE). Curso de Complementação Pedagógica para egressos do Curso de Formação de Professores (UVA). Graduando em Gestão de Recursos Humanos (UNIP). Sócio da ABPp-PA. Foi Secretário Municipal de Educação do Município de Nova Esperança do Piriá-PA (2013-2016) e atuou como Professor na Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA) e na Faculdade Fael. Hoje atua como Psicopedagogo efetivo e é professor convidado da FACESP-PA e Faculdade PanAmericana. Tem experiência na área de Educação com ênfase em Práticas Pedagógicas, Formação de Professores, Psicopedagogia e Educação Especial.

### **José Willen Brasil Lima**

Especialista em Língua Brasileira de Sinais (FACIBRA). Especialista em Gestão do Trabalho Pedagógico (FUTURA). Especialista em Metodologia do Ensino da Língua Portuguesa, Literatura e Artes (FUTURA). Pós-graduando em Tradução e Interpretação em Libras/Língua Portuguesa. Pós-graduando em Psicopedagogia e Educação Especial (FACEL). Graduado em Letras-Libras e Língua Portuguesa (UFPA). Licenciado Pleno em Pedagogia (IESM). Já atuou como Técnico/Letras Libras e Tradutor/ intérprete no Núcleo de Acessibilidade e Inclusão na UEPA, Coordenador da Educação de Surdos no Departamento de Educação Especial da Secretaria de Educação Nova Esperança do Piriá-PA, Intérprete de Libras do Centro de Atendimento Educacional Especializado CRER SER-CAEE. Diretor e Coreógrafo

da Cia Municipal de Dança de Nova Esperança do Piriá e Projeto de Ginástica Grandes Estrelas. Hoje atua como Tradutor/Intérprete na Coordenação de Letras/Libras na UEPA e está à frente do Grupo de Dança Willen Brasil. Tem experiência na área de Letras Pedagogia, com ênfase em Letras/Libras e Língua Portuguesa como segunda Língua para Surdos, Tradução e Interpretação e Dança como Prática Pedagógica.

### **Adriana de Moraes da Silva**

Especialista em Tradução e Interpretação em Língua Brasileira de Sinais (FACIBRA). Licenciada em Letras-Libras e Língua Portuguesa (UFPA). Segunda Licenciatura em Pedagogia (FAEL). Atuou como Coordenadora Pedagógica de Educação Especial e Monitora de Letramento do Projeto Mais Educação na SEMED de Soure-PA. Atuou como professora auxiliar na Educação Infantil e Ensino Fundamental/Castanhal-PA e como Intérprete de Libras na Universidade Estadual de Maringá. Hoje atua como Tradutora/Intérprete de Libras na SEMED/Castanhal-PA. É professora e Coordenadora do Curso de Libras Básico nos municípios de Soure, Umarizal, Salvaterra, Castanhal e Soure-PA. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Libras, Educação Especial e Educação Geral.

## **Colaboradores**

### **Áurea Luzia de Oliveira Ferreira**

Especialista em Tradução e Interpretação em Libras (FACIBRA). Licenciada em Letras - Libras (UEPA). Ministra Cursos, Oficinas e Treinamento na área de LIBRAS. Atua como docente e intérprete de Libras 2010. Integrante do Grupo de Pesquisa da UFPA -IEMCI- Ruaké e do Grupo de Estudos em Linguagem e Práticas Educacionais da Amazônia (GELPEA) na área Inclusiva na UEPA- CCSE. Tem experiências na área de Letras, com ênfase em LIBRAS.

### **Clementina Araujo Jardim**

Especialista em Tradução e Interpretação em Libras/Língua Portuguesa (FACIBRA). Especialista em Atendimento Educacional Especializado (FAEL). Especialista em Saúde da Família (UFG). Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica com Habilitação em Educação Especial (ISEPRO). Tecnóloga em Gestão de Serviços de Saúde (ANHANGUERA-UNIDERP). Tecnóloga em Gestão de Terapias Naturais (FADIRE). Graduada em Pedagogia (ANHANGUERA/UNIDERP). Instrutora de Língua Brasileira de Sinais na Amazônia Tocantina (GESAT/UFPA).



**Erica Barbosa Mota**

Licenciada Plena em Pedagogia (FAEL). Atuou como Gestora Educacional em anos anteriores em instituição de Educação Infantil e hoje atua como diretora de Escola de Ensino Fundamental. Tem experiências na área da educação com ênfase em administração escolar e formação de professores.

**Évila Caroline Soeiro Rocha**

Especialista em Tradução e Interpretação em Libras/Língua Portuguesa (FACIBRA). Graduada em Letras Libras e Língua Portuguesa (UFGA). Já atuou como professora da Educação Especial e Professora do AEE (Atendimento Educacional Especializado). Hoje atua como Intérprete de Libras no município de Soure-PA. Tem experiência na área de Letras, com ênfase em Letras/Libras e Língua Portuguesa como segunda língua para surdos, tradução e interpretação e prática pedagógica.

**Jerceu Benedito Mendes de Leão**

Especialista em Gestão Escolar (UEPA/UNAMA/CESUPA). Especialista em Docência do Ensino Superior (PUC- MG). Licenciado Pleno em Pedagogia - habilitação: Administração Escolar e Magistério (FICOM). Coordenador Pedagógico da EMEIEF "Sabino Barreto". Prof. aposentado da Secretaria de Estado de Educação (SEDUC). Ex-Diretor de Escola das Redes Estadual e Municipal de Ensino. E-mail: jerceuleao@oi.com.br.

**Maria Milene Gomes da Conceição**

Licenciada Plena em Pedagogia (FAEL). Atuou em equipes Gestoras Educacionais em instituições escolares e hoje atua na área administrativa de Escolas Municipais. Tem experiências na área da educação com ênfase na área Técnico-administrativa Escolar e Recursos Humanos.

**Maura Cleiciane Silva Andrade**

Pós-graduanda em Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS (FUTURA). Licenciada Plena em Pedagogia (IESM). Hoje atua como professora da Rede Municipal do município de capitão Poço-PA. Tem experiências em na área da docência no Ensino Fundamental.



# Préfacio

*Moisaníel Oliveira Pinheiro*

Em primeiro lugar, me sinto lisonjeado por ter sido escolhido a prefaciar um livro dessa grandiosa magnitude. Quando recebi o convite dos demais colegas, pulei de entusiasmo e aceitei sem pensar. Porém, somente depois comecei a refletir: “Quanta responsabilidade!! “Como se fazer um prefácio, se nunca fiz? Como proceder?” Então foi que decidi escrever sobre o eixo audacioso e interdisciplinar que traz os trabalhos: a inclusão do aluno surdo no contexto educacional.

É, essencialmente, essa a temática que o leitor encontrará durante a leitura das páginas desta obra. É um livro escrito por profissionais que dedicaram muito tempo de estudos no contexto da educação de surdos e hoje trazemos à tona uma coletânea de textos que ora contribuirá muito para ampliar o repertório literário sobre o assunto, até mesmo porque estes textos foram escolhidos por serem textos autênticos e vivenciados “no chão” das instituições educacionais. Para tanto, posso até dizer que é uma obra ímpar com características notáveis que a difere de muitos outros trabalhos já escrito no mesmo eixo.

Aqui, o leitor entrará em uma viagem interessante que o levará a uma reflexão sobre o contexto educacional que precisa atender alunos surdos sem diferenciá-los dos alunos ouvintes, atitudes que devem ir além de adaptações de recursos até mudanças de atitudes e respeitos ao diferente. Quão interessantes e enriquecedores podem ser as aprendizagens adquiridas quando se sai da mesmice e se procura conhecimentos nos desafios encontrados e os transformam em potencialidades.

Vale ressaltar, que a escolha dos capítulos norteou-se por três constatações peculiares. A primeira foi a de que há a necessidade de se abstrair o entendimento de surdez e do sujeito surdo, inclusive sua evolução no decorrer da história brasileira, por uma perspectiva antipreconceituosa; A segunda foi embasado na questão de que a educação de alunos surdos precisa ser discutida e compreendida no contexto da educação brasileira com o intuito de fomentar pesquisas para aprimorar a prática pedagógica e avançar o processo de ensino e aprendizagem; E a terceira, defendendo a ideia de que a libras pode ser entendida como um instrumento que possibilita a inclusão do sujeito surdo na educação e na sociedade.

As ideias no livro apresentadas, por militantes, estudantes e profissionais, cumprem assim a função de subsidiar as discussões que vêm sendo travadas no contexto da educação brasileira sobre as diretrizes filosóficas e sócio-históricas contemporâneas das Políticas da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva comprometidas com a formação dos cidadãos e cidadãs brasileiros.

Depois de apresentar sutilmente o referido livro, não puder me conter e não falar dos organizadores que diante de tantas qualificações, o que dizer deles? E assim, de forma bem modesta, me arrisco em dizer que esta obra foi organizado por autores estudantes, pesquisadores e militantes na área da educação e, particularmente, sobre a inclusão dos alunos na escola, sendo eles Adriana de Moraes da Silva, José Willen Brasil Lima, e eu Moisaniel Oliveira Pinheiro.

Adriana!!! Ah, o que falar de Adriana??? Grande mulher, grande professora!!! Iniciou ainda na adolescência sua vivência com a surdez, quando um amigo surdo de seu cunhado ia sempre à sua casa. Naquele tempo não entendia nada daqueles movimentos feitos com as mãos e sempre se escondia porque não conseguia se comunicar com aquele rapaz sendo que ele ficava muito irritado com isso. Mais tarde quando precisou prestar vestibular, decidiu estudar Libras, com o intuito de aprender sobre a área. E começou

a estudar Licenciatura em Libras, e, paralelo ao curso, começou alguns projetos voluntários com pessoas surdas na cidade de Soure-PA. Começou em 2011 essa vivência com a surdez e não parou mais. Mais tarde procurou alargar seus conhecimentos fazendo também outros cursos de capacitação porque tinha contato com muitas outras deficiências e cursou Licenciatura em pedagogia. E hoje trabalha com várias deficiências na área da Educação Especial e é intérprete Libras.

E Willen Brasil? Pequeno grande homem que milita arduamente há muito tempo, mesmo antes da graduação, no contexto da educação de surdos. Começou seu trabalho com surdos atuando como intérprete voluntário nas igrejas em meados dos anos de 2005. A partir de então mergulhou em cursos práticos nessa área, tal como o Curso Libras em Contexto de organização do Prof Cleber Couto, CAS-Belém com o Prof. Rubens Faro, entre outros de grande importância.

Já apaixonado pela área, resolveu fazer faculdade. Foi aí que, no ano de 2011, entrou para a Universidade Federal do Pará para o curso de Letras Libras e Língua Portuguesa, no município de Soure/Campus Universitário da Ilha do Marajó, onde pode mergulhar nas teorias das áreas da educação de surdos, com grandes mestres da área.

Na oportunidade, uniu duas grandes áreas que ama muito, Libras e Artes, culminando o curso com o Trabalho de Conclusão de Curso “O teatro como estratégia no ensino aprendizagem da Língua Brasileira de Sinais”. Depois de formado, trabalhou com surdos no Departamento de Educação Especial da cidade de Nova Esperança do Piriá, onde teve a oportunidade de juntar teoria e prática. E hoje atua no nível superior como professor e tradutor/intérprete de Libras na Universidade Estadual do Pará.

E eu, Moisaniel Pinheiro!!! O que tenho a dizer sobre mim é que há quinze anos permeio os espaços educacionais, como docente, técnico e administrativo, estudando e buscando entender sobre: O que é o aprender? Por que algumas crianças aprendem

com facilidade e outras não? O que fazer para que todas as crianças tenham garantidos seus direitos de aprender? Foram perguntas deste tipo que me impulsionaram ao caminho das ciências da educação, em particular a Pedagogia, a Psicopedagogia e a Psicologia para compreender como é o ser humano e como ele aprende, mas até hoje ainda não conseguir uma resposta final e isso parece ser bom. A cada dia descubro que pouca coisa eu sei.

Logo, retornando ao contexto do livro, convém dizer que, como as temáticas, já sugerem, o livro traz percepções e análises sobre a inclusão do aluno surdo no contexto educacional. Assim, convido os leitores a deliciarem da melhor leitura, pois a fiz pela atitude de aprendiz, que não é tão comum a um prefaciador, pois quem prefacia, geralmente tem uma postura de avaliar, de julgar a obra que está prefaciando apoiado em sua suposta capacidade e competência. Porém, desta vez, me coloco na situação do privilegiado pela prioridade da leitura para poder anunciar a alegria do aprendizado, do encontrado, do descoberto.

Ousei! Descobri! Encontrei! Aprendi!

E assim, todos estão convidados a aprender muito mais com a leitura.

# **Apresentação**

*Os Organizadores*

Este livro, na forma de coletânea, intitulado “SURDEZ E INCLUSÃO EDUCACIONAL: diálogos acadêmicos acerca da educação de surdos” se inclui em um processo amplo de reflexão sobre a educação de surdos na contemporaneidade que vem sendo desencadeado no contexto educacional Brasileiro. Constitui-se em um importante ponto de reflexão nesse processo de sistematização e produção de conhecimentos e tem como objetivo fomentar diálogos acadêmicos a cerca da educação de surdos no contexto da inclusão educacional na sociedade contemporânea, respondendo a algumas demandas urgentes de fundamentação da prática pedagógica da escola na atualidade.

Durante todo o desenrolar do livro o leitor presenciará que todos os textos giram em torno das discussões a cerca do eixo norteador. Tudo culmina formando um único texto coerente que se inicia falando um pouco sobre a historicidade da educação de surdos, passando pela tradução e interpretação da Libras e culminando com as interações verbais em sala de aula no nível superior. Trata-se de uma viagem global e ao mesmo tempo específica, por se tratar de um grupo de minorias presentes na sociedade.

A presente obra foi construída a partir da junção de artigos que foram construídos com bases em pesquisas, ora bibliográficas, ora pesquisas de campo, com o intuito de aproximar a teoria educacional da prática escolar e para tanto, se compõe de cinco capítulos e está organizado da seguinte forma:

- No primeiro capítulo, de Maura Cleiciane Silva Andrade, Moisaniei Oliveira Pinheiro e José Willen Brasil Lima, apresenta o título “A educação de surdos no contexto da educação especial: reflexões sobre a conjuntura da escolarização nacional”. Vem enfatizando que discutir a educação especial hoje no Brasil parece ser um assunto desafiador, pois além de se fazer necessário o resgate do conteúdo ao longo da história é necessário ainda discutir as políticas educacionais que pregam a educação para entender os pros e os contras dos atos educativos.

Para tanto, este capítulo, objetiva compreender como está o cenário atual brasileiro da educação especial e mais especificamente a educação de surdos. E para isso, utilizou-se da pesquisa exploratória bibliográfica que teve como fonte de consulta, sites, artigos, Legislação Brasileira e obras de grandes e renomados estudiosos possibilitando assim uma discussão acerca da inclusão do surdo na educação brasileira.

E para atender a todas as expectativas, o referido capítulo é constituído por cinco tópicos interligados, sendo: 1 - Introdução; 2 - A educação especial no contexto histórico brasileiro; 3 - Reflexões sobre o processo de conceituação da surdez; 4 - Concepções e diálogos na educação de surdos; 5 - Conclusão, trazendo uma análise da pesquisa realizada.

- O segundo capítulo, escrito por Adriana de Moraes da Silva e Évila Caroline Soeiro Rocha, apresenta o título “Musicalidade e surdez: a música como referência de um estudo sobre o processo de interação do surdo com seu meio social”. Neste texto, as autoras buscaram analisar o processo de interação de pessoas surdas com seu meio social, tendo a música como um dos instrumentos que pode favorecer esse processo.

Assim, objetiva desenvolver um estudo sobre o processo de interação entre surdos e ouvintes no meio social, a partir da perspectiva de mecanismos, meios e/ou artifícios que possam favorecer tal processo, e neste sentido, discute a música como instrumento de interação verificando a possibilidade de que a partir da música/musicalidade o surdo possa apreender outros significados concernentes ao mundo. E para alcançar os objetivos



propostos, a discussão fundamentou-se tanto nos dados que foram coletados diretamente com pessoas surdas, como com ouvintes que trabalham com surdos, professores e familiares de pessoas surdas, além do referencial teórico de trabalhos de autores que tratam sobre o assunto em questão.

E, para melhor organização textual, o capítulo está organizado em cinco tópicos, que são: 1- Introdução; 2 - A construção do estigma sobre o surdo: algumas representações; 3 - Contextualizando música e surdez; 4 - Os benefícios da música na vida do surdo; 5 -Considerações finais.

- Érica Barbosa Mota, Maria Milena Gomes da Conceição, José Willen Brasil Lima e Moisaniei Oliveira Pinheiro, no capítulo terceiro, trazem a temática “A libras como instrumento de inclusão escolar do aluno surdo”. Este capítulo vem enfatizando a importância da Libras no contexto escolar diante dos diversos fatores que interferem diretamente o ensino-aprendizagem do aluno surdo. O capítulo objetiva discutir a importância da aula de Libras, enfatizando a necessidade da inclusão do aluno surdo e as problemáticas no ensino-aprendizagem causadas por diversos fatores. Deste modo, utilizou como metodologia a pesquisa bibliográfica, a partir de livros e outros meios, em uma abordagem analítico-discursiva com base nas teorias de Lacerda (2006), Brasil (2002), Skliar (1999),Quadro (2004) e (2006) e tomou por norte o Projeto de Lei 10.436 de 2002 e o Decreto 5.626 de 2005 que norteiam sobre o ensino de libras.

Para tanto, o texto levanta uma discussão sobre o processo de inclusão da pessoa surda, já que a mesma parece ser pouca assistida pelas políticas públicas educacionais. Está disposto em seis tópicos organizados da seguinte forma: Tópico 1: Introdução; Tópico 2: A surdez ao longo da história; Tópico 3: Língua brasileira de sinais – libras; Tópico 4: Alfabetização e o ensino da língua de sinais; Tópico 5: A libras e a in(ex)clusão do aluno surdo no contexto escolar; Tópico 6: Considerações finais.

- O texto quatro, “O tradutor/ intérprete da língua brasileira de sinais (Libras), é mais que uma estratégia para o aluno surdo na sala de

aula”, foi escrito por Clementina Araujo Jardim e Jerceu Benedito Mendes de Leão. Vem enfatizando que ainda hoje acontece que aluno surdo está em sala de aula regular e não tem o acompanhamento de um intérprete.

Com isso, o aluno surdo é prejudicado, pois acaba não tendo acesso ao material que deveria aprender e apreender para assimilar os conteúdos do currículo educacional. Para tanto, o referido capítulo tem objetivo analisar, compreender e elencar por que o profissional tradutor/intérprete da Libras, é mais que uma estratégia para o aluno surdo na sala de aula, ou no momento em que ocorre uma interpretação. Foi escrito com base em um levantamento bibliográfico com o intuito de fazer com que o leitor se interesse pelo assunto e tenha vontade de continuar a pesquisa, trazendo assim mais conhecimento com relação a este assunto ainda tão pouco divulgado, mas tão importante para a educação dos surdos.

Logo o referido texto compõe-se de cinco tópicos, sendo: Tópico 1: Introdução; Tópico 2: Conceitos relacionados a tradução/interpretação; Tópico 3: Dificuldades que acontecem durante uma tradução/interpretação; Tópico 4: Tradutor/intérprete: uma profissão desafiadora; Tópico 5: Qual o perfil esperado para o tradutor/intérprete de libras?; Tópico 6: Leis voltadas à educação dos surdos; Tópico 7: Considerações finais.

O texto cinco, “A interação verbal na sala de aula de letras-libras da Universidade do Estado do Pará” é de autoria de Áurea Luzia de Oliveira Ferreira. O referido capítulo tem como objeto de estudo a relação dialógica que ocorre na sala de aula do curso de Letras-Libras da Universidade do Estado do Pará, no ano de 2016. O objetivo é descrever e analisar as interações verbais ocorridas no contexto de sala de aula, considerando o conceito de relação dialógica que proposto por Michael Bakhtin. Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa e análise do tipo narrativa, cujos dados foram obtidos por meio de diário de campo, gravações entre professores, alunos e intérpretes de Língua de Sinais-Língua

portuguesa, tendo como norte o conceito de Mikhail Bakhtin de interação verbal.

E, para melhor organização, o referido texto compõe-se de oito tópicos, sendo: Tópico 1: Introdução; Tópico 2: Trajetória da pesquisa; Tópico 3: Interação verbal; Tópico 4: O interacionismo simbólico; Tópico 5: Linguística interacional; Tópico 6: O interacionismo de Bakhtin; Tópico 7; Análise da pesquisa; Tópico 8: Considerações finais.

Em tese, de um modo ou de outro, todos os autores desta coletânea, sob diferentes perspectivas, discutem o papel estratégico da escola, em sua função sócio educacional, em lidar com a questão do aluno surdo, reafirmando que o conhecimento e o compromisso são armas indispensáveis no enfrentamento e na superação dos vários problemas sociais causados pela discriminação e o preconceito àquela grande minoria das pessoas que apresentam um “desvio” da normalidade imposta pela sociedade atual.

Espera-se que a sagacidade, a profundidade e a abrangência do tratamento dado às diferentes grandezas que abarcam direta e indiretamente a questão educacional de surdos no contexto atual farão desta obra uma menção imperativa para estudantes, cientistas educacionais, educadores, formuladores de políticas e militantes que reconheçam na educação uma prática social estratégica de inclusão na construção de um Brasil justo e soberano e humanístico.



## Capítulo 01

# A educação de surdos no contexto da educação especial: reflexões sobre a conjuntura da escolarização nacional

*Maura Cleiciane Silva Andrade*

*Moisaníel Oliveira Pinheiro*

*José Willen Brasil Lima*

### 1. Introdução.

O presente artigo tem como finalidade apresentar as ideias que irão conversar a respeito da compreensão de como está o cenário brasileiro da educação especial especificadamente a educação de surdos. A história vem narrando as dificuldades que a educação especial vem enfrentando ao longo dos anos no país. As pessoas com deficiência eram dotadas como doentes ou diferentes e por esse motivo, por não serem normais, muitas iam para isolamentos, eram privadas de oportunidade de convivência com a família, da vida escolar, do acesso ao trabalho e outras mais.

Apesar de pouco investimento por parte do poder público a educação especial no Brasil foi ganhando espaço lentamente através de criação de instituições. Porém essas instituições tinham como objetivo prestar assistência e sua função era apenas em auxiliar os deficientes. No Brasil, com a Constituição Federal, de 1988, nos Art. 205, 206 e 208 enfatiza a educação como um direito

de todos e a igualdade de condições de acesso a permanência na escola, ofertando atendimento educacional especial preferencialmente na rede regular de ensino.

Nesse sentido, a referida pesquisa surgiu a partir da seguinte problemática: **Como está a educação de surdos no contexto da educação especial a partir de reflexões sobre a conjuntura da escolarização nacional?** Diante disso nasce a temática “**A EDUCAÇÃO DE SURDOS NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL: reflexões sobre a conjuntura da escolarização nacional**”. E, para fazer face a essa temática as seguintes questões norteadoras foram estabelecidas: Como esteve sendo retratada a educação especial no Brasil ao longo da história? Quais os principais aspectos que caracterizam a surdez? Quais as principais as questões e diálogos relevantes na educação de surdos nos dias de hoje?

Assim sendo, para melhor organização do estudo aqui descrito, o presente texto é constituído por cinco tópicos interligados estando organizado da seguinte forma: Tópico 1: Introdução; Tópico 2: A educação especial no contexto histórico brasileiro; Tópico 3: Reflexões sobre o processo de conceituação da surdez; Tópico 4: Concepções e diálogos na educação de surdos; Tópico 5: Conclusão, trazendo uma análise da pesquisa realizada.

Deste modo, constituiu-se como objetivo geral compreender como está o cenário brasileiro da educação especial e mais especificamente a educação de surdos, seguido dos objetivos específicos: Pesquisar como esteve sendo retratada a educação especial no Brasil ao longo da história; Mostrar os principais aspectos que caracterizam a surdez; Enfatizar sobre as questões e diálogos relevantes na educação de surdos nos dias de hoje.

## **2. Metodologia.**

Para este estudo, utilizou-se da pesquisa bibliográfica, a partir de livros e outros meios em uma abordagem analítico-discursiva que ora fazem conexões entre ideias de autores distintos

em que se destacam: Coelho (2012) com a obra “Língua Brasileira de Sinais”; Garcia (2012), com “O que todo pedagogo precisa saber sobre Libras”, ambos os autores contribuindo com meios e sugestões para se trabalhar com a educação de surdos, e, para dar referência no contexto da educação inclusiva, teve-se como parâmetros autores como Urbanek (2011) com “Educação inclusiva”, e para conceituar a inclusão da educação de surdos, Alvez (2010), “Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez”; e, Silva (2011), “Língua Brasileira de Sinais – Libras”. Todos dando suporte à pesquisa com suas obras e teorias voltadas aos estudos de inclusão da educação especial no Brasil.

Vale ressaltar que se optou por esta forma de pesquisa por acreditar que ela apresenta grandes elementos que contribuirão para alavancar a compreensão das particularidades históricas quanto ao cenário da educação especial no Brasil, mais especificamente a educação de surdos.

### **3. A educação especial no contexto histórico brasileiro.**

O aparecimento da Educação Especial no Brasil teve início no século XIX (em 1824) quando foi promulgada a primeira Constituição Brasileira, defendendo em seus artigos a gratuidade da instrução primária para todos. Essa mesma Constituição não explica de quem seria a responsabilidade pelo sistema e pelo processo educacional, eximindo o poder público desse compromisso. A criação de instituições para abrigar pessoas com deficiências, loucos, leprosos e outros doentes significava a materialização das formas mais avançadas de cuidar dessa nova ordem social. As pessoas que fugissem dos padrões biológicos da sociedade deveriam se isolados de modo a garantir o bom relacionamento entre os demais, nada poderia impedir a manifestação das vontades particulares. (URBANEK, 2011).

A Igreja e burguesia no Brasil se esforçavam para a realização desse processo de isolamento e segregação das pessoas diferentes ou doentes. Em 1854, no Rio de Janeiro foi criado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos, atual Instituto Benjamin Constant-IBC, e, em 1857, o Instituto dos Surdos Mudos, atualmente denominado Instituto Nacional da Educação de Surdos. Inicialmente esses institutos tinham como objetivo somente oferecer abrigo e proteção para os deficientes, tendo sido reproduzidos, de acordo com modelos europeus.

Mais adiante, em 1960 ocorreu o maior crescimento de criação de escolas especiais. Em 1961, quando já vigorava a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº. 4.024/61 fazia referência a educação dos excepcionais, garantido, assim a educação aos deficientes. De acordo com o Instituto Prominas:

**Art.88.** A educação de excepcionais, deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral de educação, a fim de integrá-los na comunidade.

**Art.89.** Toda iniciativa privada considerada eficiente pelos conselhos estaduais de educação, e relativo à educação de excepcionais, receberá dos poderes públicos tratamento especial mediante bolsas de estudo, empréstimos e subvenções. (LDBEN nº. 4.024 de 20 de dezembro de 1961 apud UCAM, 2017).

A partir dos anos 70, do século XX, no Brasil, aconteceu nessa época a institucionalização da educação especial quanto aos planejamentos e às políticas públicas, com a criação do Centro Nacional de Educação Especial, em 1973. Assim, pode-se dizer que, no Brasil, a educação como um direito de todos e a igualdade de condições de acesso e permanência na escola, ofertando atendimento educacional especial preferencialmente na rede regular de ensino, é um mérito que vem sendo conquistado de acordo com a legislação nacional.

A Lei nº. 7.853/89 (Brasil, 1989 apud URBANEK Dinéia, 2011) garante a educação especial na escola pública e determina no item



“c”, a sua oferta obrigatória e gratuita em estabelecimentos públicos de ensino, prevendo pena de reclusão de 1 a 4 anos pra quem recusar, suspender ou cancelar sem justa causa a inscrição de alunos em estabelecimentos de ensino de qualquer curso ou grau, público ou privado, por motivos derivados da deficiência que porta.

Na década de 90 do século XX, começaram no Brasil as discussões em torno do novo modelo de atendimento educacional denominado inclusão escolar. Esse no paradigma surgiu como uma reação contrária ao processo de integração e sua efetivação prática gerou muitas controvérsias e discursões, pois não se podia garantir a existência de um espaço inclusivo apenas colocando o deficiente na rede regular de ensino, mas, sim, por meio de preparação para dar conta de trabalhar de maneira democrática a diversidade que se encontrava e se encontra em seu interior.

Para tanto, o Brasil optou pela construção de um sistema educacional inclusivo ao concordar com a Declaração Mundial de Educação para Todos, firmada em Jomtiem, na Tailândia, em 1990. Em que 1994, promovida pelo governo da Espanha e pela Unesco, foi realizada Conferência Mundial sobre Necessidades Educacionais, que produziu a Declaração de Salamanca, tida como o mais importante marco mundial da educação inclusiva. Essa declaração serve como base nas discussões para criações de novos encaminhamentos no país, proclama que as escolas regulares com orientação inclusiva constituam os meios mais eficazes de combater atitudes discriminatórias e que os alunos com necessidades educacionais especiais tenham acesso à escola regular. Em seu parágrafo 15, a Declaração esclarece que:

A educação integrada e a reabilitação apoiada pela comunidade representam dois métodos complementares de ministrar o ensino a pessoas com necessidades educativas especiais. Ambas se baseiam no princípio da integração e participação e representam modelos bem comprovados e muito eficazes em termos de custo para formentar a igualdade de acesso das pessoas com necessidades educativas especiais, que faz parte de

um estratégia nacional cujo o objetivo é conseguir educação para todos” (UNESCO,1994 apud URBANEK, 2011, p. 40).

E, em 1996, a nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº.9.394/96, enfatiza:

**Art. 59.** Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação:

I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades;

(...)

IV - educação especial para o trabalho, visando a sua efetiva integração na vida em sociedade, inclusive condições adequadas para os que não revelarem capacidade de inserção no trabalho competitivo, mediante articulação com os órgãos oficiais afins, bem como para aqueles que apresentam uma habilidade superior nas áreas artística, intelectual ou psicomotora;

V - acesso igualitário aos benefícios dos programas sociais suplementares disponíveis para o respectivo nível do ensino regular. (BRASIL, 2016, p.19)

Atualmente, muitos alunos com deficiências, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação estão matriculados em classes comuns de escolas públicas em todo território nacional, o que significa uma mudança do ponto de vista em relação, ao atendimento em classes separadas, para atual percepção de que os espaços mais adequados são os espaços comuns. E com essa perspectiva, a legislação brasileira vigente estabelece a não exclusão do aluno do sistema educacional geral sob alegação de deficiência, privilegia a matrícula desses alunos nas escolas comuns públicas, e para complementar à aprendizagem, investe em implantação de salas de recurso multifuncionais. Vale ressaltar que a inclusão dos alunos com deficiências ainda não está se dando de fato, mas pelo menos o contexto educacional já avançou bastante no que diz respeito a atenção a esse público alvo da educação, se compararmos a nossa história passada.

#### **4. Reflexões sobre o processo de conceituação da surdez.**

Quando se fala em deficiência auditiva, faz-se necessária à compreensão do que verdadeiramente seja o sentido de Surdez. E, para que possa-se compreender as implicações desta deficiência, de início, faz-se necessário traçar reflexões acerca deste tema, e para tanto destaca-se o que pontua Rodrigues (2008 apud COELHO, 2012, p.4) “(...) Segundo a FENEIS (Federação Nacional dos Surdos), o surdo-mudo é a mas antiga e incorreta denominação atribuída ao surdo, e infelizmente ainda utilizada em certas áreas e divulgadas nos meios de comunicação. Para eles o fato de uma pessoa ser surda não significa que ela seja muda”.

Porém, é preciso compreender as diferenças entre Surdez e Mudez, pois ser surdo não significa, necessariamente, ser mudo. A maioria das pessoas tem dificuldade de diferenciar, e para esclarecer observa-se o que diz segundo Coelho (2012, p.4) “A mudez é outra deficiência. (...) O surdo é o indivíduo em que a audição não é funcional para todos os sons e ruídos ambientais da vida; que apresenta altos graus de perda auditiva, prejudicando a aquisição da linguagem e impedindo a compreensão da fala através do ouvido”.

Porém, Gesser (2010 apud COELHO, 2012, p.5) diz que:

Não é apenas a escolha acertada de um termo que elimina os preconceitos sociais. Os preconceitos podem estar disfarçados até mesmo nos discursos que dizem assumir a diferença e a diversidade. Mas sabemos que os termos adequados mais utilizados são “deficiente auditivo” ou “surdo”.

Segundo Fernandes (2003 apud Coelho, 2012, p.5), surdez é a privação parcial ou total do sentido de ouvir. Essa perda da audição, dificulta a compreensão e a comunicação da pessoa afetada. Ela pode acontecer por causa congênitas, quando a pessoa já nasce com a deficiência causadas por viroses maternas, ou

adquirida ao longo de vida, pôr uma predisposição genética, pode nascer surda ou adquirir posteriormente através de uma doença ou acidente. Portanto, pode-se perceber que existem diversas causas que propiciam a surdez, quer dizer, o indivíduo pode nascer surdo ou adquiri-la como consequência de vários fatores que levam a perda da audição.

Segundo Coelho (2012, p.10) a surdez pode ser dividida em dois grupos. Congênita: quando o indivíduo já nasce surdo. “nesse caso a surdez é pré-lingual”, ou seja ocorreu antes da aquisição da linguagem; e, adquirida: quando o indivíduo perde a audição no decorrer da sua vida. Nesse caso à Surdez poderá ser “pré ou pós-lingual”, dependendo da sua ocorrência ter se dado antes e depois da aquisição da linguagem.

Quanto a etiologia (causas da surdez), segundo Coelho (2012, p. 11) ela se dividi em:

- **Pré-natais:** surdez provocada por fatores genéticos e hereditários, doenças adquiridas pela mãe na época da gestação, e exposição da mãe a drogas ototoxidas;
- **Peri-natais:** surdez provocada mais frequentemente por parto prematuro, anoxia cerebral e trauma de parto;
- **Pós-natais:** surdez provocada por doenças adquiridas pelo indivíduo ao longo da vida, como: meningite, caxumba, sarampo. Além do uso de medicamentos ototoxidas.

Deste modo, as Leis números 10.048, de 8 de novembro de 2000, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, estabelecem normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida. Elas definem a deficiência auditiva como “(...) perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

Conforme considera Coelho (2012) o parcialmente surdo é classificado como **Surdez Leve**-pessoa que apresenta perda auditiva de até quarenta decibéis, e, **Surdez Moderada** - Pessoa

que apresenta perda auditiva entre quarenta e setenta decibéis; o **surdo, como Surdez Severa**- Pessoa que apresenta perda auditiva entre setenta e noventa decibéis, e, **Surdez Profunda** - Pessoa que apresenta perda auditiva superior a noventa decibéis.

E, quando se fala em surdez ou pessoas surdas, não se pode esquecer da língua própria dessa clientela, a LIBRAS. A LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais apresenta-se como um dos principais aspectos de construção da identidade do surdo, é a manifestação de sua linguagem. A construção da identidade surda se fortalece a partir do momento em que eles se relacionam com seus pares, pois socializam suas histórias, dificuldades e alegria. Esses encontros acabam por resultar no surgimento das comunidades surdas. E a Libras não pode deixar de está presente nesse contexto, para Skliar (2001 apud SILVA 2011, p. 140). “A identidade está ligada a relações sociais, pois é constituída e manifestada na interação com o outro, podendo ser entendida como o conjunto de características específicas de uma pessoa que e diferencia da outra”.

Portanto, a identidade representa as características de cada indivíduo e define a aceitação ou não da surdez, independente de raça ou classe social.

## **5. Concepções e diálogos na educação de surdos.**

A Educação de Surdos desenvolveu-se em nosso país a partir de 1857, quando o Instituto de Surdos – Mudos do Rio de Janeiro, atual Instituto Nacional de Educação dos Surdos-INEIS. O instituto inicialmente utilizava a língua dos sinais, em 1911 passou a adotar o Oralismo. Ser uma pessoa oralizada significa desenvolver sua fala por meio da vocalização dos sons, ainda que, não pudesse ouvir sua própria voz. Esse tipo de concepção e, conseqüentemente, esse método de ensino, chamado oralismo, prevaleceu por muito tempo, especialmente depois da decisão do II Congresso Internacional Sobre Instrução de Surdos, que aconteceu em Milão,

em 1880, que entendia que o método de ensino, mais adequado aos surdos seria a oralização.

Nesse sentido, o trabalho era de recuperação auditiva, tratamento de reabilitação e exercícios mecânicos. O professor era mero treinador de fonemas e o aluno deveria empreender todos os esforços possíveis para realizar uma boa leitura labial.

Segundo Alvez (2010, p. 7), a abordagem educacional por meio do bilinguismo visa capacitar à pessoa com surdez para a utilização de duas línguas no cotidiano escolar e na vida social, quais sejam: a língua de sinais e a língua da comunidade ouvinte. Estudos têm demonstrado que esta abordagem corresponde melhor às necessidades do aluno com surdez, em virtude de respeitar a língua natural e construir um ambiente propício para a sua aprendizagem escolar.

Na perspectiva inclusiva da educação de pessoas com surdez, o bilinguismo que se propõe é aquele que destaca a liberdade de o aluno se expressar em uma ou em outra língua e de participar de um ambiente escolar que desafie seu pensamento e exercite sua capacidade perceptivo-cognitiva, suas habilidades para atuar e interagir em um mundo social que é de todos, considerando o contraditório, o ambíguo, as diferenças entre pessoas.

De acordo com o Decreto 5.626, de 5 de dezembro de 2005, as pessoas com surdez têm direito a uma educação que garanta a sua formação, em que a Língua Brasileira de Sinais e a Língua Portuguesa, preferencialmente na modalidade escrita, constituam línguas de instrução, e que o acesso às duas línguas ocorra de forma simultânea no ambiente escolar, colaborando para o desenvolvimento de todo o processo educativo.

Em uma pesquisa realizada pela Universidade Federal do Pará em 2016, observou-se que a educação de surdos vem ocorrendo em um processo de avanços e descobertas, caminhando a pequenos passos, em que os surdos estão lutando por seus espaços nas escolas. Mas sabe-se que ainda existem muitos passos a dar em relação a melhoria de qualidade na educação de

alunos surdos. Com isso é que a autora Rosa (2008 apud, LOBATO, 2016, p. 57.) a firma que “sendo assim, o professor precisa organizar – se de maneira a não centralizar a aprendizagem em si e acreditar que a troca entre os alunos também favorece a aprendizagem”. Ao relatar este pensamento, a autora evidencia que muitos professores que procuram repassar o conhecimento de maneira objetiva, quando na verdade ele (o professor) pode utilizar o conhecimento que os alunos possuem para ajudá-los na concretização da aprendizagem, havendo assim uma melhor organização e dedicação entre docentes e discentes.

Desta forma acredita-se que as atividades e as avaliações desenvolvidas com os alunos ouvintes ou com ouvintes e surdos, com base em metodologias renovadoras, com atividades lúdicas e jogos adaptados em libras possam despertar e interesse pelo aprender do aluno surdo. Assim, propõe-se que haja um acompanhamento diferenciado para os alunos surdos, isto é, de modo que este possa expor suas dificuldades para que assim o professor consiga ajudá-lo da melhor maneira possível a alcançar os objetivos da aula. Vale ressaltar que mesmo com a produção destas atividades e jogos, é possível que ainda ocorra muitas dificuldades nesse processo, principalmente na área da leitura, escrita e cálculo do aluno surdo. Logo estes materiais servem como suporte para sanar essas dificuldades que são intensas com estes alunos.

Com isso, sugere-se que seja importante que aconteça algumas mudanças no contexto das escolas que possuem classes com alunos surdos inclusos nesta classe, tais mudanças podem ser listadas como: salas equipadas com qualidade para atender alunos surdos melhorando sua aprendizagem; Profissionais qualificados na área da surdez para facilitar o convívio e a comunicação do aluno surdo no ambiente escolar; Cursos de capacitação para todo corpo docente e apoio em que o surdo está inserido buscando melhorias e interação de todos; Ter mais apoio dos órgãos públicos para desenvolver melhor os trabalhos na área da surdez;

Construção de salas bilíngue para alunos surdos do município para ajudar na aprendizagem do aluno surdo, entre outras.

Sendo assim, a escola inclusiva deve estar preparada para atender os alunos surdos e as que não estiverem, deve-se adequar de acordo com as necessidades dos alunos, para que haja a aprendizagem, considerando que a proposta pedagógica deve possibilitar o conhecimento dos alunos indiferentemente de sua condição, levando-os a formular suas ideias, a partir do questionamento de pontos de vista e da liberdade de expressão. E, para que construam conhecimento, as aulas devem ser planejadas pelos professores com o objetivo de inclusão educacional e social.

## **6. Considerações finais.**

O presente artigo foi desenvolvido por meio de pesquisas realizadas com o intuito de compreender como está retratada a educação especial brasileira enfatizando um recorte na educação de Surdos.

No decorrer do desenvolvimento deste texto, observou-se que a educação especial vem enfrentando um processo contínuo, pessoas eram discriminadas por não apresentarem um padrão que se encaixasse na sociedade, ou seja, os surdos, mudos, deficientes visuais entre outros como pessoas normais, com a capacidade de se impor no seu meio social, eram postas em instituições, criados pelo governo da época, que eram de caráter assistencialista e não atendiam as reais necessidades das pessoas com deficiência. Depois de séculos, por meio de Leis, o processo educativo tradicional, começou a integrar pessoas com deficiência em salas normais. Sendo assim, os surdos começam a compartilhar as salas com ouvintes nas escolas do país, passando assim a existir classes mistas, com a intenção de integrar crianças e jovens surdos a comunidade. Porém quando se fala sobre educação inclusiva, pensa-se que todas as crianças com algum tipo de deficiência sejam incluídas na vida educativa e social.



Por meio da legislação, fica o Estado obrigado a dar assistência às pessoas com qualquer tipo de deficiência, acesso a educação básica e ao atendimento educacional especializado, mesmo assim, essas pessoas encontram varias dificuldades na aprendizagem e em se relacionarem na sociedade, muitas vezes são inseridas no ambiente escolar, sem estrutura adequada, profissionais não qualificados para atender esse público.

Para tanto, não se pode permitir que a sociedade negue a qualquer aluno o direito de aprender, lado a lado com os companheiros de sua geração em escolas comuns. Desta forma, os órgãos governamentais devem proporcionar um ensino de qualidade dando suporte ao corpo escolar para atender estes alunos e que os mesmos estejam aptos à receber um ensino diferenciado e acessível as suas necessidades.

## 7. Referências

ALVEZ, Carla Barbosa; FERREIRA, Josimário de Paula; DAMÁZIO, Mirlene Macedo. **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar: Abordagem bilíngue na escolarização de pessoas com surdez.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial; [Fortaleza]: Universidade Federal do Ceará, 2010. V. 4. (Coleção A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão Escolar).

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988,** com as alterações adotadas pelas Emendas Constitucionais nos 1/1992 a 68/2011, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008 e pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/1994. – 35. ed. – Brasília: Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2012.

BRASIL. [Lei Darcy Ribeiro (1996)]. **LDB: Lei de diretrizes e bases da educação nacional: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** – 13. ed. – Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2016. – (Série legislação; n. 263 PDF)

BRASIL. **Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005**. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5626.htm)

BRASIL. Lei nº **10.048, de 8 de novembro de 2000**. Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/LEIS/L10048.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L10048.htm).

BRASIL. Lei nº **10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L10098.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm).

COELHO, Kátia Solange. **Língua Brasileira de Sinais-LIBRAS**. Indaial: Uniasselvi, 2012.

GARCIA, Eduardo de Campos. **O que todo pedagogo precisa saber sobre Libras**. Salto, SP: Schoba, 2012.

HONORA, Márcia; FRIZANCO, Mary Lopes Esteves. **Livro Ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: Desvendando a Comunicação usada pelas pessoas com surdez**. São Paulo: Ciranda Cultura, 2009.

LOBATO, Huber Kline Guedes; SILVA, Lucival Fabio Rodrigues da; FIGUEIREDO, Daiane Pinheiro (Organizadores). **Diálogos sobre inclusão escolar e ensino aprendizagem da Libras e Língua Portuguesa como segunda língua para surdos**. Belém-Pará: UFPA, 2016, p. 179.

SILVA, Lúcia da. **Língua Brasileira de Sinais - Libras**. Curitiba: Editora Fael, 2011.

UCAM - UNIVERSIDADE CÂNDIDO MENDES. **Psicologia da Educação**/ Material Didático: coletânea de textos. Instituto Prominas. MG, 2017.

URBANEK, Dinéia; ROSS, Paulo. **Educação inclusiva**. 2. ed. Curitiba: Editora Fael, 2011.

## Capítulo 02

# **Musicalidade e surdez: a música como referência de um estudo sobre o processo de interação do surdo com seu meio social**

*Adriana de Moraes da Silva*

*Évila Caroline Soeiro Rocha*

### **1. Introdução.**

O presente trabalho tem por objetivo desenvolver um estudo sobre o processo de interação entre surdos e ouvintes no meio social, a partir da perspectiva de mecanismos, meios e/ou artifícios que possam favorecer tal processo, e neste sentido, busca-se analisar a música como instrumento de interação, com vistas a verificar a possibilidade de que a partir da música/musicalidade o surdo pode apreender outros significados concernentes ao mundo.

A opção por este estudo decorre da necessidade de se levantar reflexões e questionamentos acerca de alguns posicionamentos e opiniões relacionados à vivência dos surdos em seu meio social. Destaca-se dentre essas opiniões, a de que a música como manifestação sonora é considerada inacessível aos surdos, entendimento equivocado daqueles que acreditam que qualquer tipo de sonoridade só pode ser percebido pelo canal auditivo.

Tendo em vista que ainda existe um grande preconceito das pessoas com relação à capacidade do sujeito surdo e que existem

poucos trabalhos que tratam tal temática, propusemos a realização deste estudo que procura evidenciar a importância da música na vida do surdo, na perspectiva de despertar a sensibilidade, o olhar e o interesse da sociedade para as inúmeras possibilidades que podem ser pensadas quando se discutem meios que possam favorecer a interação entre sujeitos no contexto social. A partir dessa relação dialética procurou-se fundamentar a discussão não só em autores que tratam à temática, mas também, em depoimentos de pessoas surdas, uma vez que se pode verificar, ao longo da vivência e experiência das autoras e do contato com indivíduos surdos nas cidades de Soure, Belém e Cametá no estado do Pará, localidades onde se desenvolveu a pesquisa, distintos posicionamentos sobre a relação surdez, musicalidade, sonoridade, inclusão e interação social. Esta proposta de estudo originou-se em função do número reduzido de produção científica publicada sobre essa matéria e do contato com seis pessoas surdas, moradoras das cidades de Soure e Belém, dentre elas: uma dançarina de Carimbó<sup>1</sup>, um ator de teatro, uma professora de Libras, um dançarino de quadrilha junina, um músico tecladista e um integrante de banda marcial.

Além desses informantes, fontes de dados essenciais para o desenvolvimento da pesquisa, buscou-se estabelecer contato com outras pessoas que compartilhassem essa vivência com surdos, principalmente, no contexto de práticas sociais que não se restringissem ao convívio familiar, e então, efetivou-se contato também com uma professora ouvinte que possui longa experiência no ensino de música para surdos em Belém do Pará, e ainda com a coordenadora de um grupo folclórico de Soure, a quem aqui chamaremos de Dona Margarida<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Muito conhecida no norte do Brasil, principalmente no estado do Pará, na chamada Região Bragantina, reconhecido como Patrimônio Cultural Brasileiro no dia 11 de setembro de 2014, o Carimbó é um tipo de dança de roda, de origem indígena e com outras influências culturais, da qual participam homens e mulheres, que, em pares, dançam ao som de uma espécie de tambor, de nome Curimbó, feito de tronco de árvores da região, e que, atribuiu nome à dança.

<sup>2</sup> Destaca-se que alguns nomes de pessoas constatadas durante o desenvolvimento da pesquisa foram trocados, a pedido dos próprios entrevistados, a fim de preservar sua identidade.

Para a realização das entrevistas, foi necessário que tomássemos algumas medidas específicas, principalmente quando se tratavam de nossos informantes principais. A professora de Libras, que é surda, por exemplo, foi entrevistada com a presença de intérprete de Libras, sendo que seu discurso sinalizado foi transcrito já no momento da entrevista e entregue à mesma para verificar se estava de acordo com a sua entrevista. Já o ator surdo participou de entrevista gravada em vídeo e com a presença de intérprete de Libras. A dançarina de Carimbó e o músico tecladista, por não se comunicarem em Libras, optaram por escrever suas opiniões a partir de um roteiro de entrevista que lhes foi apresentado. O integrante da banda marcial participou de entrevista gravada em vídeo, sem a presença de intérprete de Libras. O dançarino de quadrilha junina foi entrevistado sem a presença de intérprete usando a língua de sinais, sendo que sua sinalização em Libras foi transcrita no momento da entrevista e apresentada para que o mesmo avaliasse e confirmasse as informações da transcrição.

A professora ouvinte que ensina música para surdos em Belém, foi entrevistada por meio de áudio, cuja gravação foi posteriormente enviada por ela via endereço eletrônico, já que não foi possível estabelecermos contato pessoalmente. A coordenadora do grupo folclórico participou de entrevista gravada em áudio pessoalmente.

## **2. A construção do estigma sobre o surdo: algumas representações.**

Ao traçar-se um breve histórico sobre a vida do surdo nas sociedades, observa-se que a ideia de deficiência, ligada a sua condição no meio social, sempre esteve ligada ao que se pode considerar como um estigma.

Estigma é aplicado fundamentalmente para referir-se a diversas desgraças que podem acometer o ser humano: físicas, psíquicas, morais, mentais. O que fica evidente é que algumas pessoas não preenchem as expectativas que se tem delas, no que se refere a atributos estabelecidos como naturais. Esses atributos são

estabelecidos pela sociedade como meios de categorizar os sujeitos (HAGUIARA- CERVELLINE, 2003, p.59).

Haguiara-Cervellini (2003) revela que o surdo, na Antiguidade, era visto como um ser incapaz de ser educado, não sendo encarado como um ser humano capaz de raciocinar ou pensar. Existem relatos de que em algumas cidades da Grécia e na Roma Antiga, os surdos, assim como pessoas nascidas com outras deficiências, eram abandonados e até mesmo sacrificados.

Ainda conforme Haguiara-Cervellini (2003), até a Idade Média, os surdos não tinham direitos civis nem religiosos e eram impedidos de ter uma vida social. Já no século XVI, passaram a ser concebidos como pessoas que poderiam ser ensinadas a ler, escrever e a compreender ideias abstratas através de sinais. No início da Idade Moderna, a educação de surdos na Espanha começou a se efetivar e passaram a ser reconhecidos na sociedade como pessoas que poderiam ser educadas, que tinham capacidade de aprender e de se socializar, mas, somente surdos de famílias nobres eram ensinados a falar por um professor chamado Pedro Ponce de Leon<sup>3</sup>

A partir do século XX, principalmente depois da Segunda Guerra Mundial, com a publicação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, o homem passou a ser reconhecido como alguém possuidor de direitos que devem ser garantidos em seu meio social, como alguém que pode ser diferente, e que, sendo negro, índio ou deficiente, todos têm sua cultura e valores. Isso significa dizer que todos os homens têm suas limitações em algum aspecto, mas não tem limitação em seus direitos, o que vale obviamente para as pessoas surdas. Assim, como afirma Mainieri (2012, p. 37) “[...] A tendência é que a sociedade se prepare cada vez mais para receber, oportunizar e respeitar a diversidade”.

No Brasil, com a regulamentação da Lei: N<sup>o</sup> 10.436, de 24 de abril de 2002, que reconhece a Língua Brasileira de Sinais -

---

<sup>3</sup> Um monge espanhol beneditino que recebeu créditos como o primeiro professor para surdos.

Libras como meio de comunicação e expressão, considera-se um grande avanço em relação à garantia da cidadania das pessoas surdas nascidas no território nacional.

Atualmente, percebe-se que os surdos vêm conquistando espaço na sociedade, passando a ter assegurados seus direitos civis e seu acesso à educação, entre outros. Isso significa dizer que alguns estigmas já começaram a dar lugar a uma visão mais ampla e esclarecida sobre o papel do deficiente em geral na sociedade, sendo assim, os surdos passaram a conquistar cada vez mais espaço em diversas esferas sociais. Entretanto, reconhece-se que ainda há muitos obstáculos que precisam ser ultrapassados para o reconhecimento pleno dos direitos da comunidade surda.

Considerando que o preconceito é gerado e disseminado em decorrência do desconhecimento, uma vez que é desprovido de conhecimento de causa, infere-se que a melhor maneira de superá-lo e eliminar os nocivos estigmas que são criados em função dele é através do devido esclarecimento, do acesso à informação e da quebra de paradigmas. Sobre este assunto Conceição (2012) afirma que:

[...] Ora, sabemos que o preconceito é oriundo de um pré-conceito e, como todo conceito prévio, está isento de conhecimento de causa. Assim, é necessário levarmos informações consistentes às pessoas, a fim de superarmos esses estigmas, inclusive a própria pessoa surda (CONCEIÇÃO, 2012, p. 19).

Apresentou-se aqui essa discussão sobre estigma para dizer que a ideia de que o surdo não pode ter acesso à musicalidade, ou mesmo à música, é mais um estigma, fruto de preconceito, já que as pessoas não sabem que se podem apreender ondas sonoras por outros meios como o corpo, no caso das vibrações. Ainda seguindo a percepção de Conceição (2012),

No caso dos surdos, especialmente, ao contrário do que muitos pensam, já é confirmado que podem e conseguem sentir as vibrações sonoras, elevando a auto-estima e melhorando a compreensão de um mundo que se comunica basicamente

através da sonoridade. Obviamente, temos que ter sempre em mente que nem todos os surdos serão sensíveis à música, assim como nem todos os ouvintes são. (CONCEIÇÃO, 2012, p. 13).

Na verdade, é importante ressaltar que, assim como tem surdos que se apropriam e conseguem sentir a música e as várias sensações que ela pode causar, há aqueles que não gostam, não sentem nenhum tipo de emoção, de afinidade com a música.

Já na concepção de muitos ouvintes podemos perceber através de diálogos com essas pessoas, que a música para a maioria delas é algo que faz parte da vida dos surdos, já que sua percepção só poderia ser efetivada através do canal auditivo. Entretanto, esta é uma noção equivocada, que corresponde a um posicionamento carregado de preconceitos e cristalizado na sociedade, como já mencionado anteriormente. Na verdade, não se pode privar o surdo de experimentar as sensações que a música provoca, principalmente os benefícios que causa no aspecto emocional.

### **3. Contextualizando música e surdez.**

Ressalta-se que a música sempre esteve presente na história da humanidade e nas mais variadas ocasiões, inclusive sendo considerada, já na Grécia Antiga, por exemplo, como importante área de conhecimento para a formação integral do indivíduo.

A esse respeito, Haguiara-Cervellini (2003) nos esclarece que a música “[...] pode estar presente nos currículos das escolas especiais, mas o que se constata é a sua utilização como instrumento de estimulação auditiva, visando ao aprimoramento da fala, seu ritmo e entonação” (HAGUIARA-CERVELLINI, 2003, p. 39-40).

A partir das experimentações feitas com surdos utilizando a música, começou-se a perceber outras situações que a música poderia proporcionar, trazendo benefícios à pessoa surda no que se refere à possibilidade de experimentar sensações como: prazer, alegria, realização, conforto, o que se imaginava que somente as



pessoas ouvintes poderiam sentir no contato com a música. Sobre o direito a essas sensações, Haguiara-Cervellini (2003) informa que:

O canto sempre esteve presente em todos os momentos da vida humana. O homem sempre cantou para brincar, para afugentar os maus espíritos, para embalar uma criança, para chorar seus mortos, para se dirigir aos deuses ou comemorar momentos de grande alegria. Esse canto sempre foi direito de todos os homens (HAGUIARA- CERVellini, 2003, p.114).

Outro aspecto relevante ligado à relação entre música e surdez diz respeito ao seu caráter da música enquanto instrumento favorável ao desenvolvimento cognitivo do indivíduo, inclusive do surdo, e por isso existem experiências que mostram professores utilizando a música como recurso pedagógico dentro de sala de aula, com a perspectiva de auxiliar e complementar o trabalho, suas práticas, sobretudo na perspectiva da relação entre ensino e ludicidade.

Cada vez mais, as escolas utilizam a música como um recurso pedagógico para alfabetizar seus alunos. A música atrai e envolve os alunos, serve de motivação, eleva a auto-estima, estimula áreas do cérebro, desenvolve a sensibilidade, a criatividade, a capacidade de concentração, o raciocínio lógico, a socialização e a expressão corporal. (KRZESINSKI; CAMPOS, 2006, p.118).

Vale ressaltar alguns elementos que Haguiara-Cervellini (2003) distingue ao falar sobre musicalidade e musicalização. Para a autora,

Musicalidade é a possibilidade que o homem tem de expressar a música interna, ou entrar em sintonia com a música externa, por meio do seu corpo e seus movimentos, por meio da sua voz, cantando, do tocar, do perceber um instrumento sonoro musical ou não, ou de uma escuta musical atenta (HAGUIARA-CERVellini, 2003, p.75).

Tem-se, então, nas palavras da autora a explicitação de que a música não é tão somente uma canção ou um conjunto de elementos sonoros, mas que corresponde a todo um processo de expressão do

mundo e que a musicalidade diz respeito à apropriação consciente dos elementos dessa linguagem. Na verdade, reconhecidamente, os surdos apreendem a música e podem se apropriar dela por meio de sua relação de corporeidade com o mundo, através da percepção de fenômenos físicos, como as ondas sonoras e também pela vibração que os sons musicais produzem.

Fazendo referência a Vigarello (1978), Soares (2002) afirma que um dos primeiros meios pelos quais a criança apreende o mundo é o corpo, considerando-o como um lugar essencial para a comunicação com o seu meio social, pois é possível que cada indivíduo transmita através dele sua própria cultura, assim, relacionando tal informação com a música, pode-se notar isso, por exemplo, quando as pessoas mudam seu estilo de vida, seu jeito de vestir, falar, de acordo com seu estilo musical, usando seu próprio corpo para fazer essa representação.

Por esta razão, o corpo como forma de comunicação e apreensão do mundo é de suma importância para o contato do surdo com a música, já que é também por meio dele que o surdo consegue perceber a música sentindo as vibrações.

De modo geral, existe a ideia de que a música não é para as pessoas surdas, o que na verdade pode-se considerar como uma visão carregada de preconceito, pois a música pode ser percebida por outros sentidos além da audição, principalmente por meio das vibrações que chegam ao corpo. Miranda (2010) aponta que durante a *87ª Assembléia Científica e Encontro Anual da Sociedade de Radiologia da América do Norte* foram apresentadas descobertas feitas pelo Dr. Dean Shibata, onde ele mostra que os surdos podem sentir a vibração na mesma região do cérebro que as pessoas ouvintes sentem.

As descobertas sugerem que a experiência que os surdos têm quando ‘sentem’ a música é similar à experiência de ouvir música para outras pessoas sem essa condição. A percepção das vibrações musicais pelos surdos é tão real quanto seu equivalente sonoro por serem ambos processados na mesma região do

cérebro," afirmou Dr. Dean Shibata, professor de radiologia na Universidade de Washington e autor do estudo (SOCIEDADE DE RADIOLOGIA DA AMÉRICA DO NORTE, 28/11/2001).

Sendo a música a combinação de ritmo, harmonia e melodia, que se expressa através de significados que são compreendidos por um grupo social como qualquer linguagem, é uma manifestação artística e cultural de um povo e neste sentido, reconhece-se a importância de abordá-la no âmbito desta pesquisa, como uma ferramenta que possa auxiliar na interação e na ampliação da atuação dos surdos em relação ao mundo dos ouvintes, na sociedade de um modo geral.

#### **4. Os benefícios da música na vida do surdo.**

Assim como para os ouvintes, a música traz também benefícios para a vida do surdo. Pode-se constatar isso nas pesquisas feitas com os próprios surdos que se apropriam dela, pois a mesma vibração que a música transmite para a pessoa surda transmite para os ouvintes também.

Mas os surdos, por não terem essa sensibilidade auditiva, passam a dar mais ênfase e importância às vibrações que a música emite para seu corpo por terem essa capacidade mais aguçada. “A experiência da surdez potencializa não apenas a visão, mas todo o corpo do surdo, levando-o a experimentar as vibrações de forma até mais intensa que os ouvintes” (SÁ, 2008, p. 3).

A partir das vibrações emitidas pela música, o surdo pode ter uma vivência que o leve a experimentar sensações como prazer, alegria, tristeza e outras emoções. Essa possibilidade de experiência e o reconhecimento de um mundo que muitos acreditavam inacessível ao surdo ajudam a promover, aumentar e estimular sua auto-estima, posto que o sentimento de pertencimento e reconhecimento no grupo onde o surdo transita, mesmo que seja um grupo de pessoas ouvintes, auxiliam e favorecem a interação entre todos os sujeitos, já

que todos se sentem integrados, ao compartilhar sentimentos e sensações, sejam surdos ou ouvintes.

Além disso, ao entender-se a música também como linguagem, a compreensão de seus códigos, e de que, como qualquer discurso, a música traduz significados, permite às pessoas surdas aumentar sua capacidade de comunicação com o mundo, já que se amplia seu grau de percepção dos sentidos existentes no mundo, e daí que tal processo auxiliar inclusive o surdo na sua comunicação com os ouvintes, pois passa a dominar outros e mais códigos, como letra e ritmo, elementos concernentes à linguagem musical. Mas, para que todos esses benefícios cheguem até o surdo, é necessário que se estimule sua musicalidade, o que deveria acontecer desde a infância, assim como ocorre com os ouvintes, pois, “experiências musicais gratificantes na infância podem ser de fundamental importância para a constituição do ser musical do surdo” (FINCK, 2007, p.6).

Observa-se, quase sempre, a ausência da família de pessoas surdas no que diz respeito ao incentivo para a apropriação da música pelo surdo e ao estímulo da musicalidade enquanto criança. Normalmente, aos surdos não se credita esta capacidade por conta dos estigmas impostos sobre eles, inclusive, muitas vezes, os próprios pais de surdos os estigmatizam quando não crêem no potencial de seus filhos para aprender, para avançar nos estudos, e muito menos para gostar ou se apropriar de um tipo de linguagem como a música. Isso é encarado por alguns pais, como impossível para seus filhos por conta de sua deficiência.

Geralmente, quando a família descobre a surdez da criança, esta é cerceada da experiência de vivenciar a música, importante canal de comunicação e interação entre seres humanos, desde os primeiros meses de vida, quando a mãe canta cantigas de ninar para o filho dormir. O que passa a acontecer, como caminho contrário, quando os pais descobrem que seu filho é surdo, a partir de então, os brinquedos musicais, as cantigas de ninar passam a ser esquecidos, diferentemente da criança ouvinte, cuja mãe continua a estimular a musicalidade durante muitos anos ainda

com a criança, não só na perspectiva lúdica, da brincadeira, mas ainda para acalotá-la e acalmá-la.

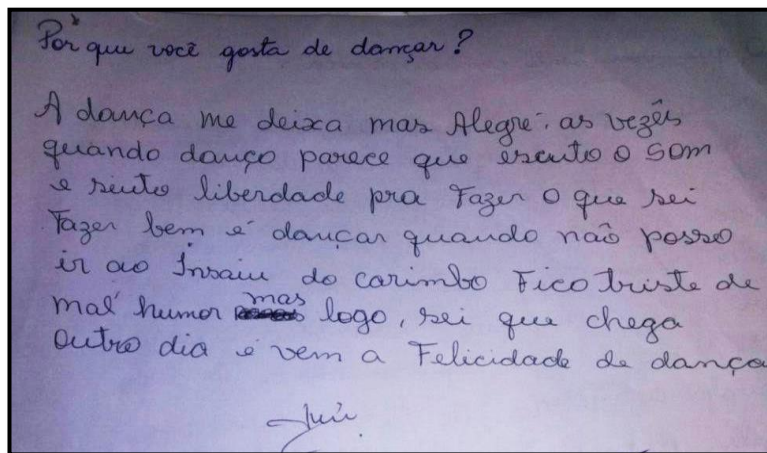
Vale ressaltar que a música pode trazer benefícios aos surdos no âmbito escolar, e motivá-los para a aprendizagem. A partir de experiências com música vivenciadas pelos alunos surdos em uma pesquisa feita por Lima e Alves (2013) em uma escola de Natal/RN, os surdos tiveram motivação e maior interesse em ir para a escola, sem serem obrigados como eram antes pelos pais.

[...] a participação nas aulas, com relação a questionamentos, a integração junto à turma e o interesse em participar das atividades; a presença mais frequente dos pais desses alunos junto à escola, já que agora eles estavam mais presentes nas aulas e por vezes eram quem convocavam seus pais a irem deixá-los; o desejo de toda a comunidade escolar em compreender a surdez, tanto no âmbito da comunicação, quanto da pesquisa, respeito, dentre outros (LIMA; ALVES, 2013 p. 3479).

Pode-se perceber nos relatos de autores os resultados que tiveram com a pesquisa, tendo a participação ativa dos alunos surdos nas aulas e a participação nas atividades na turma, a presença dos pais nas escolas e o desenvolvimento cognitivo das crianças nas outras disciplinas.

Isso quer dizer que na vida de todas as pessoas a música pode ser experimentada sob diversas formas, seja como forma lúdica de aprender algo, seja pelo canto, pela dança ou teatro e que também pode ser vivenciada pelo surdo, sendo que irão senti-la de maneira diferente da do ouvinte. Segundo relatos de uma das pessoas surdas, que atua como dançarina de um grupo folclórico do município de Soure, a dança e por consequência a música, a deixa mais alegre e quando dança parece que escuta o som e sente liberdade para fazer o que sabe.

**Imagem 01: Texto escrito pela surda dançarina de Carimbó.**



**Fonte:** Dados obtidos durante a entrevista realizada no dia 12 de novembro de 2014.

Conforme o texto da entrevistada, verifica-se que a dança é também uma forma de expressão e comunicação não verbal, a partir da qual muitos seres humanos expressam suas emoções. Pela dança, pode-se ainda, perceber os elementos que também fazem parte da linguagem musical tais como: ritmo<sup>4</sup>, cadência<sup>5</sup> e marcação<sup>6</sup>. Por isso, a musicalidade associada à dança pode auxiliar ainda mais o surdo na sua capacidade de apreensão desses elementos, que, inclusive, são capazes de proporcionar prazer e elevar a auto-estima, pois, como mencionou a dançarina, “*sinto a paz, a tranqüilidade. Quando chego na festa, quero logo dançar, movimentar o meu corpo*”.

O prazer que a música proporciona ao ser humano é algo bastante positivo mesmo que ainda transmita também algumas sensações de tristeza, dependendo do estado emocional de cada

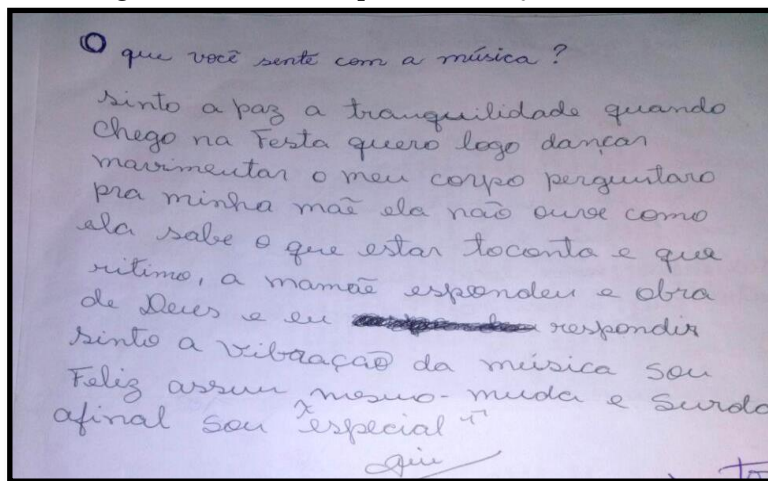
<sup>4</sup> Movimento coordenado, uma repetição de intervalos musicais regulares ou irregulares, fortes ou fracos, longos ou breves, presentes na composição musical. O termo ritmo tem origem na palavra grega *rhythmos*, que significa qualquer movimento regular, constante, simétrico.

<sup>5</sup>É uma sequência de acordes que produz um efeito harmônico característico.

<sup>6</sup>A primeira coisa que os gestos do regente devem indicar é a pulsação do ritmo. O tempo musical não transcorre imutável e constante (pelo menos até Einstein surgir), como o cronológico.

indivíduo, mas normalmente a positividade prevalece dependendo também do estilo de música, e os surdos não podem ser privados dessas sensações. A música e a dança devem ser percebidas como um meio de socialização, uma forma de melhorar a relação e suas sensações com o mundo, conforme veremos na imagem a seguir.

**Imagem 02: Texto escrito pela surda dançarina de carimbó.**



**Fonte:** Dados obtidos durante a entrevista realizada no dia 12 de novembro de 2014.

A partir do conhecimento dessa nova realidade, surgiu como questão complementar a seguinte indagação: *pode um surdo ser beneficiado com a música já que ele não escuta?* Busca-se, neste e em outros questionamentos que surgiram ao longo da pesquisa, caminhos para desvendar esse novo universo que muitas das vezes é esquecido, e os surdos não têm a oportunidade de conhecê-lo. “Diante de um ritmo marcante surge o movimento espontâneo dos pés, o tamborilar dos dedos, o balanço da cabeça ou do corpo, o cantarolar. Ritmo é vida e quem está vivo não escapa” (HAGUIARA-CERVELLINI, 2003 p 76).

Outro surdo entrevistado foi o ator de teatro, que mostrou ter se apropriado da música como forma de prazer e satisfação. O entrevistado relata que junto com um professor criaram um grupo

chamado *Mãos que Cantam*, o grupo era a junção da música e da dança composto por cinco amigos, faziam também aeróbica, diz ainda, que ele sentia pelo ritmo da música conseguia acompanhar esse ritmo e assim apresentava aeróbica, com o tempo conseguiu aprender a como combinar o ritmo, envolvendo música e a dança.

Quando dançava aeróbica sentia a vibração através do chão em ambiente fechado sentia o som tudo através do chão de madeira, diz o entrevistado, que no Norte a maioria dos surdos gosta de música porque já tem influência de outras pessoas ouvintes, diz gostar muito de música e afirma que os outros surdos podem gostar de música também assim como os ouvintes e juntos dançarem forró<sup>7</sup>, carimbó e outros ritmos.

Em outras entrevistas, observou-se que há um considerável número de surdos que se apropriam da música através da dança mais do que o tocar de instrumentos, pois para eles a dança aumenta sua autoestima e os deixa mais alegres e dispostos, seja por dançar sentindo a vibração, seja por observar o ritmo dos ouvintes, ou ainda por "gostar e se sentir bem", conforme informaram. Como informa uma das entrevistadas: “conheço surdos que dançam muito bem e vários ritmos sem observar a ninguém, como eu geralmente faço quando vou às festas” (depoimento da professora de Libras obtido no dia 17 de outubro de 2014).

Há surdos que tem uma potencialidade elevada para a dança, conseguindo acompanhar os ritmos por meio de suas sensações corporais, como podemos perceber no relato do dançarino de quadrilha junina:

"Sei dançar os mais diversos ritmos: quadrilha<sup>8</sup>, carimbó, pagode<sup>9</sup>, brega<sup>10</sup>, lambada<sup>11</sup>, axé<sup>12</sup>, forró, e outros. Sinto a música

---

<sup>7</sup>Dança de origem nordestina, passou a ser admitido como uma dança de salão recentemente a partir do boom provocado pela emergência do *movimento de forró universitário* no sudeste do Brasil.

<sup>8</sup>Dança característica dos caipiras, pessoas que moram na roça e têm costumes muito pitorescos.

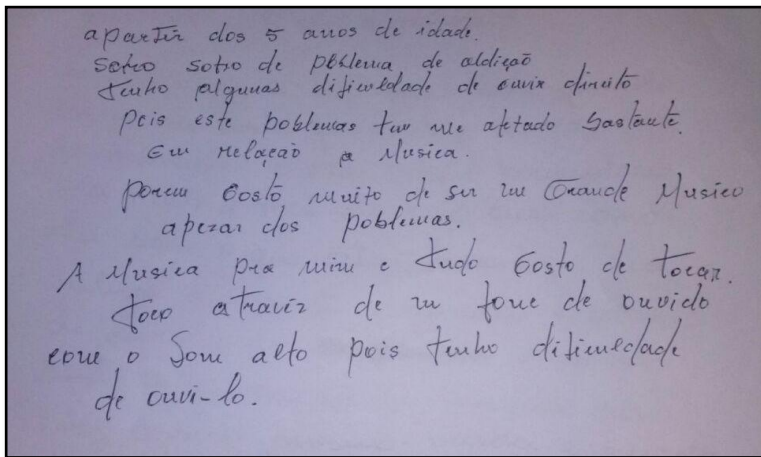
<sup>9</sup>Dança corrente que surgiu de festas em favelas e nos fundos de quintais paulistas que falavam sobre sentimentos (alegrias e tristezas) das pessoas que lá moravam. O pagode se popularizou mais no Rio de Janeiro.



através das vibrações e consigo acompanhar os ritmos, adoro dançar, ir às festas e participar de grupos de danças, como quadrilha” (Depoimento coletado no dia 12 de dezembro de 2014)

Em uma das entrevistas feitas durante a pesquisa, um surdo relatou que, apesar do problema de audição que tem, não ficou impedido de aprender a tocar instrumento musical e se tornar um grande músico, conforme demonstra em seu relato a seguir.

**Imagem 03: Texto escrito por um dos surdos entrevistado.**



**Fonte:** Dados obtidos durante a entrevista realizada no dia 20 de novembro 2014.

Outro surdo, que também trabalha com música, relatou que iniciou tocando, em 2011, numa banda marcial, e foi o primeiro surdo a tocar um instrumento chamado, ironicamente, de “surdo”, em sua escola na cidade de Cametá. Este músico diz que alguns

---

<sup>10</sup>Ritmo que foi inspirando no *wing*, em especial na música *It's Now or Never*, interpretada pelo “rei” Elvis Presley, passou por várias fases de renovação e mudanças rítmicas, firmando-se no plano nacional, em especial no Estado do Pará. Ritmo quente e com letras irreverentes, o brega ocupa cada vez mais espaço e atenção nas mídias alternativas regionais.

<sup>11</sup> Dança que tem forte presença do carimbó que é uma dança de origem indígena, a qual, foi sendo aperfeiçoada com passar do tempo, assim como do merengue e da Cumbia.

<sup>12</sup> Ritmo que surgiu na Bahia na década de 1980, durante as manifestações populares do carnaval de Salvador.

surdos sentem medo de tocar, acham que não são capazes, mas mostrou não ter medo, sempre esteve calmo achou fácil e simples, assim, através do seu empenho conseguiu a permissão do diretor de sua escola para fazer parte da banda marcial, ajudando-o com muita atenção a tocar, então aos poucos foi aprendendo a tocar vários instrumentos. Diz ainda se sentir muito feliz e satisfeito por fazer parte da banda marcial.

Assim, pode-se perceber que existem surdos que gostam de música e a usam para melhorar sua autoestima e se destacar até mesmo entre os ouvintes. Pode-se constatar isso numa entrevista com a coordenadora de um grupo folclórico de Soure, que assessora uma dançarina surda, a qual relatou que a oportunidade do surdo experimentar a música é a prova de que a música é percebida outro canal, que não apenas o auditivo.

A referida informante disse, ainda, que:

Ela tem uma atenção enorme, através do olhar, e sente a sensação através da vibração. Ela dança todos os ritmos que o grupo faz como: o carimbó, lundu<sup>13</sup>, xote, toada do boi bumbá<sup>17</sup>, ela não copia os outros dançarinos quando está na frente puxando, faz direito, se destaca no grupo é uma ótima dançarina (Depoimento da Coordenadora do grupo folclórico, entrevistada no dia 15 de dezembro de 2014).

Surdos e ouvintes se unem através da música, cada um com sua cultura e identidade e deixam de lado as diferenças, fazendo com que os surdos conheçam realmente o que é música e sejam inclusos no mundo musical.

Para mostrar bem essa relação do surdo com a música, durante a pesquisa de campo, entrevistou-se também uma professora ouvinte que trabalhou durante muitos anos com o ensino da música para crianças surdas em uma escola de Belém, onde ela relata que seu trabalho começou em 2006 fazendo

---

<sup>13</sup>Dança de origem africana que provoca muito interesse. O tema é a sedução da mulher pelo homem.

música, mas a princípio com o objetivo da reabilitação da fala dessas crianças na perspectiva da linguagem oral delas. No entanto, com o passar do tempo sua experiência como estagiária durante mais ou menos um mês com essas crianças, percebeu que elas tinham uma musicalidade e conseguiam absorver muito rápido a questão rítmica.

Assim, com a percepção dessa musicalidade das crianças a professora começou então a treiná-las não somente para a reabilitação da fala, mas também para aprender a música, nesse trabalho para fazer a reabilitação da fala tinha alguns exercícios para fazer a articulação do aparelho fonador, tipo: soprar vela, balão e com a questão da música, já se fazia isso, mas eles soprando a flauta doce, e nesse soprar da flauta, já ensinava para eles a colocar os dedos na posição certa da flauta, ou seja, quando eles sopravam, já emitia um som, uma nota musical, então aos poucos eles foram adquirindo essa prática.

Existia também um teclado, em que nele era acoplado um jogo de luz e quando ela fazia o ritmo no teclado às luzes acendiam naquele mesmo ritmo, então as crianças iam fazendo o movimento rítmico com o corpo de andar, correr, saltar, de acordo com essas luzes que acendiam. As crianças que tinham uma perda auditiva menor sentiam a vibração porque essa sala também era equipada com assoalho de madeira suspenso, então quando se tocava alguns instrumentos graves, como os tambores e o próprio teclado na altura mais grave do som, também vibrava o assoalho e assim eles sentiam através dessa vibração.

A sala utilizada para essas aulas de música era forrada acusticamente, o que facilitava com que essa acústica fosse bem mais percebida, assim o som era melhor percebido pelo fato da sala ser preparada acusticamente. Então a professora começava com os instrumentos mais graves, como o surdo<sup>14</sup>, chamado ironicamente,

---

<sup>14</sup> O instrumento musical surdo é um tambor cilíndrico de grandes dimensões e som profundamente grave.

e a partir dos instrumentos mais graves começou a ensinar os instrumentos menos graves e dessa forma ia se exercitando isso.

Além disso, trabalhava-se muito com o corpo, e a vibração do assoalho de madeira eles percebiam muito nitidamente, na verdade qualquer pessoa surda ou não, percebia muito bem isso, logo, esse ritmo musical passou a ser percebido através dessas vibrações. Então acontecia assim, por exemplo, relata a professora, se pegava a palavra amarelo e se destacava a sílaba mais forte para trabalhar o ritmo, exemplo: *ta, ta, tá, ta*.

Esse era o exercício que se fazia e isso se repetia várias vezes com várias palavras para que eles percebessem o ritmo. Em seguida se fazia frases e depois a letra de música e então ia se trabalhando esse ritmo, lógico que essa letra de música era com palavras mais simples. Inicialmente o trabalho era esse para que a criança pudesse usar esse ritmo musical para poder adequar a sua fala porque a fala também tem um ritmo, tem uma entonação.

Então todos esses parâmetros da língua falada, da língua oral, também existem na música, e entre esses parâmetros musicais e da fala se estabelecia os exercícios que correspondiam a altura, a intensidade da voz que é a intensidade do instrumento, o ritmo dessa voz, a própria respiração porque quando se canta ou quando se fala tem-se uma respiração. Então a música também tem a melodia, tem o som, mas também tem as pausas e os intervalos. E tudo isso ia sendo associado à música e aos instrumentos da fala e esses iam sendo feitos com instrumentos musicais.

Então, essa era a forma que se ensinava, e somente quando eles já estavam desenvolvidos em ritmo, é que começava a falar um pouco também sobre a parte teórica associando aquilo que eles faziam corporalmente e com o instrumento, dando nomes às células rítmicas em notas. Então era um trabalho diferente porque tinha que se começar primeiro com a prática e depois com teoria, porque normalmente se começa a ensinar música pela teoria e depois à prática instrumental, nesse caso acontecia ao contrário. A

partir daí, com todo esse processo, formou-se uma bandinha rítmica com todos os instrumentos rítmicos, um grupo de flauta doce, um grupo de escaleta<sup>15</sup>, a flauta doce<sup>16</sup> e os instrumentos de percussão, nesse caso eles já tocavam todos os instrumentos, dos mais graves, aos menos graves, como pandeiro, alguns guizos<sup>17</sup>, chocalhos, e alguns outros instrumentos de percussão.

Mais tarde, em 2001, o grupo parou porque os maiores foram para as escolas regulares e em 2005 o grupo novamente foi resgatado. De 2004 para 2005 foram chamados os ex-alunos que continuavam a frequentar a sala de recursos mesmo estando nas escolas regulares. Então reativaram o grupo novamente que tinha o nome de SOM E SENTIDO que inclusive foi o nome do tema da monografia de especialização da professora.

Esse grupo voltou então a ensaiar, já estavam maiores com 15 e 16 anos e começaram a ensaiar outras músicas e fazer várias apresentações, nas escolas, nos congressos. Em 2005 se apresentaram em um festival e o grupo durou mais ou menos uns dois anos, ficando juntos até 2007. Segundo informaram, esses alunos gostavam muito do que faziam, e chegaram a gravar um vídeo em que eles dão depoimentos, falam do sentimento deles e a sensação com que eles faziam música, o que eles sentiam fazendo música e que sensação eles tinham ao fazer essa música.

Na opinião da professora do grupo, "ninguém é igual a ninguém, surdos e ouvintes, todos somos diferentes". Na comunidade surda, "cada surdo é um surdo, ninguém é igual a ninguém, nem as pessoas gêmeas são iguais, logo, isso é uma questão subjetiva mesmo".

A vasta experiência vivenciada pela professora é relatada por ela, que conta sobre a participação do grupo em um congresso, e

---

<sup>15</sup> Instrumento de sopro e de teclado ao mesmo tempo

<sup>16</sup> Instrumento musical de sopro, sem palheta, cilíndrico com buracos e chaves de som.

<sup>17</sup> É um objeto oco de metal ou feito de pequeno fruto seco, aproximadamente esférico, no seu interior possui uma ou mais bolinhas maciças (podem ser as próprias sementes do fruto) que, ao ser agitado produz um som como de chocalho.

que, naquela ocasião, após o grupo fazer uma apresentação foi indagada por uma surda, de mais ou menos 40 anos, que colocou a seguinte pergunta: "*Então quer dizer que eu posso fazer música, professora? Sendo surda, eu posso fazer música?*". A surda então se emocionou ao saber que podia fazer música, disse que sempre teve vontade, mas achava que era impossível, não sabia como fazer isso. Então são questões de avaliação de cada um.

A professora disse ainda que têm vários amigos surdos que gostam de música, inclusive o ator de teatro que concedeu a entrevista às pesquisadoras, ele ouve muita música, é fã do cantor Michael Jackson<sup>18</sup> e outros amigos surdos andam nos seus carros ouvindo música, claro que normalmente eles ouvem muita música eletrônica com batidas fortes por causa da vibração e com um elevado grau de altura. Mas ainda há aqueles, como sua amiga, que também gosta de outros ritmos como o sertanejo, então cada um tem seu jeito, sua vontade.

A entrevistada falou ainda que agora existe outra questão de dizer que isso não é da cultura surda. Isso é uma questão histórica porque os surdos querem, claro, impor um ritual por questões de hábitos culturais e da personalidade deles, de pessoas que não ouvem, então por isso eles rejeitam a música, só que em sua concepção isso não faz muito sentido, acredita que se os ouvintes transitam no meio da comunidade surda e compactuam, fazem parte e gostam desses hábitos da cultura surda, então porque o surdo não pode também gostar de música?

Então, esse é o pensamento da professora que afirma ainda, têm surdos dançarinos, bailarinos e requer música para isso, ritmo, então às vezes entende como preconceito e uma questão de imposição também, questão de poder. Os surdos foram muito massacrados na educação deles pelos ouvintes, isso é histórico. Quis-se impor essa cultura dos surdos, que é fazer com que o

---

<sup>18</sup> Famoso cantor, compositor, dançarino, produtor, empresário, arranjador vocal, filantropo, pacifista e ativista americano.

surdo siga o modelo da pessoa ouvinte e não tenha sua própria identidade.

Agora assim, o surdo que está na platéia não vai conseguir ouvir o surdo que está tocando, mas, se considerar-se, também, o surdo que está tocando, a sensação, o prazer, enfim esse gostar dele pela música, então é questão mesmo de compreensão com relação a isso, às vezes considera-se, como preconceito, mas a questão maior que se observa é a questão da defesa deles.

Logo, o que a comunidade surda alega é que existe uma certa imposição, o que quer dizer que o ouvinte parece querer impor sua cultura, seu modelo de conceber e apreender os significados das coisas no mundo.

Os surdos assim como os ouvintes se diferem entre si, cada um com sua opinião própria. Os surdos certamente diferenciarão o interesse pela música, pois cada um tem suas experiências familiar, social e cultural. É comum encontrar surdos que amam a música e surdos que não gosta de música, em entrevistas feitas com dois surdos, um deles diz que sente a música através da vibração e assim consegue gostar, pois aumenta sua auto-estima e ajuda a acalmar sua mente, já o outro diz não gostar de música e de ir em festa porque o som muito alto o incomoda.

O canto é uma forma de comunicação pelo toque. A energia enviada pelo cantor por intermédio das vibrações sonoras de sua voz “toca” de forma fisicamente mecânica o **tímpano** do ouvinte. Mas não só o tímpano. Todo o corpo do cantor é uma **fonte sonora** esférica e todo o corpo do ouvinte é um receptor sonoro imerso no campo dessas vibrações. Assim sendo, falar/cantar e escutar é uma espécie de “toque absoluto” (COELHO, 1991 p. 19-20).

A partir do que foi dito, podemos constatar que a música pode se constituir como fonte de realização pessoal para os surdos, possível de ser sentida através da dança ou do tocar, por isso não podemos privar os surdos de conhecer este mundo. Além disso,

através da música pode se trabalhar o desenvolvimento cognitivo das crianças. Neste sentido, Chiarelli e Barreto (2005) afirmam que:

[...] as experiências rítmico musicais que permitem uma participação ativa (vendo, ouvindo, tocando) favorecem o desenvolvimento dos sentidos das crianças. Ao trabalhar com os sons ela desenvolve sua acuidade auditiva; ao acompanhar gestos ou dançar ela está trabalhando a coordenação motora e a atenção; ao cantar ou imitar sons ela está descobrindo suas capacidades e estabelecendo relações com o ambiente em que vive (CHIARELLI & BARRETO, 2005, p.3).

Isso remete à ideia de que a música se faz presente e se torna importante em vários aspectos da vida de qualquer ser humano, até mesmo dos que possuem algum tipo de deficiência, como no caso das pessoas surdas citadas neste trabalho.

## **5. Considerações finais.**

Falar da associação entre música e surdez pode, a princípio, soar como algo quase que impossível de acontecer, de se combinar, afinal, de modo geral, a música implica ideia de ruído, de som, os quais não seriam acessíveis ao surdo, uma vez que sua interação com o mundo sonoro é dificultada, pelo comprometimento de sua capacidade auditiva.

Entretanto, bem ao contrário do que parece, pensar a surdez relacionada à música é, sem dúvida, algo possível e que muito tem a contribuir não só no fortalecimento de uma cultura surda, já que a música tem o poder de agrupar e promover a aproximação entre as pessoas, como também na formação de músicos e dançarinos surdos.

A abordagem apresentada nesta pesquisa quanto ao papel que a música pode desempenhar no desenvolvimento dos mais diversos aspectos da vida do surdo, pauta-se no pressuposto de



que, muito além de som, música é movimento, vibração, ritmo, podendo, assim, ser captada pelo indivíduo surdo, o qual a concebe como uma linguagem possível de interpretação e, principalmente, de prática, tanto corporal, executada através da dança, quanto musical, por meio da produção de sons, mediante ao ato de tocar algum instrumento musical.

Diante do exposto, negar a música enquanto importante instrumento do fortalecimento da cultura surda configura-se como um grande equívoco. Dessa forma, faz-se necessária a aproximação do surdo com a música, oferecendo-lhe a possibilidade de interação, de entretenimento, além do desenvolvimento de habilidades, como dançar e tocar.

As entrevistas feitas com os surdos vêm nos revelar o potencial que eles têm em relação à música, mas é necessário que o surdo tenha a oportunidade de despertar sua musicalidade, a fim de identificar seu próprio interesse pela música e escolher de que forma se expressará através dela. Levando em consideração que a música causa nos surdos a liberdade, criatividade, comunicação, afetividade e a alegria, é possível que o surdo se aproprie da música através de seu corpo, principalmente considerando que a música é também vibração.

Logo, através das pesquisas feitas com surdos que se apropriam da música e a usam como instrumento de interação com o meio social para melhor se relacionar com as pessoas, ter um melhor aprendizado, se alegrar e até melhorar sua auto-estima, podemos perceber a importância desta abordagem de estudo. Além disso, é importante considerar a necessidade do uso da música por pessoas surdas, sob as mais variadas formas, pois estas pessoas não podem ser privadas dessa linguagem por sua condição de pessoa surda.

## 6. Referências.

ASSEMBLEIA CIENTÍFICA E ENCONTRO ANUAL DA SOCIEDADE DE RADIOLOGIA DA AMÉRICA DO NORTE, 84. 2011. Disponível em: <http://emedix.uol.com.br/not/not2001/01nov27neu-uw-bod-surdez.php>. Acesso em 07 de janeiro de 2015.

CHIARELLI, Lígia Karina Meneghetti; BARRETO, Sidirley de Jesus. **A importância da musicalização na educação infantil e no ensino fundamental:** a música como meio de desenvolver inteligência e a integração do ser. RevistaRecre@rte N°3 Junio 2005 ISSN: 1699-1834.

COELHO, Helena de S.N.W. **Técnica Vocal para Coros**. São Leopoldo, Sinodal, 1991.

CONCEIÇÃO, Juliano Cássio da Silva. **Música como proposta de educação inclusiva**. Monografia apresentada no curso de especialização em estudos da linguagem aplicados à educação de surdos da Universidade Federal do Pará. Soure, 2012.

FINCK, Regina. **Surdez e Música:** será este um paradoxo? XVI Encontro Anual da ABEM e Congresso Regional da ISME na América Latina - 2007. Disponível em: [http://www.abemeducacaomusical.org.br/Masters/anais2007/Data/html/pdf/art\\_s/Surdez%20e%20M%C3%B3sica\\_Regina%20Fink.pdf](http://www.abemeducacaomusical.org.br/Masters/anais2007/Data/html/pdf/art_s/Surdez%20e%20M%C3%B3sica_Regina%20Fink.pdf). Acesso em 15 de dezembro de 2014.

HAGUIARA-CERVELLINI, Nadir. **A musicalidade do surdo:** representação e estigma. São Paulo: Plexus Editora, 2003.

KRZESINSKI, Mazilda Terezinha da Silva; CAMPOS, Silmara Streit de. **A importância da linguagem musical para a aprendizagem da criança**. Ver. De divulgação técnico-científico do ICPG vol.2 n. 8, 2006.

LIMA, Gueidson Pessoa; ALVES, Jeferson Fernandes. **Ensino de música e surdez: um diálogo emergente na escola de ensino fundamental na cidade de Natal/RN**. In: Anais do

MAINIERI, Cláudia Mara Padilha. **Desenvolvimento e aprendizagem de alunos surdos:** cognitivo, afetivo e social. Curitiba: IESDE Brasil, 2012.

MIRANDA, Viviane Marques. **Surdez e identidade: existe uma cultura surda?** Trabalho de Conclusão de Curso – FMU – Faculdades Metropolitanas Unidas. São Paulo, 2010.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. **Os surdos, a música e a educação.** Revista Dialógica vol.2 n.5 2008. Disponível em: <http://dialogica.ufam.edu.br/dialogicaV2-N5/Os%20surdos,%20a%20m%C3%BAstica%20e%20a%20educa%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em 15 de dezembro 2014.

SOARES, Carmen Lúcia. **Imagem da educação no corpo: estudo a partir da ginástica francesa no século XIX.** Campinas: Editora Autores Associados, 2002.

VIII ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO ESPECIAL. Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/congressomultidisciplinar/pages/arquivos/anais/2013/AT15-2013/AT15-001.pdf>. Acesso em 15 de dezembro de 2014.



## Capítulo 03

# A libras como instrumento de inclusão escolar do aluno surdo

*Erica Barbosa Mota*

*Maria Milene Gomes da Conceição*

*José Willen Brasil Lima*

*Moisaniel Oliveira Pinheiro*

### 1. Introdução.

Diante dos diversos fatores que interferem diretamente o ensino-aprendizagem do aluno surdo no ambiente escolar que muitas vezes fogem do alcance dos professores que, em muitos casos, não estão preparados para lidar com a alfabetização de uma criança com surdez, pois por força a legislação Libras e a primeira língua da pessoa surda, ou seja, L1 e língua portuguesa e a segunda sendo que na sua modalidade escrita tendo essas características próprias de estruturação sintáticas que não depende do português. Nesse caso é que percebe-se a importância da utilização da Língua Brasileira de Sinais no contexto escolar, com vista a amenizar os problemas com as dificuldades da inclusão do aluno surdo na rede de ensino.

A comunicação para o desenvolvimento cognitivo educacional, a luta contra os excluídos que é um grande problema no Brasil principalmente com as mudanças socioculturais que refletem no âmbito educacional.

A educação de surdos ainda é muito novo no cotidiano escolar, onde tem sofrido grandes debates e inquietações acerca de como a alfabetização dos alunos surdos em sua língua materna, a Libras. Ao longo dos anos estudiosos vem intensificando a defesa da inclusão dos alunos em sala regular de ensino tais como: Brasil (2008), Carvalho (2011) que usamos como referencial neste texto.

E, complementado a defesa dos autores acima citados, Lacerda diz que:

A inclusão apresenta se como uma proposta adequada para a comunidade escolar, que se mostra disposta ao contato com as diferenças, porém não necessariamente satisfatória para aqueles que, tendo necessidades especiais, necessitam de uma série de condições que, na maioria dos casos, não têm sido propiciadas pela escola. (2006, p. 166).

A legislação Nacional que trata sobre a Educação Especial na Perspectiva da Educação de surdos, mais especificamente a Lei nº10. 436/02 reconhece a Língua brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão, determinados que sejam garantidas forma institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia.

Esta lei, assim como o decreto nº 5.626 de 22 de dezembro de 2005, que a regulamenta foi uma conquista da comunidade surda brasileira em prol de uma comunicação regulamentada, tendo plenos direitos a educação básica numa proposta bilíngue, ou seja, o ensino de Libras como primeira língua(L1) e a Língua Portuguesa na modalidade escrita para os surdos (L2) .

Assim sendo, a ideia de pesquisamos sobre a importância da Libras no contexto educacional surgiu a partir do seguinte questionamento: seria a Libras um instrumento de inclusão do aluno surdo na rede de ensino da cidade de Nova Esperança do Piriá-Pa ?.

Desde modo, nosso foco é discutir a importância da aula de Libras na rede de ensino, enfatizando a necessidade da inclusão do aluno surdo assim como as problemáticas no ensino-aprendizagem causadas por diversos fatores. Assim como:

- Pesquisar os avanços do olhar sobre a surdez ao longo da história;
- Mostrar que a língua brasileira de sinais deve ser entendida com primeira língua independente com estrutura e características próprias;
- Estimular a alfabetização e o ensino da língua de sinais para possibilitar a inclusão do aluno surdo
- Discutir a importância da libras para a in(ex)clusão do aluno surdo no contexto escolar.

Para tanto utilizamos pesquisa bibliográfica como metodologia, a partir de livros e outros meios, em uma abordagem analítico-discursiva que ora fazem conexões entre ideias de estudiosos distintos como Lacerda (2006), Brasil (2002), Skliar (1999) e Quadro (2004). Tomou-se por norte o Projeto de Lei 10.436 de 2002 e o decreto 5626 de 2005 que norteiam sobre ensino de libras.

O trabalho é importante porque levanta uma discussão sobre o processo de inclusão da pessoa surda, já que a mesma parece ser pouca assistida pelas Políticas Públicas educacionais. O presente estudo está disposto da seguinte forma: o primeiro capítulo aborda de uma introdução a cerca do tema proposto. O segundo capítulo trata da literatura e aborda os marcos históricos da surdez, a Libras, a alfabetização e o ensino da Libras, in(ex)clusão do aluno surdo no contexto escolar e outras tópicos que objetivam este trabalho.

O terceiro capítulo apresenta a análise e considerações relevantes e concernentes aos objetivos desse estudo. Concluí o trabalho com uma síntese das análises e com algumas reflexões a respeito do ensino do ensino da língua para que aconteça a inclusão do aluno surdo.

## **2. A surdez ao longo da história.**

Segundo Honora e Frizanco (2009), que foram muitos os preconceitos para com os surdos e sua história remonta à Antiguidade quando sua educação variava de acordo com a concepção que se tinha deles. Até o século XII, os surdos eram privados até mesmo de se casarem.

Aristóteles afirmava-se que os ouvintes eram pessoas importantes para obter uma educação com qualidade, tornando assim os surdos como pessoas incapazes de realizar qualquer tarefa que lhe fosse imposta. Na Idade Média, igreja católica teve um papel fundamental na discriminação dos surdos, aqueles que não sabiam falar e nem ouvir não podiam confessar seus pecados e muito menos receber a comunhão e não eram consideradas pessoas humanas. É somente a partir do final da Idade Média que os surdos começaram a serem inseridos na sociedade com isto as crianças que nasciam surdas passavam ter uma educação volta as suas necessidades.

Para Pedro de Leon (1510-1584), monge beneditino que viveu em um monastério na Espanha, em 1570, também passou a usar sinais rudimentares para se comunicar, pois lá havia o voto do silêncio. Pois Honora e Frizanco (2009) acreditam que a privação de comunicação que existia neste mosteiro possibilitou a criação de outra forma de expressão, não muito diferente do que observam na convivência com os surdos.

Segundo a UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (1977), pode-se dividir a história da humanidade, de acordo com o modo como os deficientes foram tratados e considerados, em cinco fases:

1. Fase filantrópica - em que as pessoas com deficiência eram consideradas doentes e portadoras de incapacidades permanentes inerentes à sua natureza. Portanto, precisavam ficar isoladas para tratamento e cuidados de saúde;



2. Fase da “assistência pública” – em que o mesmo estatuto de “doentes” e “inválidos” implicava a institucionalização da ajuda e da assistência social;
3. Fase dos direitos fundamentais iguais para todas as pessoas, quaisquer que sejam as suas limitações ou incapacidades. É a época dos direitos e liberdades individuais e universais de que ninguém pode ser privado, como é o caso do direito à educação;
4. Fase da igualdade de oportunidades – época em que o desenvolvimento econômico e cultural acarreta a massificação da escola, e ao mesmo tempo, faz surgir o grande contingente de crianças e jovens que, não tendo um rendimento escolar adequado aos objetivos da instituição escolar, passam a engrossar o grupo das crianças e jovens deficientes mentais ou com dificuldades de aprendizagem;
5. Fase do direito à integração – se na fase anterior se “promovia” o aumento das “deficiências”, uma vez que a ignorância das diferenças, o não respeito pelas diferenças individuais mascarados como defesa dos direitos de “igualdade” agravavam essas diferenças, agora é o conceito de “norma” que passa a ser posto em questão.

Em 1880, foi realizado o II Congresso Internacional, em Milão, que trouxe uma completa mudança nos rumos da educação de surdos e, justamente por isso, ele é considerado um marco histórico. O congresso foi preparado por uma maioria oralista com o firme propósito de dar força de lei às suas proposições no que dizia respeito à surdez e à educação de surdos.

Em meio às discussões acerca da adoção de uma abordagem educacional para se trabalhar com o surdo, o Estado Brasileiro cria órgãos voltados para o atendimento de pessoas com “necessidades especiais”. A partir da Constituição de 1988 e do Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990, os direitos das pessoas com necessidades, foram estipulados, passando estes a ser sujeitos de direitos, inclusive a educação.

A declaração de Salamanca (1994) deu um forte impulso as questões das diferenças e suas aceitações pela sociedade determinando que a todos deva ser dado o direito de acesso e

permanência em escolas regulares, devendo estas sofrerem modificações, adaptar-se para acolher a todos que dela necessitam.

Assim a LDB nº 9394/96 estabelece entre outros,

(...) o direito a diferença ao pluralismo e a tolerância, e com suas alterações garante as pessoas surdas, em todas as etapas e modalidades da educação básica nas redes públicas e privadas de ensino o uso da Língua Brasileira de Sinais na condição de língua nativa das pessoas surdas. (GOLDFEALD, 2003, p.94).

Nos últimos tempos os debates educacionais venham sendo colocados em pauta os cenários sobre os excluídos, com a problematização do tema inclusão/ exclusão, em que a escola possa fazer a diferença para a melhoria da sociedade. Na escola a cultura linguística aos ouvintes, são os resultados apresentados nos surdos, em que se expressam aparentemente inferioridade à formação de cidadão, apesar da constante luta por seus direitos linguísticos e de cidadania em uma proposta de política educacional.

Na vivência em que foi criada a primeira escola Pública para surdos em Paris apresenta-se uma concepção da surdez, enquanto uma diferença política que reconhece os surdos como uma minoria linguística caracterizada por compartilhar uma língua de sinais e valores culturais, hábitos e modos de socialização próprios. Concepção que permitiu aos surdos a participação enquanto cidadãos naquele contexto histórico.

O congresso de Milão é como um momento em que convergiram em sua deliberação um conjunto de fatores políticos, filosóficos, religiosos, aliados a efervescência da abordagem mecanicista da ciência moderna que contribuindo na inversão de concepção reduzindo a surdez e o surdo a um déficit biológico sujeito a cura. Concepção que tolheu a participação do surdo no processo educativo e do trabalho, condicionando-o a categoria de deficientes.

A primeira escola pública para os surdos em Paris e o congresso de Milão geraram mudanças e contribuíram para o

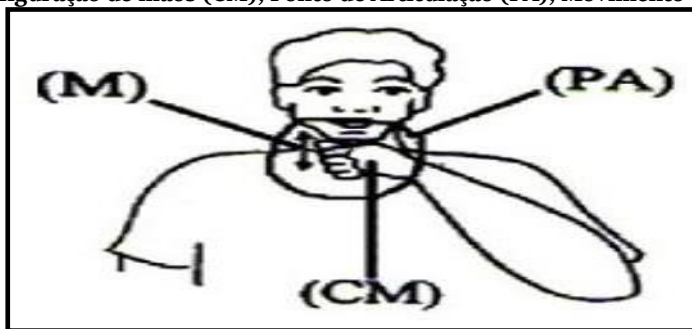
desenvolvimento dos surdos, no qual colocaram o reconhecimento das diferenças na construção da cidadania em destaque.

### 3. Língua brasileira de sinais – libras.

O francês Eduard Huet foi um dos grandes personagens na história brasileira em relação à educação dos surdos. Emigrou para o Brasil em 1855, fundando, com apoio de D. Pedro II, o Instituto de Surdos e Mudos, atual INES; começou alfabetizando crianças com sete anos, utilizando como metodologia de ensino a língua de sinais.

Segundo os estudos realizados pelo Americano William Stokoe do ano de 1960, reconheceu três parâmetros dessa língua “ASL, Língua de Sinais Americana e chamou de:

**Configuração de mãos (CM), Ponto de Articulação (PA), Movimento (M)”.**



Fonte: Google Imagens

**31 AS CONFIGURAÇÕES DE MÃOS (CM):** são formas de como colocamos para que o sinal seja executado, a execução deste sinal se constrói através de uma letra do alfabeto ou de um número que servirá de apoio. Segundo Ferreira-Brito (1995), existem 46 configurações de mão diferentes para a Libras, e elas podem ser diferenciadas quanto às posições, número de dedos estendidos, o contato e a contração (mãos fechadas ou compactas) dos dedos.



Fonte: Google Imagens

**32 PONTO DE ARTICULAÇÃO (PA):** é o local onde o sinalizador desenvolve o sinal, podendo ser de alguma parte do corpo ou o sinal pode ser realizado num espaço neutro vertical (ao lado do corpo) ou no espaço neutro horizontal (na frente do corpo). (QUADROS, 2004).



Mãos "S"

APRENDER

LARANJA

**33 MOVIMENTO (M):** é a direção das mãos através da execução do sinal. Já a maneira descreve a qualidade, a tensão e a velocidade, podendo, assim, haver movimentos mais rápidos, mais tensos, mais frouxos, enquanto a frequência indica se os movimentos são simples ou repetidos (QUADROS, 2004, p.59).

• Os sinais com movimento

• Sinais sem movimento



ANDAR



BRINCAR



EM PÉ



PENSAR

Fonte: Google Imagens

**34 ORIENTAÇÃO OU DIRECIONALIDADE (O/D):** é a direção que o sinal terá para ser executado. Em alguns sinais poderá ou correr. (HONORA, 2010).

**35 EXPRESSÕES FACIAL E/OU CORPORAL (EF/C):** muitos sinais necessitam de um complemento facial e até mesmo corporal para fazer com que sejam compreendidos. A expressão facial são as feições feitas pelo rosto para dar vida e entendimento ao sinal executado. (HONORA, 2010).



Fonte: Google Imagens

A Língua Brasileira de Sinais para os surdos é a sua primeira língua que busca construir aos aspectos da identidade dos surdos assim facilitando a sua comunicação. Quando nos referimos a Libras estamos nos referindo ao seu processor de ensino aprendizagem dos surdos e suas necessidades.

Para Skliar (2001), a escola deve ver o sujeito como instrumento/meio de produção de sentido e aplicar seus diversos mecanismos de atuação para impor saberes, cultura, valores e identidades. O processo de ensino aprendizagem de uma criança surda desde muito cedo possibilitará que seu desenvolvimento contribuirá para o desperta dos ouvintes pela aprendizagem da Libras.

De acordo com Soares (1999, p. 219) afirmar que:

A língua de sinais é uma linguagem autêntica, com uma estrutura gramatical própria e com possibilidades de expressão em qualquer nível de abstração. Por ser tão completa quanto à língua oral é adequada, pode e deve ser utilizada no processo ensino e

aprendizagem, exercendo o desenvolvimento, a comunicação e a educação dos alunos marcados por uma falta, a audição.

Muitas pessoas pensam que a Libras são mímicas com “cara e bocas” onde podemos perceber que ela possui uma estruturas diferente da Língua Portuguesa, as expressões faciais e corporais fazem desta gramática de extrema importância onde facilitam a compreensão necessária ao desenvolvimento da pessoa surda com os ouvintes. (SILVEIRA, 2009).

#### **4. Alfabetização e o ensino da língua de sinais**

O Ensino da língua de sinais no processo de Alfabetização da criança surda, na sua língua materna, é um processo de aprendizado da própria língua, envolvendo a escrita e a leitura na qual a criança vai se desenvolvendo, construindo seu próprio conhecimento e as consequências naturais do processo de alfabetização.

Ler e escrever são processos fundamentais para o conhecimento de uma criança, onde quer que ela esteja irá levar consigo o seu aprendizado. A riqueza cultural é que a comunidade surda trás suas experiências sociais, culturais e científicas. (QUADROS, 2006)

Completando a citação acima, Oliver Sacks (2010,p. 63) afirma:

Sem linguagem não somos seres humanos completos e, por isso, é preciso aceitar a natureza e não ir contra ela. Obrigado a falar algo que não lhes é natural, os surdos não são expostos suficientemente à linguagem e estão condenados ao isolamento e à incapacidade de formar sua identidade cultural.

Na antiguidade os surdos não possuíam espaço e cultura, hoje eles já possuem, já adquiriram o seu reconhecimento, depois de varias batalhas para serem aceitos pela sociedade em que eram

descriminados e considerados bichos, mais adquiriram identidade moral e respeito. Com vários estudos na área da Libras podemos dizer que já alcançaram-se muito sobre o processo de ensino dos surdos.

A alfabetização e o letramento em sinais começam a partir que a criança possui 02 anos de idade, corresponde à configuração de mão e as expressões faciais modificando e enriquecendo seu vocabulário. Com os 03 anos de idade as crianças vão avançando com novas configurações de mãos e novos classificadores, contando historinhas e fatos que acontecem no seu dia-a-dia. Por volta dos 04 anos, vão tornando-se mais claras e explícitas, obtendo o tempo e o espaço nas suas configurações de mãos e expressões faciais. (QUADROS, 2006)

Parte do pressuposto que as crianças estejam tendo o acesso à língua de sinais brasileira e em hipótese nenhuma a qualquer coisa que “tente” substituir relação da comunicação ser estruturada linguística (neste sentido me refiro a sistemas de comunicação artificiais, português sinalizado, ou qualquer outra coisa que seja LBS).

As crianças surdas possuem uma grande facilidade no sentido de aprendizagem na língua de Sinais Brasileira, observando seu desempenho linguístico temos a percepção que distinguem espaço, concordância, na sua comunicação, exploram seus conteúdos, sua Alfabetização é formada por configurações de mão, expressões faciais e manuais, movimentos do corpo, sinalização, entre outros de acordo com o desenvolvimento. (QUADROS, 2006)

De acordo com a Lei 10.436/02, no seu Art., 1º, parágrafo único, define a língua Brasileira de Sinais- Libras, como forma de comunicação e expressão em que o sistema linguístico de natureza visual-motora, com estrutura gramatical própria, constitui um sistema linguístico de transmissão de ideias e fatos, oriundos de comunidade de pessoas surdas no Brasil.

A maioria das escolas não apresenta um quadro de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais, dentre esses, os surdos. Ainda há carência de salas apropriadas, de materiais, de recursos visuais, de metodologias e, principalmente, de professores especializados ou intérpretes, entre outros. (SPENASSATO, 2009, p.10):

Os principais problemas da educação dos surdos é a forma de aprendizado, que é um processo lento, que a maioria dos professores não estão capacitada para atender as necessidades dos alunos com deficiência auditiva, portanto os alunos têm o direito de possuir um atendimento que suprem com suas necessidades especiais. Muitos alunos são integrados a escola, porém não incluídos, pela necessidade de capacitação de profissionais e de adequação no espaço escolar. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira (LDB, nº9394/1996) estabelece que “os sistemas de ensino devam assegurar, principalmente, professores especializados ou possam atuar com qualquer pessoa especial na sala de aula, devidamente capacitados, que possam atuar com qualquer pessoa especial na sala de aula”.

As diversidades culturais com o conhecimento devem ser usufruídas cada vez mais, para desenvolver novas metodologias para serem trabalhadas em sala de aula, pois necessitamos de profissionais capacitados para trabalhar com os surdos, mas para isso os processos metodológicos devem ser aplicados diversificando a teoria de conhecimento para que não haja desigualdade e exclusão na sociedade. (QUEVEDO, 2009)

Contribuindo com texto acima Jokinen (1999,p.126) refletiu que:

As crianças surdas têm direito de ser como ela é. Este é um dos mais básicos direitos humanos. Ninguém tem o direito de negligenciar isto. Os outros possuem a responsabilidade de dar-lhe condições de vida onde ela possa crescer e desenvolver a maneira que é melhor para si em seus próprios termos.



A criança surda não escolhe esta condição do fato da deficiência auditiva, mas como as suas condições pode escolher o quê é melhor para si, buscando melhorias para o seu conhecimento e se adequar as normas da Língua Brasileira de Sinais.

## **5. A libras e a in(ex)clusão do aluno surdo no contexto escolar.**

A rede pública de ensino atualmente parece se encontrar em situações de problemas para oferecer melhores possibilidades de aprendizagem, talvez por conta da escassez de profissionais, principalmente quando se fala de inclusão educacional do aluno surdo, contribuindo para que haja a defasagem escolar. Índices altíssimos de reprovações cada vez mais são detectados a cada término do período letivo.

Deste modo, percebe-se que Contudo hoje um dos principais fatores da exclusão do surdos é o fato da comunidade escolar não sabe se comunicar com eles.

Assim para que ocorra o processo de interação e obtenha bons resultados, deve-se compreender e respeita a identidade dos surdos com sua língua a Libras, está e oficial e através dela que há possibilidades diálogos escola e aluno, onde a comunicação gera conhecimento e aprendizagem.

De acordo com Sacks (1990, p.16).

Sem linguagem não somos ser humanos completos e, por isso, é preciso aceitar a natureza é não ir de contra ela. Obrigado a falar, algo não lhes é natural, os surdos não são expostos suficientes à linguagem e estão condenados ao isolamento é a incapacidade de formar sua identidade cultural.

A escola e todos os atores e autores envolvidos neste processo tem o papel fundamental e de suma importância para o bom desenvolvimento educacional do aluno no processo de inclusão, onde dever existir uma mútua no processo inclusivo deste aluno surdo, tanto dos professores quanto dos alunos, tendo ela

que se reestruturar para que uma educação de boa qualidade possa então se desenvolver, a família também tem um papel significativo neste processo inclusivo, já que se encontra nela os princípios fundamentais como: valores, respeito e dignidade, a estrutura familiar pode de forma positiva ou negativa influenciar no desenvolvimento escolar ou não, já que estes são responsáveis para que a relação família/escola se desenvolva de maneira concreta e conjunta.

Ao pensar em uma educação inclusiva, não basta tão somente inserir o aluno surdo em uma turma regular de ensino, sem antes fornecer para este as devidas condições que deverão de forma significativa, dar suporte e promover de maneira que o mesmo não seja somente uma figura no processo inclusivo educacional, propor para ele condições de aprendizado, esta dita inclusão tão somente sem estrutura suficiente, condiz uma inclusão excludente, realizar de forma satisfatória as práticas pedagógicas para o trabalho educacional com o mesmo, sendo então a prática inclusiva necessária a toda comunidade escolar, acarretando assim responsabilidades de todos envolvidos no corpo escolar. (EDLER, 2004, p. 112) cita que:

[...] A inclusão, como desejável é necessário movimento para melhorar as respostas educativas das escolas, para todos, com todos e para toda vida, deve preocupar-se com a remoção das barreiras para a aprendizagem e para a participação, promovendo a interação, a integração entre os colegas de turma, da escola... e, por certo com os objetos do conhecimento e da cultura.

Os professores e os alunos surdos enfrentam grandes dificuldades dentro da escola, por terem poucos profissionais adequados na área, tanto na metodologia de ensino como os recursos para trabalhar com os surdos. No Brasil segundo a Lei 10.436 o surdo a L1 é a primeira língua dos surdos, a língua Brasileira de sinais, na qual se desempenha para o

desenvolvimento do aprendizado do aluno, onde a língua portuguesa como segunda língua L2 deve ser desenvolvida na modalidade escrita.

Muitos professores não buscam conhecimento para abordarem e persistirem no ensino dos surdos estão muito acomodados, as técnicas e os recursos tende de ser abordados como a libras que proporciona o desenvolvimento linguístico.

Como afirma também Chomsky *apud* Skliar (1998,p.270):

A capacidade de comunicação linguística apresenta-se como um dos principais responsáveis pelo processo de desenvolvimento da criança surda em toda a sua potencialidade, para que possa desempenhar seu papel social e integrar-se verdadeiramente na sociedade.

A comunicação linguística é responsável pelo desenvolvimento da criança surda que depende do trabalho desenvolvido pelo professor, se o professor não tiver desempenho jamais o aluno terá um aprendizado eficaz.

A lei 10.098, de 19 de dezembro de 2000, garante o direito de educação do aluno surdo em meio à participação e inclusão social como explica o Art. 17. O Poder Público promoverá a eliminação de barreiras na comunicação e estabelecerá mecanismos e alternativas técnicas que tornem acessíveis os sistemas de comunicação e sinalização às pessoas portadoras de deficiência sensorial e com dificuldade de comunicação, para garantir-lhes o direito de acesso à informação, à comunicação, ao trabalho, à educação, ao transporte, à cultura, ao esporte e ao lazer. Vale ressaltar que a mesma lei no Art. 18 fala da formação de profissionais intérpretes língua de sinais, para facilitar qualquer tipo de comunicação direta à pessoa com dificuldade de comunicação.

Todo professor tem suas metodologias de ensino, em que devem pesquisar analisar, interpretar, é importante ressaltar que

nas atividades dos alunos surdos também tenham atividades que promovam leitura, escrita, cotação de histórias.

Diante disso, a importância das aulas de Libras no processo de comunicação e assim possibilitando a inclusão para os alunos surdos, alunos ouvintes e comunidade escolar dentro deste processo para que haja comunicação e assim interação de todos, levando em consideração os aspectos culturais da comunidade surda.

## **6. Considerações finais.**

Hoje temos a implementação do decreto nº 5.626 de 22 de Dezembro de 2005, mesmo com 14 anos de aprovada ainda está em processo de construção na parte do exercício prático, a proposta que os alunos surdos aprendam a Libras como L1, ou seja, primeira língua uma vez que esta é sua língua de instrução. A pesquisa de grande avaliação, a implementação das aulas de Libras nas turmas regulares, assim como formação para os professores e funcionários das instituições de ensino com propósito de interação e comunicação entre as partes.

Educação que surdo é assunto complicado uma vez que existe uma língua majoritária com suas estruturas próprias, mas a Libras deve ser respeitada tratando-se de uma língua legalmente reconhecida da comunidade surda brasileira que tem uma estrutura próprias como qualquer outra língua, a escola precisa compreender que os surdos são dotados de linguagem que constitui sua identidade à Libras.

De acordo com nossa pesquisa compreendemos que a inclusão dos alunos surdos no contexto educacional está passando por um momento de transformação e requeridos dos profissionais renovações nas práticas educativas, metodologia que inclua os alunos surdos com os demais alunos sempre respeitando as diferenças. A Libras como processo inclusivo oportunizando o

acesso do ensino e aprendizagem, assim podendo atender os seus direitos constitucionais.

Acreditamos que primeiro passo para inclusão dos alunos surdos no processo de ensino e aprendizagem e a mudanças das práticas para se chega ao ponto de sucesso onde se acordo com Skliar (1997) está incluso no ambiente escolar faz necessário sentir-se parte do mundo, interagindo com demais e assim podemos entra neste mundo compartilhando ideias. Não bastando colocar o aluno surdo em uma sala com os ouvintes, ou mesmo ao contrario, os ouvintes na sala de alunos surdos, onde isso não seria inclusão e sim integração.

O aluno surdo tem uma língua, com ela que ele se comunica com o mundo sendo assim sua linguagem de inclusão com o meio social, então porque que os professores não encontra-se despreparados para atuar como mediador de conhecimentos para este aluno surdo?.

Com base nessas informações e diante do estudo a cerca da inclusão dos alunos surdos no contexto escolar, fica claro e imprescindível a reorganização e ressignificação neste processo, pois é um educação articuladora entre todos os envolvidos no processo de ensino e aprendizagem e pode buscar as melhores intervenções, entendimentos e redirecionamentos do trabalho em torno da inclusão destes alunos através da sua língua materna (Libras) como mediadora neste que processo chamado de inclusão.

Fica claro que métodos e metodologias eficazes precisam ser desenvolvidos para que o objetivo seja de fato alcançado. Onde a comunicação através da Libras todos possam elaborar estratégias de ação que possam gradativamente resolver os problemas relativos inclusão.

Logo, é possível afirmar ara a escola conseguir nortear suas ações com melhor eficácia, faz-se necessário um trabalho pedagógico pautado comunicação/interação que tem função indispensável em todo o processo educativo junto à escola dando-os segurança para discutir, refletir e problematizar os conflitos,

redimensionando para o conhecimento, para a formação do caráter e valores, e para a construção do cidadão na vida social.

## 7. Referências.

\_\_\_\_\_. **Decreto nº 5.626 de 22 de Dezembro de 2005.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. 2005.

\_\_\_\_\_. **Ideias para Ensina Português para Alunos Surdos.** Brasília: MEC,SESP, 2006.

\_\_\_\_\_. **Lei n. 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais

\_\_\_\_\_. **Politica Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, jan. 2008. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaedcespecial.pdf>. Acesso em: 10 de junho. 2016.

\_\_\_\_\_. **LIBRAS e dá outras providências.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF. 2002.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Parâmetros curriculares nacionais – adaptações curriculares: estratégias de ensino para educação de alunos com necessidades educacionais especiais.** Secretaria de Educação Fundamental/Secretaria de Educação Especial. SEF/SEESP: Brasília, 1998.

HONORA, Márcia. **Livro ilustrado de Língua Brasileira de Sinais: Desenvolvendo a comunicação usada pelas pessoas com surdez/** Márcia Honora, Mary Lopes Esteves Frizanco, São Paulo: Ciranda Cultural, 2010.

LACERDA, Cristina Broglia Feitosa de- Cedex, vol. 26, n. 69, p. 166, maio/ago.2006.

LIMA, Marisa Dias. **Libras (L1) Como Instrumento Facilitador No Processo De Ensino Aprendizagem Da Língua Portuguesa (L2) Para Surdos.** Universidade Federal de Uberlândia, 2014 <http://www.ileel.ufu.br/anaisdosielp/wpcontent/uploads/2014/11/824.pdf>

QUADROS, Ronice Muller, KARNOPP, Lodenir Becker, **Língua Brasileira de Sinais- Estudos Linguísticos**. Artmed, 2004.

QUEVEDO, Rijo Marcos Gilvane de. **A inclusão dos alunos surdos na escola publica de passo fundo-** Cuiabá-MT outubro de 2009.

RAFAELI, Katia Solange Coelho e SILVEIRA, Maria Dalva Duarte. **Língua Brasileira de Sinais-Caderno de Estudos**. Editora Grupo Uniasselvi,2008-pag. 16, 2009.

RODRIGUES, David. **Inclusão e Educação: Doze olhares sobre educação inclusiva/** David Rodrigues (org.) – São Paulo: summus, 2006.

SACKS, Oliver. **Vendo vozes – jornada pelo mundo dos surdos**. Rio de Janeiro: Imago, 1990. p. 16.

SILVA, Lídiada. **Língua Brasileira de Sinais – Libras**–Editora Fael, .Pagina 130. Curitiba, 2011.

SKLIAR, C. (Org). **Atualidade da educação Bilíngüe para Surdos**. Porto Alegre: Mediação, 1999. 270p. v.2.

SOARES, Maria Aparecida Leite. **Educação do Surdo no Brasil**. Campinas: Autores associados, 1999,p.219.

SPENASSATO, D.; GIARETA, M. K. **Inclusão de alunos surdos no ensino regular: investigação das propostas didático-metodológicas por professores de matemática no ensino médio da EENAV**. In: ENCONTRO GAÚCHO DE EDUCAÇÃO MATEMÁTICA, 10, 2009.





## Capítulo 04

# O tradutor/ intérprete da língua brasileira de sinais (libras), é mais que uma estratégia para o aluno surdo na sala de aula

*Clementina Araujo Jardim  
Jerceu Benedito Mendes de Leão*

### 1. Introdução.

O presente trabalho de pesquisa apresenta o relevante tema: o tradutor/intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras), é mais que uma estratégia para o aluno surdo na sala de aula. A escolha sobre esse assunto deve-se a importância do tradutor/intérprete na sala de aula, para auxiliar o aluno surdo no decorrer da sua vida acadêmica.

Observou-se no decorrer da vida acadêmica do aluno surdo, que durante muito tempo este foi negligenciado, ficando na maioria das vezes a margem da educação, pois enquanto os outros alunos progrediam e se adiantavam em seus estudos, este permanecia estagnado, esperando uma conexão com o que está sendo dito, isso infelizmente não acontecia, a não ser talvez nas escolas de educação especial.

Ainda hoje acontece do aluno surdo está em sala de aula regular e não ter o acompanhamento de um intérprete, pois há muita carência deste profissional, e muitas escolas preferem não receber o aluno a ter um gasto a mais para contratar este

profissional. Com isso o aluno surdo é prejudicado, pois acaba não tendo acesso ao material que deveria aprender e apreender para assimilar os conteúdos do currículo educacional.

Hoje é importante que a comunicação seja feita de modo real e eficaz para que não apresente ruídos e assim venha a dificultar o entendimento.

Por isso é tão importante que seja feito esse estudo, com o objetivo de que a comunicação realizada não deixe os interessados perderem o enredo da conversa estabelecida, e assim esta venha a fluir da melhor maneira possível. Assim, precisa-se entender porque o tradutor/intérprete de Libras, é tão importante para a educação do surdo.

No primeiro tópico veremos alguns conceitos relacionados ao assunto. O tradutor/intérprete precisa ser um profissional bilíngue, para poder transitar entre uma língua e outra, sem causar prejuízo para nenhuma das partes, assim precisa ser fiel ao fazer seu traslado da língua fonte para a língua alvo, sem violar, omitir, ou mudar aquilo que tem a função de transmitir. De uma maneira que não altere o que foi dito, modificando assim o que foi transmitido.

No segundo tópico veremos as dificuldades que acontecem durante uma tradução/interpretação. Qual seria a maior perda do cidadão surdo que achando um tema interessante se dispõe a participar de um evento público (palestras, reuniões, simpósios, congressos, etc.), e ao chegar ao local, observa que seu direito não é respeitado, pois embora haja duas línguas em usufruto para que seja realizado o traslado, só se dar importância para a língua da maioria presente (no nosso caso a oral) e não para os usuários da língua de sinais que se encontram no local, que às vezes ficam desorientados pelo pouco caso que percebem com relação aos seus direitos, pois a Libras embora tenha sido regularmente reconhecida pela Lei 10.436/02, de 24 de abril de 2002 e fundamentada no Decreto 5.626/05, de 22 de dezembro de 2005, ainda hoje esses direitos são desrespeitados.

No terceiro tópico veremos que a profissão do tradutor/intérprete é desafiadora, pois dependendo de como é feito o traslado da língua fonte para língua alvo, esta pode perder boa parte do significado real, por isso este profissional é uma importante estratégia para auxiliar na educação do surdo.

No quarto tópico veremos qual o perfil solicitado do tradutor/intérprete de Libras? Sabemos que a formação de tradutores/intérpretes de Libras é recente no Brasil. Historicamente, na década de 1990, o aprendizado de Libras e de como interpretar era ainda provenientes da convivência com a comunidade surda ou em organizações religiosas.

No quinto tópico veremos as leis voltadas à educação dos surdos, embora estas sejam bem abrangentes, pois efetivamente são postas em prática.

A falta de um percentual significativo do profissional Intérprete de Libras reforça a dificuldade linguística a que está sujeita a comunidade surda pela esmagadora maioria ouvinte.

Este trabalho será feito de uma pesquisa bibliográfica, oriunda da autora Ronice Müller de Quadros, entre os anos de 2004 e 2015, e também através dos livros: Libras em estudo: tradução/interpretação (Neiva de Aquino Albres e Vânia de Aquino Albres Santiago, Orgs.); Intérprete de Libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental (Cristina Broglia Feitosa de Lacerda); Letramento, bilinguismo e educação de surdos (Eulalia Fernandes, Ana Dorziat, Ana Claudia B. Lodi), entre outros.

## **2. Conceitos relacionados a tradução/interpretação.**

A educação do surdo muito nos tem preocupado no decorrer do tempo. Quando observamos que uma das principais condições para a atuação como tradutor/intérprete com certeza é a inclusão de alunos surdos em salas de aula do ensino regular a partir da proposta de Educação Inclusiva, alardeada por nossos

Governantes, mediando a aprendizagem do surdo, bem como elemento fundamental na questão de transmitir esses conteúdos.

Assim em várias literaturas observam-se os muitos conceitos relacionados à tradução, citando os seguintes:

Tradutor - Pessoa que traduz de uma língua para outra. Tecnicamente, tradução refere-se ao processo envolvendo pelo menos uma língua escrita. Assim, tradutor é aquele que traduz um texto escrito de uma língua para a outra.

Tradutor-intérprete - Pessoa que traduz e interpreta o que foi dito e/ ou escrito.

Tradutor-intérprete de língua de sinais - Pessoa que traduz e interpreta a língua de sinais para a língua falada e vice-versa em quaisquer modalidades em que se apresentar (oral ou escrita).

Tradução-interpretação simultânea - É o processo de tradução-interpretação de uma língua para outra que acontece simultaneamente, ou seja, ao mesmo tempo. Isso significa que o tradutor-intérprete precisa ouvir/ver a enunciação em uma língua (língua fonte), processá-la e passar para a outra língua (língua alvo) no tempo da enunciação.

Os intérpretes existem desde a antiguidade, assim como os tradutores, com quem são frequentemente confundidos; o tradutor trabalha com a palavra escrita, o intérprete com a palavra falada. Assim começa o livreto da União Europeia (Commission of the European Communities, s/d) com informações para os candidatos a seus cursos de formação de intérpretes que atende às necessidades da instituição, o maior empregador de tradutores e intérpretes do mundo (PAGURA, 2003, p.210).

LACERDA (2009, p. 18), sobre as diferenças entre o traduzir e o interpretar, diz o seguinte:

Existem, contudo, várias diferenças entre os processos de tradução e interpretação, e as mais fundamentais são as operacionais, já que o tradutor converte um texto escrito em

outro texto escrito, e o intérprete parte de uma comunicação oral para outra comunicação oral, Assim, espera-se que o tradutor domine as línguas envolvidas e o assunto alvo de seu trabalho, mas, do intérprete, além disso, espera-se domínio das expressões orais presentes em ambos os idiomas. Na tradução é possível refletir sobre o trabalho, interromper, retomar, consultar livros, fontes de informação, pessoas, outras versões, realizadas para a mesma obra, e após o texto ser escrito ele pode ser revisado, alterado, adequado diversas vezes até chegar à melhor forma de expressar os sentidos pretendidos pelo autor na língua de partida. O texto de partida estará sempre disponível, poderá ser consultado inúmeras vezes, o ritmo de trabalho poderá ser aquele que melhor se adequar ao tradutor, e esse poderá buscar diversos recursos para dirimir suas dúvidas, alterando o resultado final até chegar a uma solução que o satisfaça.

Já na interpretação, todo o conhecimento do tema que está sendo tratado, o vocabulário específico e as expressões precisam estar disponíveis a priori, pois durante a tradução simultânea não há tempo para consultas ou reflexões. As escolhas linguísticas precisam ser rápidas e por isso a bagagem cultural do intérprete precisa ser ampla (LACERDA, 2009, p. 18).

Segundo a autora há uma grande diferença entre tradução e interpretação, já que a primeira pode ser várias vezes revisada até o produto final, mas a segunda não tem como ser revista, pois a sua produção é na maioria das vezes simultâneas ou consecutivas.

### **3. Dificuldades que acontecem durante uma tradução/interpretação.**

Ao observarmos o profissional tradutor/intérprete em seu trabalho nota-se que às vezes este nem sempre é satisfatório, pois ainda há muitos profissionais não qualificados exercendo essa função, assim prejudicando o aluno surdo na sua jornada acadêmica.

Em alguns eventos observa-se o tradutor/intérprete em sua performance, e percebe-se que o mesmo não sabe o que realmente o palestrante está dizendo, o que pode ter acontecido por não ter

tido acesso ao material da palestra ou simplesmente por este ter um parco conhecimento sobre o assunto.

A Libras regularmente reconhecida pela Lei 10.436/02, datada de 24 de abril de 2002, fundamentada pelo Decreto 5.626/05, de 22 de dezembro de 2005, determina que as pessoas com surdez tenham direito a uma educação que garanta a sua formação, em que a Libras e a Língua Portuguesa, preferencialmente na sua modalidade escrita, constituam língua de instrução, e que o acesso às duas línguas ocorra de forma simultânea no ambiente escolar, colaborando para o desenvolvimento de todo o processo educativo, instituindo o Decreto 5.626/05, em seu artigo 14, que as instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até a superior.

Mas isso ainda não acontece efetivamente em nosso país, pois muitos alunos surdos ainda são desrespeitados em seus direitos, e o que mais se aproxima a isso são os estudos realizados nos contraturnos, onde muitas escolas utilizam a metodologia do Atendimento Educacional Especializado (AEE), o qual efetivamente é prestado em um horário diferente das aulas da escola regular ministrada aos alunos, sendo em outro turno preferencialmente um dia antes do conteúdo programático ser ministrado, só assim o aluno surdo terá um poder de aprendizado paralelo ao dos alunos ouvintes.

O Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011, dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado, e dá outras providências, definidos nos §§ 1º e 2º do art. 2º:

§ 1º Para fins deste Decreto, os serviços de que trata o caput serão denominados atendimento educacional especializado, compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas:

- I - complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou
- II - suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação.

§ 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

Mas o tradutor/intérprete, no seu traslado tem que ser imparcial para não interferir na mensagem proposta pelo palestrante à pessoa surda, no que se refere à somente transmitir as informações do palestrante, já que esses profissionais são capazes de auxiliar o acesso das pessoas surdas aos bens, serviços e conhecimentos disponíveis na sociedade, também se faz necessário compreender os aspectos culturais, sociais, linguísticos e éticos envolvidos no seu exercício profissional. Como explana a autora:

O intérprete então não tem como rever sua produção, o que é parte integrante do trabalho do tradutor, já que seu trabalho é sempre a “versão final”. Quando percebe (e nem sempre isso é possível) que algum sentido foi perdido ou passado de forma incorreta terá que buscar corrigir isso dentro do fluxo do próprio trabalho, às vezes um pouco adiante, nas frases interpretadas a seguir. Mas não há a figura do revisor e tudo ficará por conta do próprio intérprete. Todavia, pode-se destacar também uma “vantagem” da atuação do intérprete sobre a do tradutor, o seu trabalho não deixa traços, ele desaparece quando o evento termina já o texto traduzido será impresso e permitirá julgamentos e avaliações posteriores (LACERDA, 2009, p. 18).

A autora elenca que o tradutor/intérprete é um profissional que deve estar qualificado profissionalmente, sabendo que há pessoas que dependem do seu trabalho para se comunicarem umas com as outras, onde o surdo tem que realmente confiar e acreditar no trabalho que está sendo disponibilizado.

Em sua prática o tradutor/intérprete não pode ficar parado, pois como a Libras é uma língua viva, há sempre novas palavras e novos sinais a serem aprendidos, precisando sempre estar atualizado, observando as mudanças que acontecem com a língua.

O tradutor/intérprete precisa ser valorizado, assim sendo não deve aceitar trabalhos que o deixariam exausto, e tampouco participar de um evento de longa duração sem dividir o tempo do evento com outros intérpretes, para que assim possam fazer um intervalo de quinze minutos de revezamento, mostrando assim que podem efetivamente trabalhar em equipe, como explica Hortêncio (2005, p.69):

O autor diz que os conceitos estritos de interpretação, tais como, a ideia de que omitir a tradução de trechos da informação da fala de partida equivaleria a deturpá-la; e a ideia de que seria um desvio de sua função, caso o intérprete incluísse explicações em sua versão da fala de partida, tornam ainda mais difícil para o intérprete lidar com essas questões, visto que restringem sua liberdade de ação ainda mais. No entanto, independente do conceito de interpretação que o intérprete detenha, em vista de todas as situações com as quais o intérprete tem que lidar, não resta dúvida de que a atividade de interpretação é muito complexa para ser executada à base de improviso, sem preparação antecipada e sem treinamento (Hortêncio, 2005, p.69).

Por isso no Código de Ética do Tradutor/Intérprete de Libras, em seu capítulo primeiro, são elencados os princípios fundamentais, os quais devem ser seguidos à risca:

- O intérprete deve ser uma pessoa de alto caráter moral, honesto, consciente, confiante e de equilíbrio emocional. Ele guardará



informações confidenciais e não poderá trair confidências, as quais foram confiadas a ele;

- O intérprete deve manter uma atitude imparcial durante o traslado da interpretação, evitando interferências e opiniões próprias, a menos que seja requerido pelo grupo a fazê-lo;
- O intérprete deve fazer o traslado da língua fonte para a língua alvo fielmente e com o melhor da sua habilidade, sempre transmitindo o pensamento, a intenção e o espírito do palestrante. Ele deve lembrar-se dos limites de sua função e não ir além de sua responsabilidade;
- O intérprete deve reconhecer seu próprio nível de competência e ser prudente em aceitar tarefas, procurando assistência de outros intérpretes e/ou profissionais, quando necessário, especialmente em palestras técnicas;
- O intérprete deve adotar uma conduta adequada de se vestir, sem adereços, mantendo a dignidade da profissão e não chamando atenção indevida sobre si mesmo, durante o exercício da função.

Como se observa no código de ética o intérprete deve ser uma pessoa íntegra e imparcial diante de qualquer situação, cumprindo seu papel com ética, sem tentar induzir com sua prática o surdo a fazer alguma coisa que não queria. A confiança e a neutralidade são requisitos fundamentais para a atividade de interpretação, pois se o intérprete comete indiscrições e fala sobre aquilo que ele ouviu enquanto estava realizando o seu trabalho, comete uma falha ética muito grave, podendo até configurar, em alguns casos como crime, devendo atuar em diversos locais, respeitando a sexualidade e a religião independentemente de valores pessoais, e também atuar com discrição e sigilo quando for necessário.

Sendo fundamental que este tenha o domínio das línguas envolvidas no processo de tradução e interpretação, precisando ter qualificação específica para atuar como tal, isso mostra que não é qualquer pessoa que pode atuar como tradutor/intérprete, pois há muita coisa envolvida, principalmente o respeito ao próximo.

Pois se isto não for respeitado ocorrerão inúmeras dificuldades com relação ao entendimento da língua fonte para a língua alvo, pois pode gerar uma completa falta de comunicação.

A comunidade surda ainda é muito prejudicada pela falta de professores surdos, pelo pouco domínio da Libras pelos professores ouvintes e o que mais se observa acontecendo no dia a dia é a falta de comprometimento com toda a comunidade surda, gerando assim juntamente com o estigma da deficiência, a falta de oportunidade para muitos Surdos. Assim,

Desde que a utilização da Libras nas salas de aula passou a ser praticada, nos fins dos anos 1980 e início da década de 1990, os educadores de surdos de um modo geral buscam ter maior conhecimento dessa língua, para que sua atuação seja mais adequada e cumpra com seu verdadeiro papel. Vários foram os recursos utilizados para esta capacitação: oficinas, minicursos, palestras, seminários... Mas a grande maioria (senão todos) ministrada, na época, por ouvintes. (SILVA, 2009, p. 8).

#### **4. Tradutor/intérprete: uma profissão desafiadora.**

Sabemos que a profissão do tradutor/intérprete é desafiadora, pois dependendo de como é feito o traslado da língua fonte para língua alvo, esta pode perder boa parte do significado real, por isso este profissional é uma importante estratégia para auxiliar na educação do surdo.

Pois dependendo de como é feita a tradução/interpretação, este pode ser taxado de um profissional medíocre, o que pode não ser verdade, simplesmente pode ter acontecido uma falta de comunicação entre o palestrante e o tradutor/intérprete, assim este sem ter acesso prévio ao tema da palestra, não se preparou devidamente, a prováveis termos técnicos específicos, embora sendo um intérprete conhecido por ser um bom profissional, na hora de fazer a interpretação, teve consciência de que não havia se preparado o suficiente para exercer o seu papel no evento. Mas também pode ter acontecido de ser uma pessoa sem a devida qualificação que ao exercer uma profissão fundamental para a educação do surdo acaba prejudicando-os.

Ocorrendo por vezes desfechos desastrosos, exatamente por não estar a par do assunto que seria explanado ou por não ser qualificado, começando a fazer o traslado com o que sabia do assunto, e em determinado momento, felizmente tem a consciência de sua deficiência com relação à sinalização, e assim acaba prejudicando o entendimento de muitos que dependiam da sua fluidez com relação ao assunto.

Outro aspecto importante é que tradutores e intérpretes são em geral pessoas com características um tanto diferentes. O tradutor trabalha mais isoladamente, são horas de trabalho diante do computador, entre livros e outras fontes de pesquisa, e eventualmente troca ideias com outras pessoas para consultas. Já o intérprete, em geral, atua em equipe, são vários profissionais que se revezam num mesmo evento, atuam nas relações face a face muitas vezes conversando com o conferencista ou com o público alvo, buscando ajustar sua atuação da melhor maneira possível. Nesse sentido, o resultado do trabalho do intérprete é sentido imediatamente pela reação da plateia, pelos debates e perguntas que em geral se seguem às conferências. Quando se verificam perguntas muito inadequadas frente ao conteúdo exposto, pode-se pensar que o trabalho do intérprete não foi adequado, passando ideias/mensagens imprecisas. Quando perguntas e respostas, após uma palestra, ocorrem sem maiores problemas, pode-se avaliar o trabalho do intérprete como positivo, pois os sentidos foram passados adequadamente. Já, os resultados do trabalho do tradutor são sentidos mais a longo prazo, na medida em que as pessoas vão tendo acesso ao texto escrito e são feitos comentários. Infelizmente, em geral, o tradutor só é lembrado quando seu trabalho é ruim, por meio de críticas e comentários que focalizam os erros. Pouco se destacam o valor e papel do tradutor quando ele trabalha bem e o texto final é fluído e adequado. (LODI/MÉLO/FERNANDES, 2012, p. 258)

Sabemos que o tradutor/intérprete é peça indispensável à educação dos surdos, por isso este deve procurar sempre está se qualificando e aprimorando seus conhecimentos, para que possa fazer seu trabalho da melhor maneira possível.

HORTÊNCIO (2005, p.71), nos informa que interpretar/traduzir de uma língua para a outra é uma tarefa desafiadora, sobre a qual incidem variáveis de diversas naturezas. O desafio é ainda maior, quando estão envolvidas línguas e culturas tão diferentes quanto língua de sinais e língua oral, cultura surda e cultura ouvinte. A fim de lidar com desafios múltiplos e solucionar os problemas que surgem ao longo de cada interpretação/tradução, intérpretes de línguas orais, intérpretes de línguas de sinais, bem como tradutores, adotam estratégias. Pesquisadores e teóricos da tradução, por sua vez, têm identificado, nomeado e descrito algumas dessas estratégias.

Percebe-se o quanto o tradutor/intérprete se torna indispensável para o aprendizado da comunidade surda, pois sem o seu apoio este ficaria sem entender tudo o que fosse transmitido oralmente ao seu redor, nota-se isso principalmente quando um usuário surdo se interessa em participar de um evento, e como normalmente acontece não haverá presença de um tradutor/intérprete, ficando assim impossível do surdo participar eficazmente, pois se este não conhecer a leitura labial, dificilmente acompanhará o que acontecerá no decorrer da palestra, pois não terá condições de interagir com os palestrantes que estarão no local transmitindo seus conhecimentos, mas embora nesses eventos seja sempre elencada a participação de intérpretes em algumas vezes este não é fluente, e quando o surdo chega ao local e percebe que não há um intérprete fluente para auxiliá-los na comunicação, fica difícil dar um feedback em um assunto que foi explanado.

O que provavelmente aconteceu por falta de um tempo maior para se preparar sobre o assunto que seria discutido, faltando um encontro com o palestrante para saber sobre qual assunto teriam que interagir, ou simplesmente por se achar um profissional super capacitado, achando que não teria dificuldade para entender sobre o assunto que seria compartilhado no evento.

Segundo QUADROS/WEININGER (2014, p. 36 e 37), historicamente pode-se afirmar que no Brasil a atuação dos

intérpretes de sinais destacou-se nos fins da década de 1980. Com o reconhecimento do status das línguas de sinais e a afirmação política dos surdos brasileiros, a demanda por intérpretes cresceu significativamente, principalmente no processo educacional. Devido a isso, muitos ouvintes bilíngues – fluentes em Libras – assumiram, sem uma formação específica, a função de intérpretes educacionais (Rodrigues; Silvério, 2011). Atualmente, os intérpretes tem ganhado espaço na mídia e em eventos públicos, além de terem a presença garantida no contexto da sala de aula com surdos, a qual é assegurada legalmente pelo Decreto 5.626/05. Vale dizer que a profissão de tradutor e de intérprete de Libras-Português somente foi regulamentada no Brasil pela Lei 12.319, em 1º de setembro de 2010.

Com a necessidade de respeitar o direito dos surdos, de terem a disposição um intérprete, através da Lei 12.319/10, a profissão de tradutor e de intérprete de Libras-Português, foi regulamentada no Brasil, trazendo este profissional para a legalidade.

O tradutor/intérprete de Libras é um profissional que sabemos atua em diferentes contextos. O seu trabalho é importante, pois ajuda com a comunicação dos surdos. Apesar das várias áreas de atuação, as instituições de ensino são os locais onde os mesmos são mais utilizados, não podemos esquecer que o campo de atuação está cada vez mais amplo, assim já os vemos trabalhando em: conferências, seminários, oficinas, minicursos, palestras, na realização de traduções escritas e no acompanhamento aos surdos.

## **5. Qual o perfil esperado para o tradutor/intérprete de libras?**

Quando observamos um tradutor/intérprete em um evento, sempre espera-se que o mesmo traduza o conteúdo o mais fielmente possível, para assim não prejudicar a comunicação com os surdos presentes ao local. Pois o seu papel nesta comunicação é essencial, para que haja entendimento entre os presentes sejam surdos ou ouvintes. Pois o que se espera de um profissional

comprometido é que: seja confiável (sigilo profissional), imparcial (deve ser neutro e não interferir com suas próprias opiniões), discreto (deve ter limites durante a interpretação), distância profissional (não deve misturar sua vida pessoal com a profissional), fiel (nunca deve alterar a informação por querer ajudar ou ter opiniões próprias sobre determinado assunto, assim passando algo diferente do que foi dito).

A partir da década de 1980 o respeito pelas línguas de sinais vem se intensificando no Brasil e em todo o mundo. O respeito à Libras implica a presença de ILS em muitos ambientes sociais. Todavia, até o Decreto n. 5.626, não se falava em formação específica para esse profissional em instituições de ensino, e essa tarefa estava reservada às associações de surdos. Eram ILS aqueles que tinham algum conhecimento de Libras e que se dispunham a acompanhar pessoas surdas às mais diversas atividades sociais: cultos e cerimônias religiosas, consultas médicas, jurídicas, odontológicas entre outras, busca por informações junto a órgãos públicos (escolas, prefeituras, cartórios entre outros), palestras, conferências e eventos de toda ordem de que a pessoa surda desejasse participar e de que precisasse de alguém para mediar sua relação com as pessoas ouvintes que não conhecessem/dominassem a Libras. Esses ILS, em geral, aprenderam Libras com familiares surdos ou em espaços religiosos, que preocupados com a divulgação de sua doutrina entre os fiéis e também entre a comunidade buscam aprender/ensinar essa língua e torna-la presente em seus espaços de convívio social. Assim, essas pessoas que conhecem a Libras passam a atuar como ILS, mas sem preparo ou reflexão sobre como desenvolver essas práticas, quais as implicações de seu trabalho, etc. (LACERDA, 2009, p. 30 e 31).

Para isso é necessário que o intérprete tenha conhecimento tanto da Libras, quanto da língua falada no país, no nosso caso o Português, e pode até ser redundância, mais tem que procurar ser o mais fiel possível na interpretação, e que esteja disponível para ajudar as pessoas surdas a interagirem nos eventos que estão participando, imagine como se sente um surdo quando o

intérprete nitidamente não tem conhecimento sobre o assunto que está interpretando, agora se coloquem no lugar dos surdos que participam de um evento, o desconforto na plateia é visível.

Segundo Quadros (2005, p. 60), há muitos problemas que são enfrentados em sala de aula, os mais comuns são:

O papel do intérprete em sala de aula acaba sendo confundido com o papel do professor. Os alunos dirigem questões diretamente ao intérprete, comentam e travam discussões em relação aos tópicos abordados com o intérprete e não com o professor. O próprio professor delega ao intérprete a responsabilidade de assumir o ensino dos conteúdos desenvolvidos em aula ao intérprete. Muitas vezes, o professor consulta o intérprete a respeito do desenvolvimento do aluno surdo, como sendo ele a pessoa mais indicada a dar um parecer a respeito. O intérprete, por sua vez, se assumir todos os papéis delegados por parte dos professores e alunos, acaba sendo sobrecarregado e, também, acaba por confundir o seu papel dentro do processo educacional, um papel que está sendo constituído. Vale ressaltar que se o intérprete está atuando na educação infantil ou fundamental, mais difícil torna-se a sua tarefa. As crianças mais novas têm mais dificuldades em entender que aquele que está passando a informação é apenas um intérprete, é apenas aquele que está intermediando a relação entre o professor e ela.

Com relação à profissão de intérprete, o site do portal educação, diz que ele deve ter:

- Imparcialidade (interpretação neutra, sem dar opiniões pessoais);
- Distância profissional (não haver interferência da vida pessoal);
- Confiabilidade (sigilo profissional);
- Discricção (estabelecer limites no seu envolvimento durante a atuação);
- Fidelidade (interpretação deve ser fiel, sem alterar a informação mesmo que seja com a intenção de ajudar).

QUADROS (2005, P 31-32), no diz no código de ética do profissional intérprete, no seu Artigo 1º (primeiro), e capítulos pertinentes que:

### Artigo 1<sup>o</sup>. São deveres fundamentais do intérprete:

- 1<sup>o</sup>. O intérprete deve ser uma pessoa de alto caráter moral, honesto, consciente, confidente e de equilíbrio emocional. Ele guardará informações confidenciais e não poderá trair confidências, as quais foram confiadas a ele;
- 2<sup>o</sup>. O intérprete deve manter uma atitude imparcial durante o traslado da interpretação, evitando interferências e opiniões próprias, a menos que seja requerido pelo grupo a fazê-lo;
- 3<sup>o</sup>. O intérprete deve interpretar fielmente e com o melhor da sua habilidade, sempre transmitindo o pensamento, a intenção e o espírito do palestrante. Ele deve lembrar-se dos limites de sua função e não ir além de a responsabilidade;
- 4<sup>o</sup>. O intérprete deve reconhecer seu próprio nível de competência e ser prudente em aceitar tarefas, procurando assistência de outros intérpretes e/ou profissionais, quando necessário, especialmente em palestras técnicas;
- 5<sup>o</sup>. O intérprete deve adotar uma conduta adequada de se vestir, sem adereços, mantendo a dignidade da profissão e não chamando atenção indevida sobre si mesmo, durante o exercício da função.

Então podemos dizer que o perfil esperado de um tradutor/intérprete de Libras, é que o mesmo seja:

- Imparcial (interpretação neutra, sem dar opiniões pessoais);
- Mantenha distância profissional (não haver interferência da vida pessoal);
- Confiável (sigilo profissional);
- Discreto (estabeleça limites no seu envolvimento durante a atuação);
- Fiel (compromisso com aquilo que assume)

Sendo fundamental que este tenha o domínio das línguas envolvidas no processo de tradução e interpretação, precisando ter qualificação específica para atuar como tal, isso mostra que não é qualquer pessoa que pode atuar como tradutor/intérprete, pois há muita coisa envolvida, principalmente o respeito ao próximo. Pois se isto não for respeitado ocorrerão inúmeras dificuldades com relação ao entendimento da língua fonte para a língua alvo.



Para que se possa avançar em uma proposta bilíngue, o site da Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos – APADA, nos cita alguns caminhos:

- a) Fortalecer o ensino da Libras científica e técnica, com vistas a prover essa língua de conhecimentos avançados que possibilitem o desempenho de competências e habilidades no plano nacional.
- b) Criar condições reais para o avanço da pesquisa contrastiva Libras (L1) – Português escrito (L2) e Português escrito (L2) – Libras (L1), com base em dados científicos e empíricos em vista da elaboração da Gramática Contrastiva Padrão do Português Escrito por Surdos, que sirva de diretriz e parâmetro para a produção escrita dos surdos.
- c) Proporcionar condições de intercâmbio “Língua de Sinais sem Fronteira”, de modo a possibilitar que os estudantes surdos brasileiros desenvolvam a competência comunicativa em Línguas de Sinais Estrangeiras e, assim, ampliem os conceitos de línguas em contato na imersão e fora dela (no estrangeiro).
- d) Criar cursos de formação de Formadores em Português L2, que contemplem abordagens, métodos e técnicas que favoreçam o ensino contrastivo do português para os falantes de Libras. Nenhum método deverá ser assimilador em favor da língua majoritária nacional.

## **6. Leis voltadas à educação dos surdos.**

A vida dos Surdos foi marcada por muitas lutas, que se tornaram no decorrer dos tempos em muitas conquistas, se lembrarmos um pouco na antiguidade o surdo era considerado incapaz, e por isso ao longo da história muitos foram mortos, jogados em rios e penhascos, pois se entendiam não iriam contribuir nada à sociedade. Com certeza a sua maior conquista foi ter quebrado o estigma social de incapaz, assim aflorando que o mesmo tinha tanta capacidade para o aprendizado quanto a pessoa ouvinte, assim vindo a ser uma pessoa produtiva para a sociedade, pois através de sua língua pode se comunicar e interagir com todos a seus redor.

Hoje com a promulgação da Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que reconheceu e oficializou a Libras, como língua das

comunidades surdas, e o Decreto lei 5.626, de 22 de dezembro de 2005, que regulamentou - a Lei no 10.436/2002 e o art. 18 da Lei no 10.098/2000, em seu artigo 14, diz que as instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até a superior.

- *Algumas Leis relacionadas à Educação dos Surdos;*

- **Constituição Federal, promulgada em 1988:**

- em seu artigo 5º, diz que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. Assim também é garantido esse direito para as pessoas com necessidades especiais educacionais.

- Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.

- **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996:**

- estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, pois como a política pública educacional sobre a educação é voltada principalmente para organizar, tendo em vista que entre seus princípios encontram-se: igualdade de condições para o acesso e permanência na escola e liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber, não que os outros sejam menos importantes, mas quando se passa a observar que ainda não vemos a implantação desses dois princípios voltados à educação de nosso povo. Pois ainda vemos muitos serem segregados em seus direitos, principalmente no direito de ir à escola para aprender e aprender o que vai lhe ser ensinado.

Quando realmente vermos que uma criança com algum tipo de deficiência (seja ela: surdez, cegueira, deficiência intelectual, deficiência motora, entre outras), serão atendidas da mesma forma que os ditos “normais”, ou como ainda vemos acontecer serão incluídos em escolas regulares e abandonados em

um canto da sala de aula, mas graças a Deus isso está mudando, mas infelizmente ainda é prática em nosso grande Brasil.

Em seu artigo 1º, referida Lei diz que a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Art. 3º, diz que a educação deveria seguir os princípios: da igualdade, liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; respeito à liberdade e apreço à tolerância; coexistência de instituições públicas e privadas de ensino; gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais; valorização do profissional da educação escolar; gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino; garantia de padrão de qualidade; valorização da experiência extraescolar; vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais e consideração com a diversidade étnico-racial.

Felizmente com seus princípios humanizadores a LDB vem direcionando e estabelecendo a estrutura da educação brasileira, mas como sabemos isso vem acontecendo paulatinamente, mas como se diz “devagar se vai ao longe”.

Em seu artigo 4º, enfatiza que o dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, organizada da seguinte forma: pré-escola; ensino fundamental e ensino médio.

Garantindo a educação gratuita às crianças de até cinco (cinco) anos de idade, atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino; acesso público e gratuito aos ensinos

fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria; acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e permanência na escola; atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde.

**- Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002:**

- Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. No dia 24 de abril de 2002, através desta Lei a Libras, foi reconhecida e oficializada, como uma língua proveniente das comunidades surdas, entende-se como Libras – Língua Brasileira de Sinais a forma de comunicação e expressão, em que o sistema linguístico de natureza visual motora, utilizado pelo surdo, tem estrutura gramatical própria, constituindo um sistema de transmissão de ideias e fatos, determinando que as pessoas com surdez tenham direito a uma educação que garanta a sua formação, em que a Libras e a Língua Portuguesa, preferencialmente na sua modalidade escrita, constituam língua de instrução, e que o acesso às duas línguas ocorra de forma simultânea no ambiente escolar, colaborando para o desenvolvimento de todo o processo educativo.

**- Decreto Lei 5.626, de 22 de dezembro de 2005:**

- Este Decreto regulamenta a Lei no 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – Libras, e o art. 18 da Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, em seu artigo 14, que as instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até a superior.

Mas isso ainda não acontece efetivamente em nosso país, pois muitos alunos surdos ainda são desrespeitados em seus direitos, e o

que mais se aproxima a isso são os estudos realizados nos contra turnos, onde muitas escolas utilizam a metodologia do Atendimento Educacional Especializado (AEE), o qual efetivamente é prestado em um horário diferente das aulas da escola regular ministrada aos alunos, sendo em outro turno preferencialmente um dia antes do conteúdo programático ser ministrado, só assim o aluno surdo terá um poder de aprendizado paralelo ao dos alunos ouvintes.

**- Lei nº 10.098, de 19 de Novembro de 2000:**

- Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

Em seu art. 1º Esta Lei estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, mediante a supressão de barreiras e de obstáculos nas vias e espaços públicos, no mobiliário urbano, na construção e reforma de edifícios e nos meios de transporte e de comunicação.

**- Decreto 5.296, de 2 de Dezembro de 2004:**

- Regulamenta as Leis Nº 10.048 de Novembro de 2000, e dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098 de 19 de Dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade.

Em seu artigo 5º diz que os órgãos da administração pública direta, indireta e fundacional, as empresas prestadoras de serviços públicos e as instituições financeiras deverão dispensar atendimento prioritário às pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

No seu § 1º, alínea b, diz que deficiência auditiva: perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz.

**- Lei nº 12.319, de 1º de setembro de 2010:**

Art. 1º Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS).

Art. 2º O tradutor e intérprete terá competência para realizar interpretação das 2 (duas) línguas de maneira simultânea ou consecutiva e proficiência em tradução e interpretação da Libras e da Língua Portuguesa.

Art. 6º São atribuições do tradutor e intérprete, no exercício de suas competências:

I - efetuar comunicação entre surdos e ouvintes, surdos e surdos, surdos e surdo-cegos, surdo-cegos e ouvintes, por meio da Libras para a língua oral e vice-versa;

II - interpretar, em Língua Brasileira de Sinais - Língua Portuguesa, as atividades didático-pedagógicas e culturais desenvolvidas nas instituições de ensino nos níveis fundamental, médio e superior, de forma a viabilizar o acesso aos conteúdos curriculares;

III - atuar nos processos seletivos para cursos na instituição de ensino e nos concursos públicos;

IV - atuar no apoio à acessibilidade aos serviços e às atividades-fim das instituições de ensino e repartições públicas; e

V - prestar seus serviços em depoimentos em juízo, em órgãos administrativos ou policiais.

- Decreto nº 7.611, de 17 de novembro de 2011:

- dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado, e dá outras providências, definidos nos §§ 1º e 2º do art. 2º:

§ 1º Para fins deste Decreto, os serviços de que trata o caput serão denominados atendimento educacional especializado, compreendido como o conjunto de atividades, recursos de acessibilidade e pedagógicos organizados institucional e continuamente, prestado das seguintes formas:

I - complementar à formação dos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento, como apoio permanente e limitado no tempo e na frequência dos estudantes às salas de recursos multifuncionais; ou

II - suplementar à formação de estudantes com altas habilidades ou superdotação.

§ 2º O atendimento educacional especializado deve integrar a proposta pedagógica da escola, envolver a participação da família para garantir

pleno acesso e participação dos estudantes, atender às necessidades específicas das pessoas público-alvo da educação especial, e ser realizado em articulação com as demais políticas públicas.

**- Projeto de Resolução nº 040, de 3 de dezembro de 2003:**

- Tradução simultânea na Língua Brasileira de Sinais – Libras, na programação da TV Assembleia e dá outras providências.

Art. 1º – A programação da TV Assembleia terá tradução simultânea na Língua Brasileira de Sinais – Libras (íntegra da lei).

**- Resolução nº 4, de 2 de Outubro de 2009:**

- Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial.

Embora se tenha inúmeras leis sobre os atendimentos educacionais voltados para a educação dos surdos, ainda há muitas negligências a respeito, e em algumas escolas acontece de preterir o aluno surdo, por achar que dará mais trabalho e custo.

## **7. Considerações finais.**

Este trabalho bibliográfico nos levou a enfocar que o estudo do tema o tradutor/intérprete da Libras, é mais que uma estratégia para o aluno surdo em sala de aula, nos ajudou a compreender que todo conhecedor da Libras, não é um intérprete, já que conforme o seu código de ética, o intérprete deve ser uma pessoa de alto caráter moral, honesto, consciente, confidente e de equilíbrio emocional, além de manter uma atitude imparcial durante o translado da interpretação, evitando interferências e opiniões próprias, a menos que seja requerido pelo grupo a fazê-lo, devendo interpretar fielmente e com o melhor da sua habilidade, sempre transmitindo o pensamento, a intenção e o espírito do palestrante. Ele deve lembrar-se dos limites de sua função e não ir além de sua responsabilidade, devendo escolher tarefas condizentes com sua competência.

Evitando assim de parar a interpretação no meio de um evento para o qual havia sido contratado, por não se achar capaz de prosseguir, deixando a todos que assistiam um sentimento de perda, de respeito, de competência, de imparcialidade, de fidelidade, quiçá de justiça, para com todos que pretendem participar de um evento e assim vieram a ser prejudicados.

Devemos reivindicar das autoridades que a disciplina Libras, seja incluída desde o ensino infantil nas escolas regulares e assim todos venham a ser favorecidos com isso, pois a interação será muito maior entre surdos e ouvintes, e que os Surdos assim possam vir a ter as mesmas vantagens dos ouvintes, e consigam galgar os degraus que se propuseram na vida.

Devemos insistir que haja mais cursos de Libras, e que todos possam participar, sem qualquer discriminação, só assim veremos a comunicação entre todos, e não a segregação de poucos. Como seria maravilhoso se todos pudessem se comunicar sem nenhuma interferência.

Devemos solicitar aos nossos governantes novas escolas, estas de preferência escolas bilíngues, assim todos, surdos e ouvintes, terão a mesma oportunidade no decorrer de suas vidas.

## 8. Referências

Associação de Pais e Amigos de Deficientes Auditivos – **APADA**. Disponível em: <<http://www.apadadf.org.br/fique-por-dentro/>>. Acesso em: 05 de janeiro de 2016.

BRASIL. **Decreto 5.626/05**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/At02004-2006/2005/decreto/D5626.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/At02004-2006/2005/decreto/D5626.htm). Acesso em: 15 de julho de 2015.

BRASIL. **Decreto nº 7.611/11**. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/At02011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/At02011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11). Acesso em: 15 de julho de 2015.



HORTÊNCIO, Germana Fontoura Holanda. **UM ESTUDO DESCRITIVO DO PAPEL DOS INTÉRPRETES DE LIBRAS NO ÂMBITO ORGANIZACIONAL DAS TESTEMUNHAS DE JEOVÁ.** Fortaleza Ceará, Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&cad=rja&uact=8&ved=oahUKEwiOgsr47t7KAhWEKh4KHTgJDsYQFggdMAA&url=http%3A%2F%2Fwww.uece.br%2Fposla%2Fdmdocuments%2FGermanaFontouraHolandaHortencio.pdf&usg=AFQjCNEHmoQJppbvXtbfzofnKuWBPzykng&sig2=QQqeygIBnBH-fqQ6gQTf5w>>. Acesso em: 02 de janeiro de 2016.

IMPORTÂNCIA DO INTÉRPRETE DE LIBRAS. Disponível em: <<http://www.portaleducacao.com.br/pedagogia/artigos/41273/importancia-do-interprete-de-libras#ixzz3ziFEoHSO>>. Acesso em: 28 de dezembro de 2015.

LACERDA, C. B. F. **Intérprete de Libras em Atuação na Educação Infantil e no Ensino Fundamental.** Porto Alegre: Mediação/FAPESP, 2009. In: ALBRES, Neiva de Aquino e SANTIAGO, Vânia de Aquino Albres (organizadoras). **Libras em estudo: tradução/interpretação.** São Paulo: FENEIS, 2012. p.15. Disponível em: file:///C:/Users/sorriso/Downloads/1Traducao\_Interp.pdf. Acesso em: 10 de setembro de 2015.

LACERDA, C. B. F. **Intérprete de Libras em atuação na educação infantil e no ensino fundamental.** Porto Alegre: Mediação/FAPESP, 2009. (atual. ortogr.).

BRASIL. **Lei 10.436/02.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/2002/L10436.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/L10436.htm). Acesso em: 15 de julho de 2015.

BRASIL. **Lei 12.319/10.** Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12319.htm). Acesso em: 15 de julho de 2015.

LODI, Ana Claudia Balieiro, MÉLO, Ana Dorziat Barbosa de, FERNANDES, Eulalia (ORGANIZADORAS). **Letramento, bilinguismo e educação de surdos.** – Porto Alegre: Mediação, 2012, p. 258)

PAGURA, Reynaldo. **A interpretação de conferências: interfaces com a tradução escrita e implicações para a formação de intérpretes e tradutores.** DELTA [on-line], 2003, v.19, n.spe, p. 209-236. Disponível em: [www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_artte54xt&pid=So102-44502003000300013](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_artte54xt&pid=So102-44502003000300013). Acesso em: 15 de janeiro de 2018.

QUADROS, Ronice Müller de. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa** / Secretaria de Educação Especial; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos - Brasília: MEC; SEESP, 2005. 94 p.: il.

RODRIGUES, C.H.; SILVÉRIO, C. C. P. **Interpretando na educação: quais conhecimentos e habilidades o intérprete educacional deve possuir?** Espaço. 2011. In: QUADROS, Ronice Müller de, WEININGER, Markus J. (organizadores). Estudos da língua Brasileira de Sinais III. Florianópolis: Editora Insular: Florianópolis: PGET/UFSC, 2014, p. 36 e 37.

RODRIGUES, Cristiane Seimetz; VALENTE, Flávia. **Intérprete de Libras**. – Curitiba: IESDE Brasil S.A., 2012, 232 p.

SANTOS, Fabiane Lima. **Inclusão do aluno surdo na sala comum: O uso da Libras como estratégia para o ensino Significativo da Língua Portuguesa**. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=7&cad=rja&uact=8&ved=0ahUKEwjR26LkoPDKAhWLF5AKHWUIBqwQFghJMAY&url=http%3A%2F%2Fperiodicos.piodecimo.edu.br%2Fonline%2Findex.php%2Fpraxis%2Farticle%2Fdownload%2F114%2F168&usq=AFQjCNEM32b2S6oPFtOIU8t-pYuzHv4Otg&sig2=d15 eyzmizlEm z07ruPFtCg>>. Acesso em: 05 de janeiro de 2016.

SILVA, Anderson Tavares Correia da; MACEDO JÚNIOR, Márcio Ribeiro; LIMA, Francisco José de. **O intérprete de Língua Brasileira de Sinais no Ensino Fundamental e seu papel na Escola Comum**. Disponível em: <[https://www.ufpe.br/ce/images/Graduacao\\_pedagogia/pdf/2008.1/o%20intprte%20de%20lngua%20brasileira%20de%20sinais%20no%20ensino%20fundamental%20e%20seu%20papel%20na%20escola%20comum.pdf](https://www.ufpe.br/ce/images/Graduacao_pedagogia/pdf/2008.1/o%20intprte%20de%20lngua%20brasileira%20de%20sinais%20no%20ensino%20fundamental%20e%20seu%20papel%20na%20escola%20comum.pdf)>. Acesso em: 28 de dezembro de 2015.

SILVA, Rúbia Carla da. **LIBRAS – Língua Brasileira de Sinais uma possibilidade de segunda língua para ouvintes**– UEPG/PR. Disponível em: <[http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/1883\\_1307.pdf](http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/1883_1307.pdf)>. Acesso em: 05 de janeiro de 2016.

## Capítulo 05

# A interação verbal na sala de aula de letras-libras da universidade do estado do Pará

*Áurea Luzia de Oliveira Ferreira*

### 1. Introdução.

Até o ano de 2015, os surdos tinham dificuldade para entrar no Curso de Letras-Libras da Universidade do Estado do Pará, devido ao fato de que o processo seletivo ainda não havia sido adaptado às suas necessidades. Essas necessidades representavam, no processo seletivo, verdadeiras desvantagens em relação à concorrência constituída pela maioria ouvinte.

A verdade é que até o referido ano, os moldes do processo vestibular da UEPA representavam verdadeiras barreiras que dificultavam o ingresso desses indivíduos surdos.

Essas limitações compreendiam entre outros aspectos a ausência de prova adaptada por meio de projeção em vídeos, a carência – na instituição – de profissionais tradutores e intérpretes de Libras-Língua Portuguesa para transmissão e tradução das mensagens.

O fato é que as limitações em muito contribuíram para que os surdos fossem rotulados como incapazes de aprender e de se comunicar, sofrendo preconceitos.

Nos anos de 2012, 2013, 2014 e 2015, não havia intérpretes para o curso de letras-libras, uma vez que o acesso era privilégio

dos alunos ouvintes e o curso era ministrado em grande parte em língua oral, com exceção das disciplinas de Libras.

O vestibular adaptado com ênfase em língua de sinais nesta Universidade Pública representou uma das conquistas da comunidade surda e ouvinte, pois era um sonho quase impossível para uma pessoa surda ingressar no ensino superior, devido ao fato de que sua compreensão dos conteúdos e desenvolvimento das questões era comprometida pela ausência de uma comunicação em Língua de Sinais.

Outra conquista foi com relação às questões das provas escritas em Língua Portuguesa. O problema estava principalmente na redação, uma vez que a escrita do indivíduo surdo é diferente da escrita da pessoa ouvinte: a tendência é o surdo transferir a estrutura da Língua de Sinais para o texto escrito, uma espécie de interlíngua. A pessoa ouvinte fala em português e escreve o que pensa em língua portuguesa. A pessoa surda pensa em sinais e escreve usando o vocabulário do português, em grande parte na estrutura da língua de sinais. Acontece que os critérios de correção da prova de redação não consideravam essa diferença, com isso era comum a reprovação dos candidatos surdos.

Com o vestibular específico essa situação mudou. A redação corrigida de forma adaptada e diferenciada dos candidatos surdos trouxe uma esperança, facilitando o entendimento do discurso, adquirindo assim, respeito a sua própria língua: a Língua de Sinais.

Mas a partir de 2015, como já dissemos, o processo seletivo da UEPA sofreu adaptações que permitiram aos surdos competirem por uma vaga em condições melhores com os candidatos ouvintes, introduzindo assim, a Libras no discurso verbal realizado na sala de aula.

Com a introdução da Língua de Sinais, o vestibular diferenciado, que aconteceu na UEPA no ano de 2015, promoveu a entrada de 18 alunos surdos no ano letivo de 2016. No começo, foi impactante, pois algumas perguntas precisavam ser respondidas: como será a adaptação do ensino dos conteúdos que estão todos

em língua portuguesa? Como será a relação dialógica na sala de aula entre professor ouvinte e aluno surdo?

Atualmente, com essas mudanças é previsível que a Universidade do Estado do Pará conte com profissionais intérpretes e tradutores de Língua de Sinais; Disponha de um processo educacional inclusivo que defende os direitos da pessoa surda; promova a participação de forma ativa dos surdos nas atividades acadêmicas; e os capacita para o mercado de trabalho, como profissionais do ensino de Libras. Nesse sentido a UEPA abre caminhos para que os surdos conquistem seu espaço tanto no meio acadêmico como nas lutas e conquistas sociais.

Esta pesquisa se propõe a descrever e analisar as interações verbais ocorridas no contexto em sala de aula, considerando o conceito de relação dialógica preposto por Michael Bakhtin entre: professor-aluno (surdos e ouvintes), intérprete-aluno (surdos e ouvintes), aluno (surdo)-aluno (ouvinte)

Este estudo também se caracteriza por sua relevância social, uma vez que o acesso de candidatos surdos em uma IES representa questão de interesse público.

Dessa forma, a pesquisa pode contribuir seja por meio da exposição e análise das questões que envolvem o tema e que foram abordadas de forma qualitativa durante o estudo, seja pelo fato de proporcionar respostas aos problemas propostos, com a possibilidade de indicar modificações no âmbito da realidade proposta pelo tema.

Dito isso, apresento as seções deste trabalho.

Na seção I, de introdução, justificou a relevância das adaptações realizadas no curso de Letras-Libras, bem como apresentei as razões pessoais do estudo.

Na seção II apresentaremos a trajetória da pesquisa. Nela foi destacado a abordagem e o tipo de pesquisa adotados participantes da pesquisa, para obtenção do corpus, indicando os principais objetivos e os instrumentos de coletas de dados; e também apresentaremos o local onde foi realizada a pesquisa.

Na seção III apresentaremos os estudos da interação verbal esclarecendo o que é interação verbal conforme os autores.

Na seção IV realizaremos a análise interacionistas a partir das categorias das relações monológicas e das relações dialógicas.

Na seção V apresentaremos as considerações finais, com os resultados obtidos nesta pesquisa.

## **2. Trajetória da pesquisa.**

Neste tópico está a trajetória da pesquisa que irá detalhar a abordagem, o procedimento, os participantes e o lócus da pesquisa.

### **2.1. Abordagem.**

Esta pesquisa apresenta uma abordagem qualitativa, uma vez que não está meramente preocupada com a apresentação de números, de quantidades, mas sim com a compreensão de um grupo social, abordando a qualidade como forma de pesquisa.

Sabe-se que cada ciência tem sua especificidade e característica, sendo por esse motivo que os pesquisadores qualitativos não aceitam o modelo meramente quantitativo aplicável ao estudo de vida social. Nesse sentido nos ensina Deslauriers:

Os pesquisadores que utilizam os métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos e se valem de diferentes abordagens. Na pesquisa qualitativa, o cientista é ao mesmo tempo o sujeito e o objeto de suas pesquisas. O desenvolvimento da pesquisa é imprevisível. O conhecimento do pesquisador é parcial e limitado. O objetivo da amostra é de produzir informações aprofundadas e ilustrativas: seja ela pequena ou grande, o que importa é que ela seja capaz de produzir novas informações (DESLAURIERS, 1991, p. 58).

Isso por que

A pesquisa qualitativa preocupa-se, portanto, com aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais. A pesquisa qualitativa trabalha com o universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 2001, p. 14).

Logo, esta pesquisa apresenta-se como qualitativa, uma vez que não se preocupa com representatividade numérica, mas com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, no caso em debate alunos e professora ouvinte da sala de aula do curso Letras-Libras da UEPA.

## **2.2. Procedimento.**

Realizamos esta pesquisa a partir de um contato direto e interativo com os participantes da pesquisa, por meio de entrevistas e filmagens. As perguntas tiveram a intenção de saber quais as formas da interação verbal, seja ela, monológica ou dialógica entre professor-intérprete-alunos surdos e ouvintes no contexto da sala de aula no curso de Letras-libras na Universidade do Estado do Pará.

A pesquisa caracterizou-se como de campo quanto aos procedimentos adotados, uma vez que no seu decorrer interagimos com alunos e professores surdos e ouvintes na sala de aula do curso Letras Libras no Campus da Universidade do Estado do Pará (UEPA) do Centro de Ciências Sociais e Educação (CCSE).

Nesse sentido Fonseca nos ensina que:

A pesquisa de campo caracteriza-se pelas investigações em que, além da pesquisa bibliográfica e/ou documental, se realiza coleta de dados junto a pessoas, como recurso de diferentes tipos de pesquisa (pesquisa ex-post-facto, pesquisa-ação, pesquisa participante, etc.) (FONSECA, 2002, p.32).

Por meio dessa relação entendemos melhor algumas formas de interação entre os participantes, dentre outros aspectos como seus valores e crenças, que permeiam seu dia a dia.

Para coleta de dados foi usada como ferramentas de pesquisa: um diário de campo, a entrevista escrita com perguntas objetivas de fácil entendimento formuladas pela pesquisadora, adquirindo respostas próprias dos pesquisados e a filmagem através do celular.

No diário de campo fiz anotações do que aconteceu nos dias que participamos da aula e no momento da filmagem, colhendo por escrito as informações e relatando os detalhes para a pesquisa em um caderno próprio. Foi realizada entrevista, com utilização de um questionário de entrevista escrita, por meio do qual foi feita aos alunos perguntas como: Nome; Idade; possui outro curso de Formação Superior; Qual tipo de surdez; Como adquiriu a surdez; Qual o grau de surdez; Com que idade que adquiriu a surdez; Onde aprendeu a Língua de Sinais; Com quem aprendeu a língua de Sinais; Como recurso audiovisual foi realizada filmagem que aconteceu em sala de aula do curso de Letras-Libras da disciplina Reflexões e Práticas Pedagógicas I.

Com um celular, com câmera, observamos e registramos algumas atividades pedagógicas junto a um grupo de alunos durante a aula da professora Raquel Gomes.

Nesse vídeo foi registrado o momento em que a professora solicitou aos alunos que se organizassem em grupos de 05 pessoas distribuindo, em seguida, as cópias a todos os presentes com três (03) perguntas já elaboradas pela própria docente:

### **2.3. Participantes da pesquisa.**

A pesquisa contou com a participação de 05 (cinco) alunos surdos e ouvintes e uma professora na Universidade do Estado do Pará que ministrava no dia 22 de agosto de 2016 uma aula da disciplina Introdução à Linguística.



Os participantes estão postos no quadro 1:

**QUADRO 1: Identificação dos participantes.**

Nome	Característica	Idade	Formação	Grau de surdez
Júlio	Surdo	29 anos	Pedagogia	Profundo
Fernanda	Surda	25 anos	Aluna do Letras-Libras	Médio
Elton	Surdo	33 anos	Pedagogia	Profundo
Fabiane	Ouvinte	34 anos	Aluna do Letras-Libras	-----
Edivana	Ouvinte	32 anos	Aluna do Letras-Libras	-----
Raquel	Ouvinte	57 anos	Professora	-----

**Fonte:** elaboração própria, 2016.

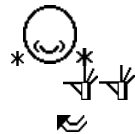
**Júlio** tem 29 anos de idade, seu sinal em Escrita de Sinais:\*



Este sinal contém configuração de mão como mostra a imagem: os dedos polegar e indicador estão encurvados um de frente para o outro, com ponto de articulação – ou locação – dos dedos (polegar e indicador) parados entre o queixo e a boca; quanto a Orientação da Palma (OP): a palma está para frente; não tem movimento, e um leve sorriso na expressão facial, não tendo outra expressão corporal.

Júlio é surdo congênito sua mãe adquiriu uma doença no período da gestação ocorrendo à perda total da audição. O mesmo é formado em Pedagogia. Começou a usar a Libras em contato com outros colegas surdos na Escola Pública “Barão do Rio Branco”, com a idade de aproximadamente de 17 ou 18 anos. Esta cursando no ano de 2016 o primeiro ano do curso de Licenciatura Letras-Libras na Universidade do Estado do Pará (UEPA) do ano de 2016.

**Fernanda** tem 25 anos de idade, seu sinal em escrita de sinais é:

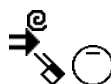


O sinal de Fernanda possui configuração de mão em ‘F’, ponto de articulação– ou locação – tocando próximo ao canto da boca à direita depois à esquerda; a orientação da Palma (OP) está

posicionada para a esquerda, o movimento toca uma vez do lado direito e depois toca do lado esquerdo, expressando um leve sorriso.

Ela é surda adquirida, sua perda auditiva ocorreu devido a uma doença que ocorreu tornando-a surda profunda. Com a idade de cinco anos em contato com outros surdos nas escolas em que cursou aprendeu a desenvolver a Libras. Fez alguns cursos para aprimorar seus conhecimentos. Esta cursando no ano de 2016 o primeiro ano do curso de Licenciatura Letras-Libras na Universidade do Estado do Pará (UEPA).

**Elton** tem 33 anos de idade, seu sinal em Escrita de Sinais é:



Seu sinal possui a Configuração de Mão em “U”, com ponto de articulação na testa; a Orientação da Palma (OP) está posicionada para a esquerda; e o movimento escorrega a mão em ‘U’ da direita para a esquerda; no seu sinal, não ocorre expressão facial, nem corporal.

É surdo congênito, sua mãe adquiriu uma doença no período da gestação causando perda total auditiva. Já tem formação em pedagogia pelo Instituto Faculdade Cruzeiro (IFC-SP ou FACEET). Aprendeu Língua de Sinais em contato com outros surdos nas escolas com idade de aproximadamente 18 anos, depois fez cursos na Universidade Vale do Acaraú (UVA), aprimorando seu aprendizado. Está cursando o primeiro ano do curso de Licenciatura Letras-Libras na Universidade do Estado do Pará (UEPA) do ano de 2016.

**Fabiane** tem 34 anos de idade. Seu sinal em Escrita de Sinais:






No seu sinal a Configuração de Mão (CM) em “F”; o ponto de articulação na bochecha direita e o movimento bate duas vezes; a orientação da palma (OP) está posicionada para esquerda; não ocorrendo expressão facial .

É ouvinte. Fez cursos no Instituto de Educação e Cultura do Estado do Pará (IEPA), quando aprendeu com uma professora surda da própria instituição aos 31 anos de idade. Está cursando o primeiro ano do curso de Licenciatura Letras-Libras na Universidade do Estado do Pará (UEPA), no ano de 2016.

**Edivana** tem 32 anos de idade. Seu sinal em Escrita de Sinais:     

Nesse sinal ocorre a Configuração de Mão em “E” com ponto de articulação na bochecha esquerda; a orientação da palma (OP) está posicionada para esquerda com movimento retilíneo para frente e para trás batendo duas vezes; não ocorre expressão facial.

**Raquel Gomes**, 57 anos. Seu sinal em Escrita de Sinais:   

Apresenta Configuração de Mão em “R” com Ponto de Articulação (locação) na sobrançelha com orientação da palma posicionada para esquerda; movimento semicírculo da esquerda para a direita contornando a sobrançelha; não ocorre expressão facial.

É professora da Universidade do Estado do Pará (UEPA) na disciplina Introdução à Linguística no curso de Letras-Libras do ano de 2016.

## 2.4. Lócus de pesquisa.

A investigação se concretizou na Universidade do Estado do Pará, campus do Centro de Ciências Sociais e Educação de Belém, situado na Rua do Una, nº 156 esquina com a travessa Djalma Dutra, no Bairro do Telégrafo.

Temos uma breve descrição deste Centro: entrando pela Travessa Djalma Dutra deparamos com a estrutura física de 6 (seis) Blocos. Cada Bloco é dividido em térreo mais 2 andares

sendo que no Bloco I contém o protocolo e salas de coordenação dos cursos. Nos Blocos II, III e IV estão às salas de aula e no IV Bloco térreo está na primeira sala de aula do curso de licenciatura Letras-Libras do 4º ano caminhando em direção ao final do corredor quase em frente à escada está a sala de recitais.

No Bloco V está à biblioteca e o auditório. E no Bloco VI, construção mais recente, o funcionamento dos cursos de Mestrado do CCSE – Educação, Religião e Matemática.

Em um prédio anexo está o restaurante universitário e em outro prédio anexo está às salas de xérox.

No prédio mais antigo encontra-se uma arquitetura denominada de “castelinho” com sala de vídeo conferência, e coordenações de alguns cursos da UEPA.

Seguindo em direção a Rua do Una, está um prédio também com estrutura mais antiga que abriga a Reitoria da Instituição.

Passemos para a implantação do curso de Letras-Libras:

O primeiro curso de Licenciatura Plena em Letras-Libras ocorreu pelo turno da manhã, na UEPA, em 2012, quando foi feito um vestibular organizado e formulada pela própria Instituição. Com números aproximados de 40 alunos ouvintes aprovados, no ano seguinte, 2013, à tarde é a turma que estou incluída com pessoas ouvintes, cursando no ano de 2016, o quarto ano na sala do térreo, primeira sala do IV bloco. E, no ano 2014, a turma do curso da noite com 40 alunos ouvintes. O curso pesquisado é o curso Letras-Libras do ano de 2016 da turma que estuda à tarde que está localizado no bloco IV, térreo, sala 02, quando foram aprovados em um Vestibular específico 18 alunos surdos.

### **3. Interação verbal.**

Morato (2005) afirma que a interação verbal pode se manifestar em duas modalidades, a internalista e a externalista. Segundo essa autora a modalidade internalista se fundamenta no psicologismo, ou seja, a justificação é determinada internamente,

seja pela evidência do sujeito, ou por coerência entre as crenças, ou mesmo por alguma condição interna. Para os teóricos internalistas, os fatores internos são suficientes para garantir justificação ao sujeito.

O coerentismo é um exemplo de teoria internalista. O internalismo representa uma corrente filosófica que permeou a ciência da linguagem nos meados do século XX.

Ao contrário, a corrente externalista nega que fatores internos são suficientes para justificação. Para eles, alguma coisa externa tem um papel independente em justificar crenças. Assim, eles reconhecem a importância tanto de fatores internos quanto de fatores externos para justificação das crenças do sujeito. Um exemplo de teoria externalista é a teoria causal.

A interação verbal tipo externalista ou modalidade interacionista, é o foco deste estudo. A modalidade interacionista surgiu como uma reação as modalidades internalistas.

Essa abordagem considera a correlação da linguagem com os exteriores teóricos, isto é, com o “mundo externo, suas condições múltiplas e heterogêneas de constituição e funcionamento” (MORATO, 2005, p. 311).

Nesse sentido podemos destacar como domínios interacionistas da linguística os seguintes campos do conhecimento: “a Sociolinguística, a pragmática, a Psicolinguística, a Semântica-Enunciativa, a Análise do Discurso” (MORATO, 2005, p. 320).

Assim, podemos expor a interação verbal como a comunicação linguística dentre as suas práticas, envolvendo o meio social e suas influências sobre o indivíduo, considerando que a interação ocorre quando duas ou mais pessoas encontram-se envolvidas em um contexto no qual estão presentes os elementos “ação”, “outro”, “prática”, “sociedade”, “cognição”. Tratemos cada uma das abordagens aqui: a) o interacionismo simbólico, b) Linguística Interacional, c) interacionismo de Bakhtin.

#### 4. O interacionismo simbólico.

O interacionismo simbólico nasceu no século XX, sendo a primeira teoria a conceber a sociedade a partir da ótica da comunicação e da interação simbólica, propondo-se estudar os processos de comunicação dos indivíduos a partir de sua compreensão de contexto social enquanto indivíduos que respondem aos estímulos produzidos por outros indivíduos.

Nessa concepção, comunicação passa a ser o elo entre o indivíduo enquanto ser humano e enquanto ser social, promovendo um constante movimento de modificação da sociedade. Assim como, o aspecto cultural é constantemente alterado pelo desenvolvimento das sociedades. A comunicação, processo mediado simbolicamente, é um dos fatores determinantes nesse desenvolvimento, remetendo um sentido nas trocas simbólicas entre os indivíduos que reciprocamente compartilham gestos, palavras, símbolos e se apropriam dando um significado que é reconhecido e reproduzido em determinado contexto social.

A produção de significado deve ser vista como um produto da interação social e como uma condição de possibilidade da comunicação. As relações sociais se fundamentam nestes significados, e através da influência que os indivíduos possuem no mundo social em que vivem, conseguem alterar seu contexto e reestruturar novas formas de significação construindo novos significados que ao longo dos tempos vão sendo propagados e apropriados pelos indivíduos.

A interação **não focalizada** tem lugar sempre que, num dado contexto os indivíduos mostrem ter consciência mútua da presença dos outros. Isto acontece habitualmente quando um grande número de pessoas se reúne, seja numa avenida movimentada, num teatro lotado ou numa festa. Quando indivíduos estão na presença uns dos outros, mesmo que não falem entre si, mantêm uma constante comunicação não verbal, através da sua postura corporal, facial e gestual.

Já na **interação focalizada** ocorre quando os indivíduos prestam uma atenção direta ao que o outro diz ou faz, lembrando que grande parte da nossa vida quotidiana consiste em encontros face a face com outros indivíduos – familiares, amigos e colegas.

Assim, o **interacionismo simbólico** contém um núcleo de premissas comuns entre a comunicação e a sociedade. De forma ampla, envolvendo diversas teorias, o interacionismo é uma orientação teórica, que permite analisar a sociedade a partir da interação entre os indivíduos.

## 5. Linguística interacional.

A Linguística Interacional constitui uma corrente da Linguística que aborda a linguagem como uma atividade e que leva em consideração na interação, elementos anteriormente eram deixados de lado pelos estudos linguísticos, como por exemplo, certas formas linguísticas e a questão que envolve a interação.

Morato ainda nos ensina que:

Já Linguística Interacional está ligada “a todo tipo de produção linguística que é considerada material interativo: práticas, estratégias e operações languageiras, dinâmicas de trocas conversacionais, comunicação verbal e não-verbal, construção de valores culturais, atividades referenciais e inferências realizadas pelos falantes, normas pragmáticas que presidem a utilização da linguagem. Base estruturante de todo processo verbal (o que supõe a existência de interação também em monólogos, solilóquios, textos escritos, conferências, discurso interior, etc.)” (MORATO, 2005, p.322).

## 6. O interacionismo de Bakhtin.

A dificuldade de os alunos dominarem as normas da língua escrita de forma eficaz tem sido uma das grandes preocupações de nosso sistema educacional, constituindo-se em um grande problema que a maioria dos professores de Língua Portuguesa tem tentado solucionar em nosso país.

A despeito dos esforços despendidos, a escola não tem obtido êxito no ensino da leitura e da produção de texto. Os números apontam para uma situação em que, mesmo após anos de estudos, os alunos ainda não conseguem ler, escrever e interpretar, de forma satisfatória, as práticas de linguagem do seu dia a dia.

Essa dificuldade não é só de apreensão dos códigos em si, mas de promover o letramento, conceito que envolve a questão do uso social da escrita nas diversas esferas da sociedade.

Para Bakhtin, a enunciação pela sequência verbal, pela situação, pelo contexto histórico social, pelas condições de produção e também pelos papéis sociais desempenhados pelos interlocutores. Ou seja, além dos aspectos linguísticos, as condições de produção do discurso são definitivas para a sua própria composição, pois, segundo Bakhtin, “a língua vive e evolui historicamente na comunicação verbal concreta, não no sistema abstrato das formas na língua nem no psiquismo individual dos falantes” (BAKHTIN, 2002, p.124).

As discussões sobre interação como objeto não apenas de reflexão filosófica, mas de estudo científicos veiculados à função constitutiva da linguagem realizam-se em Bakhtin (2002) a partir das situações enunciativas constituídas por dois ou mais indivíduos socialmente organizados. Esta dimensão social está presente em todas as esferas e manifestações da atividade humana em relação ao outro, comportando o uso da língua, na dinâmica da responsividade e das relações dialógicas, que abrangem uma língua concreta, fundamentada na enunciação.

As particularidades enunciativas de uma dada situação dialógica situam-se no processo interativo verbal e não verbal, fazendo parte de um contexto maior com aspectos que antecedem à situação imediata ou as projeta para tempos futuros.

Desse ponto de vista,

[...] a enunciação enquanto tal é um produto da interação social, quer se trate de um ato de fala determinado pela situação



imediate ou pelo contexto mais amplo que constitui o conjunto das condições da vida de uma determinada comunidade linguística (BAKHTIN, 2002, p. 121).

Sendo assim, a teoria bakhtiniana evidencia a língua como um produto histórico, cultural e social, apresentando a interação verbal como uma alavanca para a observação e análise do funcionamento da linguagem.

A concepção dialógico-discursiva de interação desenvolvida por Bakhtin leva em conta fatores de significação verbais e não-verbais concebidos discursivamente, isto é, constituídos a partir dos mecanismos e das condições de produção que os mobilizam. Nesta perspectiva, a interação verbal é a “realidade fundamental da língua”, e o discurso o modo pelo qual os sujeitos produzem essa interação, um modo de produção sociais da língua;

As palavras refletem diversos pontos de vista, tornando-se cada vez mais ricas e com múltiplos sentidos. Nessa concepção a palavra pode ainda ser considerada em sua essência, como dialógica já que nela (palavra) colidem vários sentidos que querem ser percebidos, ouvidos, respondidos, contraditos, confirmados.

Podemos perceber que entre interação (internalismo) e interacionismo (externalismo), há um distanciamento semântico. E levando em consideração a ideia de influencia recíproca, a linguagem pode ser entendida como uma relação dialética de interioridade-exterioridade, uma vez que a língua além de signo, também é ação e trabalho coletivo dos falantes, ou seja, podemos identificar a presença de aspectos das duas modalidades no processo comunicação entre falante e ouvinte.

## **7. Análise da pesquisa.**

A análise está focada na interação verbal aluno-aluno e o conjunto dessas relações em sala de aula no curso de Letras-Libras, em 2016 na Universidade do Estado do Pará.

Trata-se da análise de enunciados por meio das informações transmitidas e absorvidas por meio da Libras, da leitura labial, da oralização, das expressões faciais e corporais, as quais tem mudado notoriamente as relações, pois o que vemos no discurso e na sua transmissão no momento da comunicação é que as expressões intensificam o sentido do discurso.

A respeito da teoria da interação verbal na sala de aula foi analisada com a professora ouvinte da disciplina metodologia científica durante a ministração do tema abordado sendo resumido o assunto abordado em Libras.

Durante as aulas foi possível observar as posturas dos alunos surdos e ouvintes. Os alunos Surdos dependem da sua própria atenção para capturar seu entendimento e na explicação do professor, inferindo para análise do discurso que os enunciados dos alunos surdos apresentam Línguas de Sinais que vai além de signos linguísticos porque a Língua possibilita um leque variado de expressões e sentidos formados por ideologias que refletem o discurso que o produz, isto é, variam de acordo com seu interlocutor bem como, as perspectivas almejadas no discurso fortalecendo a importância do dialogismo no meio social.

Essa interação verbal dos alunos surdos está aberta ao dialogismo tornando a interrelação aluno-aluno um canal de mão dupla na transmissão da língua que converge às informações seja ele oralizado ou sinalizado pelo acontecimento de atos que são regulados por regras sociais que está implícitos no ato da fala do emissor, desconstruindo assim ideias de que a língua é mais que um código que transmite informações, pois produz sentidos diferentes ao receptor.

A linguagem é um processo determinado pela vida social que está em permanente evolução fazendo com que o enunciado torne-se continuo no fluxo incessante da interação verbal, ligado ao movimento perene ao meio social em que vive.

Na turma constituída em 2016 podemos observar uma rica interação por meio do uso da Libras. Quando o professor é ouvinte o intérprete tem a responsabilidade e a habilidade de intermediar o

discurso por meio da Língua de Sinais que abrange um pouco de seus conhecimentos sobre a disciplina abordada e interpretação voz-sinal para a transmissão do diálogo aos alunos surdos, sendo que muitos alunos ouvintes estão atentos ao discurso do tradutor e intérprete.

Essa filmagem foi gravada por mim, Aurea, para capturar as informações através de Língua de Sinais e traduzi-las em forma de escrita em Língua Portuguesa relatando o que aconteceu em sala de aula do curso de Letras-Libras (ver apêndice 1).

Essa aula aconteceu no dia 22/08/2016, às 15:20 hs, do ano 2016, na Universidade do Estado do Pará na disciplina Introdução a Linguística, ministrada pela professora Raquel.

A professora Raquel Gomes junto com a intérprete de Língua de Sinais que interpretava simultaneamente o início da sua aula dando tarefas com 03 perguntas impressas para que o grupo, formado com 05 alunos, pudessem responder aos enunciados. Esses alunos foram: Fabiane (ouvinte), Elton (surdo), Júlio (surdo), Fernanda (surda) e Edivana (ouvinte). Na interação a aluna Fabiane dividiu as responsabilidades para responder as questões.

Quanto aos personagens entrevistados, seus enunciados evidenciavam os tipos de diálogos (Dialogismo e/ou monologismo) por meio dos quais os surdos e ouvintes interagiam.

**QUADRO 2: Síntese das interações em sala de aula do dia 22/09/2016.**

TF	Participante- tema	Intenção - entre	Tipo de relação
01	Professora Raquel- aos grupos	Dá instruções da aula	Monologismo
02	Fabiane-Elton	Dá ordem de responder uma das questões	Dialogismo
03-21	Elton-Júlio Responder a folha em grupo	Manda Júlio (escrever, ler, copiar)	Monologismo
22-28	Elton dá uma aula para Júlio	Lembrar do estudo passado teorias (da linguagem/da sociologia/física/comparação) Paradigmas em português	Dialogismo
29-34	Fernanda tenta entrar na conversa do grupo. Elton impede que Fernanda converse	Elton impede que Fernanda converse com Júlio	Monologismo

35-37	Elton dando aula a Júlio	Elton manda Júlio obedecer e explicar a teoria da física, variações, teologia e resumir.	Dialogismo
38-39	Elton e Júlio	Explicar seu entendimento do estudo da teoria da linguagem e variações de Saussure	Monologismo
40-41	Elton - Fernanda	Pergunta se o tema dela são signos da linguagem e manda explicar no caderno	Monologismo
42-44	Elton-grupo	Comenta que a professora é educada	Monologismo
45-46	Elton - Júlio	Faz lembrar dos estudos de Saussure e estudos icônicos	Dialogismo
47-49	Julio - Elton	Dúvidas e quer perguntar par professora mas é interrompido pela falta de tempo	Monologismo
50	Elton - Júlio	Elton incentivando Júlio responder	Dialogismo
51	Edivana	Fica lendo a apostila e resolve a questão da cópia impressa, às vezes interagia com Fernanda e Fabiane.	monologismo

TF: Turno de Fala

**Fonte:** elaboração própria, 2016.

Com base nas falas indicadas no quadro 2, pode-se verificar exemplos de relações monológicas e dialógicas, como por exemplo, nas falas representadas no turno 02 Fabiane fala a Elton responder uma das questões vemos a presença de monologismo, já nos turnos 11, 15 e 17(interacção Elton x Júlio), quando Elton incentivou Júlio a responder as questões em forma de escrita em português, ou seja, uma transcrição estabeleceu-se uma relação de dialogismo. Interagindo com Júlio.

Já quando Júlio ironiza Elton no turno 38, respondendo ao discurso, houve dialogismo.

Quando Fernanda interage com Júlio no turno 34 (interacção Fernanda x Júlio), ocorre dialogismo de Fernanda para com Júlio.

A observação que gravei em vídeo foi que a professora Raquel falou aos alunos da sala de Letras-Libras do turno da tarde, dividir o grupo de 05 pessoas para responder 03 questões impressas (Ver anexo 1).

Fabiane deu responsabilidades a Elton quando lhe ordenou que respondesse uma das questões, caracterizando uma relação dialógica.

Elton incentivou Júlio a responder em forma de escrita em Língua Portuguesa conforme ao que ele explicava em língua de Sinais dizendo pra Júlio copiar a Libras de Elton, e em seguida com leve ar de autoridade, disse ao Júlio que Língua portuguesa tudo que havia feito em Libras, dando a entender que sabia do assunto abordado no texto estabelecendo a relação dialógica, mas Júlio disse a Elton que respondesse a questão, já que ele sabia (monologismo).

A Fernanda tentou interagir com Júlio, mas o Elton interrompeu e respondeu que, sim! a pergunta que Fernanda fez pra Júlio ocorrendo o monologismo, porque Elton não quis que Fernanda tirasse a atenção de Júlio, porque este estava respondendo a questão junto com ele. A aluna no turno 51 Edivana (ouvinte) ficou neutra lendo o enunciado da questão e a apostila, às vezes, ela interagiu com a Fernanda (surda) (monologismo). E também com Fabiane (ouvinte) (monologismo).

Ao se analisar os turnos das falas dos participantes, pode-se inferir que houve predominância da relação monológica sobre a dialógica, ou seja, do monologismo sobre o dialogismo, pois a interação ainda ocorre com a atenção voltada para a estrutura dos enunciados, para a compreensão de um único sentido, o sentido literal.

Embora o ambiente de aprendizagem possa estimular as relações dialógicas, por meio de atividades que estimulam o debate e a troca de experiências entre os personagens, percebemos que a tradição no que diz respeito a interação do tipo monológica representou uma forte tendência entre os participantes da pesquisa.

## **8. Considerações finais.**

A língua de Sinais é considerada uma língua completa capaz de transmitir fatos e ideias, uma maneira de comunicação e expressão.

É considerada no Brasil como a Língua materna dos surdos, tendo uma importância relevante para os profissionais que atuam nesse meio e também para os familiares dos surdos. Diferente de que

muitos acham a Língua de Sinais (Libras) é uma língua própria dos indivíduos surdos e não uma simples tradução da língua falada.

Assim ela é literalmente independente do português que segue regras gramaticais e construção de diferentes significados, possuindo um código linguístico que não há dificuldade na compreensão. É de suma importância a Língua de Sinais na educação de surdos, uma vez que, ela facilita a comunicação entre os surdos e a interação entre eles, também permite o aprendizado da Língua Portuguesa onde todos tenham e possam desenvolver um crescimento pessoal, melhorando sua qualidade de vida, principalmente, para o indivíduo com necessidades especiais como a surdez que atualmente está sendo incluída nas salas de aula com objetivo de compreender que o indivíduo surdo deve adquirir sua língua materna a Língua de Sinais.

A interação verbal é a relação entre duas ou mais pessoas, ou seja, para que haja uma interação é necessária a presença do outro, construindo assim uma relação dialógica.

Neste estudo, observou-se que há uma relação dialógica e monológica, uma interação na sala de aula do Letras-Libras da UEPA baseada no conceito de relação dialógica de Mikhail Bakhtin, no qual o dialogismo é o modo de funcionamento real da linguagem, é o princípio construtivo do enunciado.

Portanto, este procurou analisar a relação dialógica na sala de aula, mostrando que essa relação pode ser entre professor-aluno, entre intérprete-aluno ou entre aluno-aluno.

O dialogismo e monologismo dependem do outro para a constituição do eu (atividade mental – subjetiva- atrelado a um emaranhado social – coletivo) gera a alteridade, constitui a identidade de cada sujeito.

Somos seres monológicos e dialógicos. Pois a relação dialógica com o mundo é intermediada pelas formas de linguagens (inclusive a Libras).

No estudo temos 8 (oito) casos monológicos e 5(cinco) dialógicos.

Júlio, Fernanda e Elton (surdos) são os que mais aparecem nas interações verbais.

Fabiane, Edivana e Raquel pouco aparecem.

Hipóteses:

Em uma turma de Libras os surdos são os que mais interagem.

Relação de poder entre surdos e ouvintes ( os surdos estão em primeiro plano devido a língua e os conteúdos (objetivo do curso).

Com um tempo os surdos vão querer interagir mais com quem domina a língua.

Em relação as disciplinas curriculares e metodológicas docentes passarão por um processo de flexibilização para atender estes surdos?

## 9. Referências.

BAKHTIN, M.M./ V.N.Voloshinov. A interação verbal. In: BAKHTIN, M.M./ V. N. **Marxismo e filosofia da linguagem**. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Veira. 10. ed. São Paulo, Hucitec, 2002.

FIORIN, José Luiz. O dialogismo. In: FIORIN, José Luiz. **Introdução ao pensamento de Bakhtin**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2016, p. 21-65.

FONSECA, João José Saraiva da, MINAYO, Maria Cecília de Souza, DESLAURIERS,J.P. **Métodos de pesquisa**, 1ª Universidade Aberta do Brasil-UAB/UFRGS e curso de graduação Tecnológica- Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS.In: GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo (Orgs.).Porto Alegre. Editora da UFRGS. 2009. p.31,32,37. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/deradoo5.pdf>> Acesso em 02/out/2016.

MORATO, Edwiges Maria. **O interacionismo no campo linguístico**. In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina (Orgs.).**Introdução à linguística: fundamentos epistemológicos**. São Paulo: Cortez, 2005. p. 311-351.

RÜDIGER, Francisco, 1998. **Introdução à teoria da comunicação: problemas, correntes e autores**. São Paulo: EDICON. Disponível em <http://www.ciber-sociedad.net/congres2009/po/coms/redes-sociais-e-memes-a-producao-de-significados-em-comunidades-virtuais-no-orkut/721/> acesso em 10/12/2016.





# Apêndice 1

Quadro dos turnos de fala. Aula realizada no dia 22/09/2016

TF	PARTICIPANTES
01	Prof. Raquel: FALAR ALUNOS DIVIDIR O GRUPO 5 PESSOAS. RESPONDER 3 QUESTÃO IMPRESSA (distribui uma folha avulsa).
02	Fabiane: MANDAR ELTON RESPONDER UMA QUESTÃO.
03	Elton: JÚLIO, JÚLIO, EU FALAR VOCÊ ORGANIZAR, ESCREVER, EXPLICAR LUGAR, ESTRUTURA, LEMBRA? PASSADO? DISCIPLINA. AQUI, PAPEL, ESCREVER, JÁ! PAPEL, PAPEL LIMPO, VOU DAR. VOCÊ LER E ESCREVER, VOCÊ VER E COPIAR MINHA LIBRAS (Júlio transcreve da Libras para a LP). ESCREVER, COPIAR, LINGUAGEM SAUSSURE, TEORIA SAUSSURE, LINGUAGEM SAUSSURE, COMO EXPLICAR LUGAR, LINGUÍSTICA ESCREVER A REGIÃO, ORGANIZAR, ESCOLHER LUGAR PRÓPRIO, VOCÊ VER E COPIAR-DE-MIM LIBRAS. TRANSFORMAR, TRADUZIR PAPEL. OBSERVAR. ESPERAR AI. COPIAR DELA. ESCREVER JUNTO.
04	Júlio: PROPOSTA LUGAR SAUSSURE.
05	Elton: ENTENDER?
06	Júlio: VERDADE.
07	Elton: TRABALHAR LINGUÍSTICA. TRABALHAR, ESCREVER RÁPIDO, AQUI. ESCREVER, ESPERAR AÍ. AQUI, RESPONDER TEORIA FALA LINGUAGEM DO AUTOR, RESPONDER AQUI PALAVRA, VOCÊ RESPONDER LINGUAGEM SAUSSURE. QUE COMBINE RESPOSTA, OBSERVAR?
08	Júlio: VOCÊ FALAR, MANDAR, PROFESSOR FALAR EVITAR.
09	Elton: AQUI, VOCÊ COMPARAR. VOCE ACHAR QUE CERTO, AQUI?
10	Júlio: NÃO SABER.
11	Elton: ESSE AQUI, ESCREVER AÍ.
12	Júlio: PALAVRA?
13	Elton: SIM.
14	Júlio: DIFÍCIL
15	Elton: COMPARAR, OBSERVAR, ENTENDER? JÚLIO, METÁFORA COMPARAÇÃO, VER.
16	Júlio: ELTON. AQUI, AUTOR, INTERNET. COLOCAR EXPLICAR CLARO, CERTO? VOCÊ TER INTERNET CELULAR, DIGITAR VER. VER INTERNET. GOOGLE, EXPLICAR. VOCÊ TER INTERNET? (pergunta para Fernanda). EXPLICAR. AQUI ELA (Para Fabiane) RESPONDER SEGUNDA PERGUNTA, EU (Júlio) "A" "B" ELTON RESPONDER VOCÊ RESPONDER TERCEIRA.
17	Elton: GRUPO É 4 PESSOAS. VOCÊ PRECISAR FAZER TRABALHO (se refere a Fernanda). JÚLIO, VOCÊ PESQUISAR LINGUAGEM SISTEMA.
18	Júlio: LEMBRA OZIVAN ENSINAR FONÉTICA, FONOLOGIA? NÃO É ISSO NÃO.
19	Fernanda: SIM RESUMIR.
20	Elton: JÚLIO, VOCÊ COPIAR PRINCIPAL DIFERENÇA.
21	Júlio: ENTÃO, TÁ!
22	Elton: JÚLIO, VOCÊ COPIAR COMPUTADOR, ORGANIZAR DIFERENÇAS DISCIPLINAS. TRABALHO CHOMSKY.

23	Elton: PESQUISAR, CERTO? LEMBRAR TELEVISÃO, LEMBRAR?
24	Júlio: TEORIA.
25	Elton: TEORIA COMPARAÇÃO, TEORIA LINGUAGEM, TEORIA SOCIOLOGIA, TEORIA FÍSICA, VÁRIAS, ENTÃO VOCÊ COLOCAR.
26	Júlio: VÁRIAS, ENTÃO. COMO SAUSSURE, LINGÜÍSTICA, SAUSSURE.
27	Elton: LINGUAGEM, SAUSSURE, CHOMSKY ESCRITOR.
28	Júlio: ESCRITOR, CERTO.
29	Elton: NÃO PALAVRA SIGNIFICANTE, PALAVRA PEGAR COMPUTADOR, PARADIGMAS. FRASE PARADIGMAS PORTUGUÊS. PALAVRA ORGANIZAR OUTRA.
30	Fernanda: DAR PAPEL.
31	Elton: TEORIA COMPARAÇÃO, TEORIA CHOMSKY. ESTUDAR ESCRITA COMPARAÇÃO.
32	Fernanda: ISSO, AQUI?
33	Elton: ISSO OUTRA COISA, PALAVRA AUTOR ESCREVER. ESPERAR AÍ. CERTO, CERTO, ELA. PORQUE SEPARAR PALAVRA OUTRA. ENTÃO, PODER ESCREVER.
34	Fernanda: SIM ESCREVER FRASE. PODER?
35	Elton: VER, VER. ESTAR CERTO. DESCREVER. TEORIA LINGÜÍSTICA, ENTENDER? REPOSTA "A" OLHAR, OLHAR, AQUI IRMÃO. IGUAL, LEMBRAR PASSADO? VOCÊ ESQUECER? LEMBRAR? PESQUISA LINGUAGEM, SAUSSURE. PORTUGUÊS HOJE, COMO SAUSSURE. DIFERENTE LÍNGUA, DESENVOLVER, ENTÃO.
36	Elton: OBEDECER. OBEDECER
37	Elton: TAMBÉM, TAMBÉM. FRASE, EXPLICAR. PARECER TEORIA COMPARAÇÃO FÍSICA, VARIAÇÕES, TEORIA, TEOLOGIA. PARECER, IGUAL, ENTÃO? TEOLOGIA PROBLEMA PALAVRA TER MAIS RESUMIR ISSO. PROPOSTA, RESPONDER. TEM 1, 2 LINGUAGEM. TEORIA, GLOSSÁRIO, OUVINTE, LINGUAGEM. DESCREVER, TRABALHAR GLOSSÁRIO SUA DIFERENÇA.
38	Elton: É-FÁCIL.
39	Júlio: ENTÃO FAZER AQUI. CONECTIVO CONTEXTUALIZAR LIBRAS.
40	Elton: PODER AGORA, PASSAR ESTUDAR O TRABALHO TEORIA LINGUAGEM, TER 2 VISUALIZAÇÃO LINGUAGEM SUA VARIAÇÃO. LÁ RESPONDER, SAUSSURE SUA TEORIA ESCREVER COMO SAUSSURE VARIAÇÃO LINGUAGEM, SÓ.
41	Elton: ORGANIZAR PALAVRA.
42	Elton: EI VOCÊ FERNANDA SEU SER SIGNOS. ESCREVER CADERNO RESUMIR SIGNOS LINGUAGEM COLOCAR AÍ.
43	Elton: ELA EDUCADA (profa. Raquel).
44	Elton: PESSOAS FALAR QUE SAUSSURE, LEMBRAR ÁRVORE QUE CAIR VERDADE, OUTRO QUI TRANSFORMAR SAUSSURE. TRANSFORMAR DIFERENTE DESCRIÇÃO QUE PASSADO HOJE DESENVOLVER, HOJE, SÓ HOJE, SÓ. SÓ 1 TEMA.
45	JÚLIO: NÃO-SABER.
46	Elton: TEMA PESQUISA SAUSSURE. EXEMPLO: COMO FRASES. POR ISSO, ENTÃO. SAUSSURE DESCREVER ANTES DEPOIS. É HOJE. CÔNICO.
47	Júlio: VAMOS PERGUNTAR A ELA, EU DÚVIDA. ELA EXPLICA. É FÁCIL. É FÁCIL ESCREVER DEPOIS TRADUZIR LIBRAS PARA A ESCRITA PORTUGUÊS. ESPERAR PROFESSORA.
48	Elton: NÃO PODER. OLHAR TEMPO.
49	Júlio: ELA EXPLICAR (refere-se a professora).
50	Elton: É FÁCIL ESCREVER FÁCIL ESCREVER. LINGUAGEM, OUVINTE, PESSOA FALAR DIFERENTE PORTUGUÊS. LINGUAGEM MUNDO. PESSOA FALAR.

## Anexo

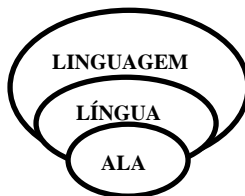
FOLHA DISTRIBUÍDA NO DIA 22/09/2016

1) “O trabalho científico consiste em observar e descrever os fatos a partir de determinados pressupostos teóricos formulados pela linguística...” (PETTER, 2003, 13). Com base nessa afirmação responda:

- a) A proposta de análise da linguagem de Saussure está de acordo com essa afirmação? Justifique sua resposta.
- b) Descreva a organização do signo linguístico para a teoria estruturalista de Saussure, observando os constituintes do signo linguístico.

2) Comente a afirmação saussuriana: “A língua é um sistema cujas partes podem e devem ser consideradas em sua solidariedade sincrônica” (Saussure, 1975)

3) Para representar como a ,língua é estudada no estruturalismo, podemos imaginar a seguinte representação da relação linguagem<língua/fala:



Essa imagem se resume no enunciado de Saussure (1988, p.92): “A língua é para nós a linguagem menos a fala”. A partir dessa imagem, explique como os estudos de Saussure, de cunho estruturalista, abordam língua e fala.